

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**GABRIEL BARBOSA DA SILVA AMORIM**

**“Obras primas de nossa literatura militar”: expectativas e recepções às narrativas  
de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha**

**FRANCA**

**2022**

**GABRIEL BARBOSA DA SILVA AMORIM**

**“Obras primas de nossa literatura militar”: expectativas e recepções às narrativas de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História**

**Área de concentração: História e Cultura Social  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Anhezini de Araujo  
Órgão financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq**

**FRANCA**

**2022**

A524+ Amorim, Gabriel Barbosa da Silva  
"Obras primas de nossa literatura militar" : expectativas e recepções  
às narrativas de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha /  
Gabriel Barbosa da Silva Amorim. -- Franca, 2022  
130 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca  
Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. Literatura Militar. 2. Narrativas de guerra. 3. Regimes  
Historiográficos. 4. Historiografia. 5. Século XIX. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**GABRIEL BARBOSA DA SILVA AMORIM**

**“Obras primas de nossa literatura militar”: expectativas e recepções às narrativas de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Anhezini de Araujo, UNESP**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wilma Peres Costa, UNIFESP**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS**

**Franca, 20 de Maio de 2022.**

## AGRADECIMENTOS

Felizmente, a realização dessa dissertação não foi um caminho solitário. Assim, espero conseguir representar o traço das pessoas que me ajudaram a escrever este trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a meus pais, Robervânia e Wagner, que me incentivaram a estudar desde quando consigo me lembrar. O apoio, amor e palavras que recebi durante toda minha vida estão presentes em cada linha deste texto. Com eles, aprendi a viver e a amar. Aprendi a manter a esperança mesmo nos momentos mais difíceis, mas nunca esperar sentado por qualquer coisa. Obrigado, vocês me deram a melhor vida possível.

Agradeço a minha irmã mais velha, Brenda, minha primeira professora (e hoje, de muitos outros alunos), que me ensinou a ler e escrever. Desde aquelas aulas de brincadeira na varanda de casa, já era óbvio qual seria sua vocação. Obrigado por compartilhar comigo a vontade de aprender e ensinar. Agradeço a minha irmã caçula, Julia, que me ensinou a ter responsabilidade. Com você, pude aproveitar uma infância incrível, minha melhor companhia. Foi, e é, muito bom te ver crescer. Espero te acompanhar em todas as suas conquistas. Obrigado por confiar em mim.

Agradeço a professora Karina Anhezini, que me ensinou a ler e escrever uma segunda vez. Fica difícil não repetir a seção de “Agradecimentos” dos meus colegas de orientação, pois Karina consegue a proeza de cativar seus alunos desde o primeiro contato com uma sensibilidade ímpar, e não foi diferente comigo. Fiquei muito feliz quando me informaram, lá no início do segundo ano de graduação, que aquele tema do qual eu pretendia pesquisar poderia ser orientado pela Prof<sup>a</sup> Karina Anhezini. Depois de uma troca de e-mails, recebi seu acompanhamento constante, presente e afetuoso, que tanto me ensinou nesses anos de aluno, orientando e amigo. Agradeço por todas as portas que abriu para mim, por me proporcionar acesso a lugares que eu sequer sabia que poderia atingir, por tornar muito mais confortável o ambiente hostil da universidade e, especialmente, por nunca me deixar ficar parado. Obrigado pela companhia.

Agradeço aos membros do nosso grupo de pesquisa, em especial a Prof<sup>a</sup> Daiane, Aline, Thiago, Gerson, Viviane, Luís e Marina, que me ensinaram que a pesquisa é um fazer coletivo e compartilhado (ou que é mais legal assim). Desde a primeira reunião em que participei, em 2017, muitos membros passaram pelas salas (presenciais ou remotas),

e cada um deles deixou alguma contribuição no desenvolvimento dessa pesquisa, bem como no meu desenvolvimento pessoal enquanto pesquisador. Mais do que compartilhar leituras, fiz amigos.

Agradeço a Mariana e Carol, pois acredito fielmente que sem a presença e amizade de vocês eu nem teria terminado a graduação. Hoje, colegas de profissão, sempre se dispuseram a me ajudar de todas os modos possíveis. Agradeço o espaço que reservaram para mim em suas vidas, pois sei que posso ser exigente. Com vocês, aprendi que compartilhar é o melhor caminho para lidar com os momentos difíceis. Obrigado por tudo.

Agradeço a meus amigos da Moradia Estudantil da UNESP, com quem compartilhei meus anos de formação (não só acadêmica). Em especial, Noemi, minha mais fiel apoiadora, seu interesse em cada pequeno detalhe deste trabalho me ensinou a tentar deixá-lo cada vez melhor. Agradeço também a Fabrício e Bruna, que estiveram comigo nos melhores momentos deste período de mestrado e me ensinaram a lembrar que a vida não é só trabalho.

Obrigado aos professores Fernando Nicolazzi e Wilma Peres Costa, membros das bancas de qualificação e defesa, com os quais tanto aprendi, enquanto leitor e admirador.

Agradeço a Sandra, que me recebeu com carinho em sua casa por tantas vezes nestes últimos anos, me oferecendo um ambiente familiar e confortável para viver.

Por fim, agradeço à Kamila, meu amor, que cuidou de mim e esteve presente em todos os aspectos deste trabalho. Obrigado por me ensinar a confiar em mim e por me mostrar que não preciso carregar as responsabilidades sozinho. Agradeço a compreensão, atenção, disposição e carinho que sempre me dedicou, com você, este processo foi mais leve, tranquilo e possível.

A presente dissertação foi desenvolvida com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de uma bolsa de Mestrado – Processo 132774/2020-8.

*O caminho – “meu caminho” – parece se apossar desse texto de caminhante. [...] Caminhar e/ou escrever, é o trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter.*

Michel de Certeau

AMORIM, Gabriel Barbosa da Silva. **“Obras primas de nossa literatura militar”:  
expectativas e recepções às narrativas de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da  
Cunha**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a produção historiográfica de Alfredo d’Escragolle Taunay (1843 – 1899) e Euclides da Cunha (1866 – 1909) por meio de uma função específica: a de “correspondente militar”, ocupada por Alfredo Taunay durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e por Euclides da Cunha durante a Guerra de Canudos (1896 – 1897). Dessa maneira, apoiada em indagações pertinentes à História da Historiografia, a pesquisa foi estruturada em três seções: a primeira trata das expectativas depositadas nestes autores no momento de suas nomeações para a função de correspondente militar; a segunda dedica-se à análise das narrativas produzidas por Taunay e Cunha no exercício da função para a qual foram designados; e a terceira, por fim, aborda como os correspondentes e suas narrativas foram recepcionados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela Academia Brasileira de Letras e outros públicos. Com essa estrutura, busca-se identificar características referentes à composição de um “regime historiográfico” nomeado por leitores de Taunay e Cunha como “Literatura Militar”. Tal “Literatura Militar” é apresentada como um meio de agrupar as narrativas de guerra realizadas por ambos os correspondentes como modos exemplares de como a história das guerras deveria ser escrita em fins de século XIX e início de XX.

**Palavras-chave:** Literatura Militar. Narrativas de guerra. Regimes Historiográficos. Historiografia. Século XIX. Século XX.



AMORIM, Gabriel Barbosa da Silva. **“Masterpieces of our military literature”:  
expectations and receptions to Alfredo Taunay and Euclides da Cunha’s war  
narratives**. 2022. Dissertation (Master in History) – Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

#### **ABSTRACT**

The present dissertation aims to analyze the historiographical production of Alfredo d’Escragno Taunay (1843 – 1899) and Euclides da Cunha (1866 – 1909) through the specific attribution of “military correspondent”, a role occupied by Alfredo Taunay during the Paraguayan War (1864 – 1870) and by Euclides da Cunha during the Canudos War (1896 – 1897). Supported by inquiries from the History of Historiography, this research was structured in three sections: the first one deals with the expectations placed over these authors in the moment of their appointments as military correspondents; the second one is dedicated to the analysis of the narratives produced by Taunay and Cunha in the exercise of the function for which they were designated; finally, the third one addresses how the correspondents and their narratives were received by the Brazilian Historical and Geographical Institute, the Brazilian Academy of Letters and other readers. With this structure, we seek to identify characteristics referring to the composition of a “historiographical regime” named by those readers of Taunay and Cunha as “Military Literature”. Such “Military Literature” is presented as a mean of grouping the war narratives written by both correspondents as exemplary ways of how the history of wars should be written in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries.

**Keywords:** Military Literature. War narratives. Historiographical Regimes. Historiography. 19<sup>th</sup> century. 20<sup>th</sup> century.

AMORIM, Gabriel Barbosa da Silva. « **Chefs-d'œuvre de notre littérature militaire** » : **Attentes et réceptions des récits de guerre d'Alfredo Taunay et d'Euclides da Cunha**. 2022. Mémoire (Master en Histoire) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

### **RÉSUMÉ**

La présente mémoire vise à analyser la production historiographique d'Alfredo d'Escragnole Taunay (1843 – 1899) et d'Euclide da Cunha (1866 – 1909) à travers de l'attribution spécifique de « correspondant militaire », fonction occupée par Alfredo Taunay dans la guerre du Paraguay (1864 – 1870) et par Euclides da Cunha dans la guerre de Canudos (1896 – 1897). Appuyée par les enquêtes de l'Historiographie, la recherche s'est structurée en trois volets: le premier traite des attentes placées sur ces auteurs lors de leur nomination comme correspondants militaires; la seconde est consacrée à l'analyse des récits produits par Taunay et Cunha dans l'exercice de la fonction pour laquelle ils ont été désignés; et le troisième, enfin, traite de la façon dont les correspondants et leurs récits ont été reçus par l' Institut Historique et Géographique Brésilien, l' Académie Brésilienne des Lettres et d'autres lecteurs. Avec cette structure, nous cherchons à identifier des caractéristiques se référant à la composition d'un « régime historiographique » nommé par les lecteurs de Taunay et Cunha comme « Littérature militaire ». Cette « littérature militaire » est présentée comme un moyen de regrouper les récits de guerre écrits par les deux correspondants comme des exemples positifs de la façon dont l'histoire des guerres devrait être écrite à la fin du XIXe et au début du XXe siècle.

**Mots clés:** Littérature militaire. Récits de guerre. Régimes historiographiques. Historiographie. XIXème siècle. XXème siècle.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – SUAS NOMEAÇÕES: O QUE SE ESPERA DE UM CORRESPONDENTE MILITAR? .....</b>	<b>24</b>
A guerra como um tema interessante para a imprensa.....	25
A Guerra do Paraguai ilustrada aos cariocas: <i>A Semana Ilustrada</i> e <i>A Vida Fluminense</i> .....	29
A função de ver as guerras .....	34
<i>A Semana Ilustrada</i> , a Comissão de Engenheiros e as duas nomeações de Alfredo d’Escragolle Taunay.....	38
No calor da hora: a Guerra de Canudos e a consolidação da República pela imprensa .....	47
O Estado e <i>O Estado de S. Paulo</i> nomeiam Euclides da Cunha.....	51
<b>CAPÍTULO II – SUAS PRÁTICAS E ESCRITAS: PRODUZINDO DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....</b>	<b>55</b>
Memória Descritiva.....	57
A escrita em trânsito.....	59
<i>O Diário de uma Expedição</i> de Euclides da Cunha.....	64
<i>A Nossa Vendéia</i> e reviravolta de opinião.....	70
Ver e narrar: a <i>autópsia</i> dos sertões. ....	77
<b>CAPÍTULO III – SUAS RECEPÇÕES: COMPONDO UMA LITERATURA MILITAR .....</b>	<b>85</b>
Uma comparação <i>quase</i> óbvia.....	85
<i>Os sertões</i> , um livro raro (com outro igual) .....	86
<i>As Reminiscências de Dionísio Cerqueira</i> .....	89
A recepção dos correspondentes no IHGB.....	93
A recepção dos correspondentes na ABL.....	101
A literatura militar configura um Regime Historiográfico? .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM CONTEXTO DE GUERRA .....</b>	<b>118</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, o cotidiano brasileiro foi atravessado por importantes conflitos políticos. Uma vez que ultrapassaram o limite diplomático, alguns desses conflitos foram chamados de “guerras”, e passaram a receber uma atenção redobrada pela mobilização de diversas instâncias da sociedade, fosse ela imperial ou republicana. Em um primeiro momento, a Guerra do Paraguai se expandiu no Sul do continente sul-americano, envolvendo as nações republicanas da Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como o império brasileiro. Durou seis anos, entre 1864 e 1870, e causou diversos conflitos militares entre os países envolvidos que se uniram em uma Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o poderio do paraguaio Solano López, revoltoso contra as intervenções brasileiras no território uruguaio. Vinte e seis anos depois, a recém proclamada e conflituosa república brasileira enfrentou também sua guerra, desta vez inteiramente em território nacional, que tomou palco no distante sertão baiano. A Guerra de Canudos, ocorrida nos anos de 1896 e 1897, levou os holofotes àquela região até então distante das populações do litoral e, em consequência, causou receios e preocupações advindas de boatos messiânicos e monarquistas, centralizadas na figura de Antônio Conselheiro, pintado no sul do país como o retrato de um profeta louco que devia ser combatido.

Para que os governos brasileiros pudessem lidar com as duas situações, soldados foram convocados, armas foram preparadas, planos foram traçados, anúncios foram noticiados e narrativas foram escritas. Aqui, não nos interessa remontar os acontecimentos dessas guerras, e sim cuidar dessas últimas duas partes, ocupadas da responsabilidade de informar seus acontecimentos e escrever suas histórias. Mais especificamente, como sugerido pelo título dessa dissertação, estudaremos as expectativas depositadas sobre dois homens responsáveis por realizar esses informativos e essas narrativas, Alfredo d’Escragolle Taunay (1843 – 1899) e Euclides da Cunha (1866 – 1899), suas produções, escritas durante suas coberturas dos conflitos e, por fim, veremos como essas narrativas de guerra foram recebidas por seus pares e críticos.

Muitos pesquisadores se dedicaram a estudar a trajetória e a obra de Euclides da Cunha e Alfredo de Taunay. Estes e outros estudos contribuíram imensamente para o desenvolvimento dessa pesquisa, que vem sendo elaborada desde o projeto de iniciação científica. Apresentemos aqui algumas destas pesquisas.

A tese *Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*<sup>1</sup> de Fernando Nicolazzi, busca em *Casa-grande & senzala*<sup>2</sup> e em *Os sertões*, as maneiras de representar e experienciar o passado, as definições de consciência histórica, a relação e a distância entre a história e a memória, tateando, assim, os meios que possibilitam e caracterizam a escrita de uma “história profissional” e cientificista. Nicolazzi discorre acerca da importância de produções anteriores à escrita de *Casa grande & senzala* e como estas apresentam e introduzem os debates presentes no período de escrita desta obra principal. Destacado já no título por Nicolazzi, a análise do *ensaio* em oposição à *viagem* de Euclides da Cunha, ambos tratados enquanto modos possíveis de produzir historiografia, nos apresenta como Gilberto Freyre se aproximou do passado que narrou, tornando-se resultado de sua obra. Esta relação estreita configura uma aproximação entre o passado narrado e o seu próprio, diferente do que ocorre com Euclides da Cunha, que identifica uma grande distância entre seu presente e aquele encontrado no sertão de Canudos

Obra que tematiza Euclides da Cunha sob perspectiva diversa, o livro organizado por Gínia Maria Gomes, *Euclides da Cunha: Literatura e História*<sup>3</sup>, reúne textos elaborados para o IV Fórum de Literatura Brasileira: “*Os sertões* e o ensaio no Brasil”, realizado em 2002 na cidade de Porto Alegre. Os textos foram organizados em três partes: a primeira busca englobar os estudos euclidianos para além de *Os sertões*, que, de acordo com a organizadora, são fundamentais para entender a percepção do olhar do escritor sobre o país; a segunda parte compreende uma série de estudos que estabelecem relações entre a obra de Euclides da Cunha e outras obras, como, por exemplo, a *Divina Comédia*; e por último estão reunidos os textos que tem como temática em comum os elementos artísticos encontrados na narrativa de Euclides da Cunha. Destacamos, na terceira parte, o capítulo *A narrativa da história em Os sertões* escrito por Ronaldo Machado, que, com base na “Poética da História” de Hayden White<sup>4</sup>, analisa a *Campanha de Canudos* e como Euclides da Cunha define os cenários e atores presentes colaborando para a análise que pretendo empreender neste projeto.

---

<sup>1</sup> NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. 2008. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002.

<sup>3</sup> GOMES, Gínia Maria (Org.). **Euclides da Cunha: Literatura e História**. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2005. 342 p.

<sup>4</sup> WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2008.

Luiz Costa Lima e toda sua obra é incontornável ao estudo realizado nesta dissertação. Suas contribuições e leituras sobre a obra de Cunha, além dos estudos sobre a relação entre história e literatura presentes em seu livro *História. Ficção. Literatura* configuram e auxiliam profundamente o desenvolvimento das discussões aqui apresentadas. Desta maneira, dando continuidade à tese proposta em seu livro, *Terra Ignota*<sup>5</sup>, Lima nos apresenta em *A estabilidade interpretativa de Os sertões*<sup>6</sup> continuidades na interpretação e crítica da obra de Euclides da Cunha em diferentes períodos após sua publicação. Iniciando com a famosa crítica de José Veríssimo, publicada anos depois em *Juízos Críticos*<sup>7</sup>, Costa Lima demonstra como *Os sertões* foi construído no decorrer dos anos como uma mescla de história e de literatura, mas não era dessa maneira que o próprio autor a considerava. Sua defesa consiste na afirmativa de que, ao exercer sua função, o historiador pode se utilizar dos mesmos elementos de escrita que marcam o gênero literário ficcional, e assim o faz Euclides da Cunha em diversos momentos de sua obra. Costa Lima irá propor então, a partir da análise destas críticas, uma revisão dos conceitos aplicados à obra euclidiana.

Sob a organização de José Leonardo do Nascimento e Valentim Faccioli, o livro *Juízos Críticos – Os sertões e os olhares de sua época*<sup>8</sup> documenta uma série de dez críticas publicadas pela imprensa, sobretudo do Rio de Janeiro, após a publicação da primeira edição do livro de Euclides da Cunha. O livro reúne, dentre outras, as célebres críticas de José Veríssimo e Araripe Júnior, além de um discurso pronunciado por Sílvio Romero em 18 de agosto de 1906, por ocasião da recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. *Juízos Críticos* reconstrói uma importante base documental para que possamos analisar como *Os sertões* repercutiu em meio à produção intelectual de sua época, bem como para a imprensa. Como veremos, a primeira aproximação que encontramos entre Taunay e Cunha partiu inicialmente da crítica de José de Campos Novaes<sup>9</sup>, presente no livro.

---

<sup>5</sup> LIMA, Luiz Costa. **Terra Ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>6</sup> Idem. **A estabilidade interpretativa de Os Sertões**. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, v. 59, p. 111-135, 2009.

<sup>7</sup> NASCIMENTO, J. L.; FACIOLLI, V. **Juízos críticos** - os sertões e os olhares de sua época. 1. ed. São Paulo: Nankin e Unesp, 2003. v. 1. p. 112.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Publicado originalmente em 31 de janeiro de 1903 na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*.

Ainda que não finalizado diretamente por Roberto Ventura<sup>10</sup>, devido à sua morte em 2002, *Euclides da Cunha: Esboço Biográfico*<sup>11</sup> configura e compõe parte indispensável dos estudos sobre Euclides da Cunha. O livro de Ventura comporta aspectos e informações relevantes sobre a vida e obra de Cunha, desde seu nascimento em 1866, sua ida a Canudos como correspondente do *O Estado de S. Paulo* em 1897, até sua morte em 1909. O autor estabelece relações diretas entre a vida de Euclides e a de Antônio Conselheiro<sup>12</sup>, este que, segundo Ventura, seria ao mesmo tempo uma projeção psicanalítica e uma criação literária de Cunha, através do qual o autor expressou sua visão sobre o novo regime republicano. Esta interpretação nos proporciona margens para discutir sobre os métodos e intenções encontrados na escrita de *Os Sertões* em relação ao contexto de produção pessoal e político do autor.

Em *Geopoética de Euclides da Cunha*<sup>13</sup>, Ronaldo de Melo e Souza nos apresenta, em duas partes, uma interpretação interdiscursiva da narrativa euclidiana, importante para compreender a totalidade da obra euclidiana. Na primeira parte, chamada “*As máscaras do narrador*”, o autor dividirá o narrador de *Os sertões* em seis “máscaras” narrativas, das quais Euclides da Cunha teria assumido em sua produção, proporcionando um intercâmbio dialógico entre diferentes ramos do saber, que vai além do intertextual. É importante termos em conta como Cunha construiu em sua obra este diálogo interdisciplinar, o tão recorrentemente comentado “consórcio entre arte e ciência” que, como demonstra Souza, não se legitima quando desvinculados. Na segunda parte, denominada “*A geopoética euclidiana*”, Souza questiona como Roberto Ventura e Araripe Júnior descrevem a relação de Euclides da Cunha com a narrativa da *terra* em *Os sertões* e *Um paraíso perdido*<sup>14</sup>, quando, segundo afirma, o leram como um naturalista.

Continuando seu pensamento sobre as estratégias de escrita de Euclides da Cunha, Nicolazzi trata em seu artigo, *O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os sertões*<sup>15</sup>, como o autor da *Campanha de Canudos* trabalha sua representação do

---

<sup>10</sup> A versão final do livro foi organizada e publicada por Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana em 2003.

<sup>11</sup> VENTURA, Roberto. **Esboço Bibliográfico**: Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 384 p. Organização: Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana.

<sup>12</sup> Figura central no episódio de Canudos, narrado em *Os Sertões*.

<sup>13</sup> SOUZA, Ronaldo de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 214 p.

<sup>14</sup> CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 1999.

<sup>15</sup> NICOLAZZI, Fernando. **O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os sertões**. *História da Historiografia*, v. 2, p. 67-85, 2009.

real: a partir da observação do acontecimento. Sob a ótica do “observador-viajante”<sup>16</sup>, Euclides da Cunha garante a propriedade necessária para narrar sua história. Seu olhar sobre o sertão de canudos, em disputa com as teorias científicas previamente pensadas, torna-se ferramenta, ainda que maltratada pelas condições naturais da região, para sintetizar as conjecturas sobre a terra e o povo. Nicolazzi busca identificar nas mudanças de narrativa recorrentes na obra as dificuldades encontradas por Euclides, preocupado em buscar um espaço confortável entre o incrível e o excêntrico para que sua observação pudesse se fazer fiel e bem representada em sua narrativa. Esta leitura aponta a relevância da *autópsia* no processo narrativo de Euclides da Cunha, como veremos adiante.

Destacamos também o livro organizado por Leopoldo Bernucci, *Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha*<sup>17</sup>, que reúne doze ensaios advindos do simpósio “*Refletindo sobre os 100 Anos de Os sertões: Métodos Críticos e Novas Diretrizes*”, de autores nacionais e estrangeiros<sup>18</sup> com o objetivo comum de trazer novas perspectivas de leitura e avanços das críticas à obra de Euclides da Cunha desde a sua primeira publicação em 1902. Dentre os ensaios, chamamos a atenção àquele de autoria de Bernucci, denominado *Cientificismo e Aporias em Os sertões*, que coloca em questão as bases científicas que Gilberto Freyre pressupõe ao criticar a obra de Euclides da Cunha. Bernucci problematiza o que Freyre chama de “erros científicos” presentes em *Os Sertões*, definindo assim o que significa ciência para Euclides<sup>19</sup>. Esta dualidade interpretativa para a obra estrutura a base guia dos estudos sobre *Os sertões* e sua crítica, sendo de suma importância para a composição desta dissertação.

Tendo em conta a aproximação que almejamos buscar entre Alfredo Taunay e Euclides da Cunha, não podemos deixar de mencionar a dissertação *Os diários de Taunay e Euclides da Cunha. Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil de Vítor de Abreu Corrêa*<sup>20</sup>. O autor busca localizar Taunay como um “precursor” e

<sup>16</sup>Idem. **As muitas máscaras de Euclides da Cunha**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 9, p.292-298, ago. 2012.

<sup>17</sup>BERNUCCI, Leopoldo (Org.). **Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 2008. 199 p.

<sup>18</sup>Dentre os quais destaco Luiz Costa Lima, Valentim Facioli e José Carlos Barreto de Santana.

<sup>19</sup>“O método científico utilizado por Euclides tem a vantagem de colocá-lo num patamar filosófico a partir do qual ele já não enxergaria as ciências na camisa-de-força do cartesianismo, nem na da criação artística concebida como delírio da imaginação e da subjetividade, portanto oferecendo a ele o ensino de reconceituar ciência e arte, dosando suas partes lógicas e criativas, para formar um todo indissociável.”. BERNUCCI, Leopoldo M. (Org.). Cientificismo e aporias em Os Sertões. In: BERNUCCI, 2008, op. cit.

<sup>20</sup>CORRÊA, Vítor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha: um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.



Cunha como um “pioneiro” na história dos gêneros jornalísticos. Assim, seus diários de guerra seriam os grandes responsáveis pela popularização da correspondência de guerra publicada em periódicos. Ainda que a dissertação não considere questões relativas à historiografia dos autores e se concentre em uma leitura do gênero jornalístico, a aproximação estabelecida entre seus escritos compõe fundamentalmente as bases de nossa análise.

Com o desenvolvimento de nossa pesquisa, notamos uma distância relevante entre o número de estudos dedicados a estudar vida e obra de Euclides da Cunha sobre os mais diversos aspectos<sup>21</sup>, e aqueles ocupados em analisar a produção e a biografia do Visconde de Taunay. Ainda que encontradas em menor número, em comparação com aqueles dedicados a Euclides da Cunha, outros estudos sobre Visconde de Taunay também foram importantes referências para este projeto<sup>22</sup>. Dentre estes importantes estudos, *O Visconde de Taunay e os fios da memória*<sup>23</sup>, de Maria Lídia Lichtscheidl Maretti se destaca. Partindo de Michel Foucault<sup>24</sup>, em uma análise própria de estudos literários, o livro publicado a partir de sua tese de doutorado busca estudar a obra de Visconde de Taunay a partir de sua popular classificação enquanto um autor “menor”, que mesmo sendo considerado ativo no cenário intelectual carioca por seus contemporâneos<sup>25</sup>, geralmente é descartado de análises sobre o período literário identificado como pré-modernista (1870 – 1920). Dessa maneira, Maretti encontra nos diários, romances e memórias de Taunay um *discurso de transição* entre as imagens da nacionalidade. A autora apresenta a grande

---

<sup>21</sup> Cito aqui obras importantes que auxiliam na composição do estudo sobre Euclides da Cunha, mas que não serão apresentadas especificamente neste balanço bibliográfico, tais como: FREITAS, Marcus Vinicius de. O polígrafo do sertão: ciências naturais e literatura na obra de Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.427-430, ago. 2002; OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.511-537, abr. 2002; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; e LIMA, Helder Silva. **Tempo e Historicidade em Euclides da Cunha**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

<sup>22</sup> Tais quais: NUNES, Monica Cristina Nascimento. **O sertão romântico: leitura de O Sertanejo**, de Alencar, e de Inocência, de Taunay. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura e Cultura, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014; ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma Batalha Simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)**. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em História, Região e Identidades) - Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados, 2006.

<sup>23</sup> MARETTI, 2006, op. cit.

<sup>24</sup> Em especial, *A ordem do Discurso e Arqueologia do Saber*.

<sup>25</sup> A autora abre o livro com uma citação de Carl von Koseritz, do qual aponta que “Quem entrar, das 2 às 3 horas da tarde, no *comptoir* da livraria Faro & Lino, à rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, encontrará um círculo de homens espirituosos, em animada discussão. [...] Dentre eles todos, porém, o mais vivo, o mais chistoso, o mais falante, é um homem de quarenta anos de idade, alto, esbelto, de olhos azuis, cabelos castanhos ondulados e fisionomia extremamente expressiva. [...] Tal é Alfredo d’Escragnolle Taunay”. KOSERITZ, Carl von. In: MARETTI, 2006, op. cit., p. 27.

e majoritariamente desconhecida obra do autor, demonstrando sua relevância para a produção literária e atuação política no final do período imperial e início do republicano<sup>26</sup>.

É sobre o Visconde de Taunay como historiador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que Wilma Peres Costa irá se debruçar em seu artigo *Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo de Taunay*<sup>27</sup>, no qual analisa a primeira publicação do autor no Instituto, *A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima*, declarado pelo próprio autor como “estudo histórico”. Segundo a autora, esta publicação marca a passagem de um Taunay cronista para um Taunay historiador. Seguindo as páginas do artigo, a autora demarca os elementos narrativos utilizados por Taunay, como o uso da memória familiar, o tratamento das personagens, a escrita de si, as fontes utilizadas, e, principalmente, o afastamento do *topos* romântico seguido da aproximação com a interrogação metódica, nos proporcionando uma valiosa mostra das preocupações de Taunay e, conseqüentemente, de seus contemporâneos inseridos neste pensar historiográfico do período.

Após este balanço, fica evidente como a produção destes autores oferece diferentes e elucidativas abordagens de pesquisa. Nos inspiramos e tomamos caminhos já abertos pelos trabalhos apresentados, buscando explorar ainda mais suas linhas e entrelinhas, nos apoiamos pelas indagações da *História da Historiografia*. Dentre as diversas possibilidades de problemas que enredam os trabalhos da área – que, de um modo geral, se ocupam de estudos relacionados à prática historiográfica, sua disciplina e historicidade –, nos voltamos para a análise de uma prática historiográfica e nos orientamos, especialmente, pelas noções de *regime de historicidade*, *operação historiográfica* e *regimes historiográficos*.

Em primeiro lugar, a noção de *regime de historicidade*<sup>28</sup>, proposta por François Hartog, nos permite pôr em questão a experiência naturalizada sobre passado, presente e futuro e sua articulação. María Inés Mudrovcic<sup>29</sup> define como “marcos de sentido” os meios de caracterização de tais experiências de tempo, marcados por uma ordenação

<sup>26</sup> Taunay emitiu volumosas opiniões sobre o novo regime político, chegando a abdicar do posto no IHGB após a proclamação por considerar que o Instituto havia traído a figura patrona de D. Pedro II. Destaco, neste período, especialmente a obra TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **O Encilhamento**. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, 1971.

<sup>27</sup> COSTA, Wilma Peres. **Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay**. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p.15-41, 22 dez. 2016. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

<sup>28</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autêntica, 2013.

<sup>29</sup> MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, Zaragoza, n. 5, p.11-31, jun. 2013.

identificável do tempo, constituída a partir da produção intelectual realizada em um determinado recorte. Dessa maneira, considerar o *regime de historicidade* nos proporciona uma ferramenta heurística, um instrumento que nos ajuda a compreender como se constituem as relações entre presente, passado e futuro na escrita dos autores analisados.

Em diálogo com Reinhart Koselleck<sup>30</sup>, Hartog sugere delimitar o regime *moderno* de historicidade entre as datas simbólicas de 1789 e 1989<sup>31</sup>, período no qual as fontes escolhidas para esta pesquisa também se encontram. Fernando Nicolazzi<sup>32</sup> soma à definição deste regime de historicidade como sendo orientado a partir da ordenação de um tempo singular, processual e progressivo, abrindo-se em direção ao futuro. A própria definição de “história”, sua prática, enunciação e recomendação daqueles que produzem historiografia orientam e são orientados por uma ordenação de tempo, compondo a localização de um *regime de historicidade* pautado em um entendimento *moderno* do pensamento e da prática historiográfica.

Adotar este caminho teórico não implica somente em localizar as obras no período no qual se limita o regime moderno de historicidade, mas apresenta a possibilidade de buscar e pôr em questão na leitura das narrativas os pressupostos temporais subjacentes à escrita histórica<sup>33</sup> presentes na prática de cada autor. Assim, a historiografia dos autores seria mais do que indicadores da experiência do tempo, seria sim construtora desta mesma experiência<sup>34</sup>. Neste sentido, buscando maneiras de tatear esses pressupostos, a noção de *operação historiográfica* nos serve plenamente. Como apresentado por Michel de Certeau, em sua definição,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” de qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”<sup>35</sup>.

<sup>30</sup> “As características do regime moderno, tais como se destacam das análises agora clássicas de Koselleck, são, como já vimos, a passagem do plural alemão *die Geschichten* ao singular *die Geschichte*: a História”. HARTOG, 2013, op. cit., p. 137.

<sup>31</sup> Relativas a Revolução Francesa e a queda do muro de Berlim, respectivamente.

<sup>32</sup> NICOLAZZI, Fernando A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). **Escrever História: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36, p. 20.

<sup>33</sup> MUDROVIC, op. cit., 2013. p. 12.

<sup>34</sup> NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 31 maio 2019, p. 26

<sup>35</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011, p. 56.

Assim, considerar e relacionar os três componentes presentes na composição de uma historiografia – *lugar, prática, e escrita* – em sua análise, compreende pensar sua construção em função de uma instituição que constitui e obedece a regras próprias, que exigem ser examinadas por elas mesmas<sup>36</sup>. De mãos dadas à constituição de tais regras, está a legitimação dessa escrita e discurso enquanto *histórico*<sup>37</sup>, sobre o qual pretende dar um conteúdo verdadeiro, um “lugar de autoridade”. Esta ação é realizada, segundo Certeau, pela verificabilidade da narrativa<sup>38</sup>.

E é sobre esta relação entre a *operação*, a *experiência de tempo* e a *legitimação* do discurso histórico que Fernando Nicolazzi e Maria Inés Mudrovcic chamam atenção à nossa terceira ferramenta. A noção de *regimes historiográficos*, sugerida inicialmente por François Hartog e Gérard Lenclud<sup>39</sup>, se distingue do conceito de *regime de historicidade*. Enquanto um tenta buscar uma forma culturalmente delimitada de relação com o tempo, *historicidade*; o outro permite pensar historiografias realizadas e a serem definidas a partir de diferentes operações *historiográficas*, em sincronia e diacronia, pelos historiadores localizados em um contexto de ordenação de tempo, considerando assim suas efetivas escritas, definições e como se relacionam com modalidades de experiência do tempo<sup>40</sup>. Além da escrita da história, um *regime historiográfico* é composto por definições possíveis do que se entende como história, a partir de demandas, diagnósticos, avaliações, críticas e validações. Assim, ao mobilizar a ideia de *regime historiográfico*, lançamos luz ao entorno de uma produção historiográfica, em especial para as recomendações de como fazer e para as recepções do que foi produzido.

---

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> “Daí a autoridade que este discurso necessita para se sustentar: aquilo que perde em rigor deve ser compensado por um acréscimo de credibilidade. A esta exigência pode-se acrescentar uma outra forma de desdobramento. Coloca-se como historiográfico o discurso que ‘compreende’ seu outro – a crônica, o arquivo, o documento –, quer dizer, aquilo que se organiza em texto *folheado* do qual uma metade, contínua, se apoia sobre a outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber. Pelas ‘citações’, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet chamou ‘crônica’), ele se estabelece como *saber do outro*.” Ibidem, p. 97.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>39</sup> HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. Régimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux en sciences sociales**. Paris: L'harmattan, 1993.

<sup>40</sup> Nicolazzi reitera a importância epistemológica da noção de *regimes historiográficos* como um instrumento para a história da historiografia, que permite ir um pouco além da noção de Certeau de *operação historiográfica*, que, em seu momento de definição, não relacionava de maneira “intensa” a escrita da história e a experiência de tempo, ou ainda à legitimação enquanto recepção. NICOLAZZI, 2017, op cit., p. 21

Em trabalhos recentes que buscaram mobilizar e desenvolver essa ferramenta foram utilizados *textos prescritivos* como fonte principal de análise<sup>41</sup>. Em outras palavras, encontramos nestes textos as recomendações e prescrições de autores que buscavam recomendar ou orientar a historiografia vigente, definindo ou sugerindo os modos com os quais os historiadores deveriam seguir. Mais explicitamente, textos que tinham como objetivo responder “como a história deve ser escrita?”, mesmo que os caminhos apontados nunca fossem, de fato, seguidos pelos historiadores. Alfredo Taunay e Euclides da Cunha não se ocuparam especificamente de tais prescrições, portanto, buscamos um percurso diferente para explorar um *regime historiográfico* que envolva os métodos para se narrar a história das guerras. Dessa maneira, buscando colaborar para este modo de investigação, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, nos dedicamos às questões que se relacionam com as nomeações de Alfredo d’Escagnolle Taunay e Euclides da Cunha, realizadas para que ocupassem a função de correspondentes militares. Objetivando compreender como se relacionam as narrativas dos autores, trabalhamos com os textos que abordam os contatos, as convocações e os anúncios de Taunay e Cunha para a função designada.

Durante o desenvolvimento do capítulo, dialogamos com uma bibliografia inicial que justifica e contextualiza a necessidade da função do correspondente militar nas guerras do Paraguai e Canudos. Assim, atravessamos de maneira breve a história da imprensa periódica no país, visando identificar o fundamento do interesse público incentivado por revistas e jornais cariocas e paulistas pelas guerras em questão. A guerra se torna tema relevante, no âmbito político e informativo, e demanda uma cobertura mais presente e completa. Portanto, buscamos traçar as características consideradas e as expectativas depositadas para a escolha de Alfredo d’Escagnolle Taunay e Euclides da Cunha, atribuídos pelo Estado e pela imprensa para a função de ver, narrar e informar sobre as guerras.

Nesse sentido, analisamos o anúncio de Alfredo Taunay como correspondente da revista ilustrada carioca *A Semana Ilustrada*; a carta de nomeação assinada por Conde d’Eu; o anúncio do envio de Euclides da Cunha enquanto correspondente do jornal paulista *O Estado de S. Paulo* e do pedido de recomendação escrito por Júlio de Mesquita,

---

<sup>41</sup> Estes trabalhos serão comentados no tópico *A literatura militar configura um Regime Historiográfico?* do terceiro capítulo.

diretor do mesmo jornal, ao então presidente da república Prudente de Moraes. No caminho do capítulo, exploraremos a maneira com que os periódicos citados intentaram narrar as guerras, através dos meios e práticas valorizadas e encomendadas para realizar tal narrativa, bem como por uma crítica direcionada a outra revista do período, *La Revue des Deux Mondes*.

No segundo capítulo, tateamos as práticas e escritas efetuadas pelos dois autores durante os percursos e participações nas guerras. Nesta etapa, tivemos o objetivo de explorar as narrativas produzidas por Alfredo Taunay e Euclides da Cunha ao exercerem uma função específica: a de relatar as guerras. Assim, tomamos como fonte seus diários, encomendados pelo exército e pela imprensa e que serviram de fonte para *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*. Tratamos dos diários publicados por Alfredo Taunay na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, são estes: *a Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte: memória descritiva*, publicada em 1869, em razão da recepção de Taunay enquanto sócio correspondente do Instituto; e o *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros (1865-1866)*, publicado em 1874. Para Euclides da Cunha, analisamos o *Diário de uma Expedição*, edição que compila seus escritos de guerra. Com os diários, buscamos averiguar como tais narrativas iniciais foram produzidas como documentos históricos através da *autópsia*, consolidando cenários, eventos e personagens em uma *literatura militar*, tendo em consideração as expectativas depositadas em seus autores no momento de suas nomeações.

Para o terceiro e último capítulo, abordamos como Alfredo Taunay e Euclides da Cunha foram recebidos após as escritas de suas narrativas de guerra. Assim, apresentamos suas recepções em lugares como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira Letras, através dos discursos de recepção e pareceres avaliativos. Ainda, para que possamos refletir sobre os diferentes públicos atingidos pelos autores, mobilizamos críticas e comentários que tenham feito menção a uma aproximação entre os dois autores e suas narrativas, publicadas em meios periódicos nos anos posteriores às publicações de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*.

Com o último capítulo, direcionamos o foco da discussão a mais um aspecto do entorno que envolve o trabalho historiográfico, para que possamos explorar a hipótese de um *regime historiográfico* específico que englobe as narrativas de guerra de Taunay e Euclides a partir de uma alternativa aos textos ditos prescritivos. Adotamos para este *regime historiográfico* a denominação *Literatura Militar*, identificada nas fontes como

um meio de aproximação diacrônica entre os autores, cujas narrativas foram consideradas exemplares de como a história das guerras deveria ser realizada.

Nesta pesquisa, a relação entre as noções orienta a ordenação dos três capítulos, organizados pela ordem *expectativas, produções e recepções*. Portanto, por meio da análise das expectativas depositadas sobre as operações realizadas por Alfredo Taunay e Euclides da Cunha – considerando sua relação com o tempo e seu tratamento literário da historiografia – e de suas recepções, indispensáveis na reflexão sobre os modos de se pensar, realizar, legitimar<sup>42</sup>, apresentamos como hipótese a identificação de um modo específico de escrita da história, localizado temporalmente na segunda metade do século XIX e primeira década do XX, que definiu, produziu e orientou práticas exemplares de como escrever a história das guerras.

---

<sup>42</sup> Partindo, como já indicado nos objetivos, de críticas e recepções posteriores a publicações de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*.

## CAPÍTULO I

### **Suas nomeações: o que se espera de um correspondente militar?**

A função de narrar os acontecimentos de uma guerra em andamento pode ser desafiadora. Para o interesse dos governos envolvidos na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e na Guerra de Canudos (1896 – 1897), bem como dos veículos de imprensa que buscavam noticiar os eventos, essa tarefa não deveria, e nem poderia ser realizada por qualquer um. Os atribuídos à função de *correspondente militar* foram escolhidos, como veremos adiante, a partir de uma gama de relações sociais muito bem estabelecida, somando-se, claro, ao peso dos méritos e habilidade necessários. Desse modo, exploraremos neste capítulo os recortes que compõem as nomeações de Alfredo d’Escragnolle Taunay (1843 – 1899) enquanto correspondente militar em atuação na Guerra do Paraguai; e Euclides da Cunha (1866 – 1899) enquanto correspondente militar em atuação na Guerra de Canudos. Tendo em vista que suas nomeações não se deram somente no meio oficial, veremos como a revista carioca *Semana Ilustrada* e o jornal *O Estado de S. Paulo* se articularam para levar aos leitores a narrativa das guerras do Paraguai e Canudos, através da ótica destes dois correspondentes. Com o estudo, pretendemos explorar quais foram as demandas encomendadas ao correspondente militar do fim do século XIX e problematizar as expectativas depositadas aos homens de letras direcionados para a função. Assim, também abordaremos as relações estabelecidas entre a cobertura jornalística e a escrita da história neste período.

À guisa de apresentação, Alfredo d’Escragnolle Taunay, conhecido e publicado frequentemente como Visconde de Taunay, como consta no texto de abertura de suas *Memórias*, nasceu “na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, à Rua do Resende, nº 87, às 3 horas do dia 22 de fevereiro de 1843”<sup>1</sup>, filho do pintor francês Félix Emile Taunay, diretor da Academia de Belas Artes, e de D. Gabriela d’Escragnolle Taunay, filha do Conde e da Condessa d’Escragnolle Taunay. Foi autor de diversas obras, nos mais diferentes gêneros e formatos, tais como *Inocência*, *A mocidade de Trajano*, *No Declínio*, *A Retirada da Laguna* e *O Encilhamento*, a lista se estende ao considerarmos as publicações editadas após sua morte, em 25 de janeiro de 1899, reunidas, organizadas e divulgadas por seu filho, Afonso Taunay (1876-1958). Foi, e ainda é lido como romancista, literato, correspondente militar, historiador, enfim, *polígrafo*, durante suas

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 29.



décadas de produção e atuação política. Como abordaremos, participou em duas ocasiões da Guerra do Paraguai, foi deputado da província de Santa Catarina, presidente da província do Paraná e, posteriormente, Visconde, título passageiro, visto que agraciado em 1889, poucos meses antes de 15 de novembro, quando se retirou da vida política, em recusa ao novo governo republicano. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Taunay foi um componente ativo destes lugares, dos círculos da Corte imperial e da Rua do Ouvidor, centro de produções literárias no fim do século XIX<sup>2</sup>.

Euclides da Cunha, por sua vez, nasceu na cidade de Cantagalo-RJ, em 20 de janeiro de 1866. Assim como Taunay, integrou ativamente o IHGB e a ABL; formou-se engenheiro militar, e, apesar de ter sido expulso do exército, em 1888, por expressar manifestações republicanas, atingiu a patente de tenente antes de compor a quarta expedição contra Canudos. Ao retornar, isolou-se por cinco anos para redigir sua principal obra, publicando, em 1902, a primeira edição de *Os sertões*, aclamada pela crítica desde o primeiro dia de lançamento<sup>3</sup>. Com o chamado *livro vingador*, Cunha recebeu reconhecimento em diversos círculos, sendo consolidado como um autor chave da literatura nacional, bem como da historiografia sobre a Guerra de Canudos e o sertão baiano. Com poucas obras posteriores à *Os sertões*, como *Paraíso Perdido* e *À margem da História*, Euclides da Cunha teve uma trágica morte prematura, em 1909 em uma troca de tiros contra o amante de sua esposa, Ana Emília Ribeiro<sup>4</sup>.

### **A guerra como um tema interessante para a imprensa**

Na literatura que se dedica ao estudo da história da imprensa brasileira, há consenso sobre um surgimento tardio desse veículo no Brasil, quando comparado a outros países da Europa e das Américas<sup>5</sup>. As razões para tal são externas e internas: no período colonial, a coroa portuguesa criou obstáculos para o desenvolvimento dos jornais que se

<sup>2</sup> Cf. MARETTI, Maria Lúcia Lichtscheidl. **O Visconde de Taunay e os fios da memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 352 p; e SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>3</sup> Refiro-me, em especial, a crítica de José Veríssimo, publicada pelo *O Estado de S. Paulo* no dia seguinte, reunida em FACIOLLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do. **Juízos críticos - os sertões e os olhares de sua época**. 1. ed. São Paulo: Nankin e Unesp, 2003.

<sup>4</sup> VENTURA, 2003, op. cit.

<sup>5</sup> Dialogamos com autores como Ana Luiza Martins, Maria Helena Capelato, Tania Regina de Luca e Marco Morel. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011; MOREL, Marco; Barros, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988, p. 38.

projetavam a partir de uma tecnologia de impressão bastante limitada com o objetivo de evitar críticas à dominação da metrópole sobre a colônia. Além disso, os centros urbanos eram ainda pouco expressivos, predominando na colônia continental uma população campestre, em sua maioria escravizada e analfabetizada, dispersa em uma vasta região<sup>6</sup>.

Em 1808, com a vinda da família real e a transferência do centro político para a nova capital carioca, a circulação de periódicos aumentou significativamente. Por parte do governo, criou-se a Imprensa Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que publicava temas interessantes à imagem e cultura da família imperial. Por parte civil, foram fundados os primeiros jornais de oposição, ainda ilegais pela censura oficial que suprimiu a liberdade editorial até a Independência. Os de apoio também vieram, editados, escritos e diagramados por grupos familiares bem abastados, frequentemente ligados a coroa, alinhados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais<sup>7</sup>. Assim, desde o início do século XIX, a imprensa, conservadora ou liberal, se impôs como uma força política fomentada, mas também temida, adulada, vigiada e punida pela coroa e seus círculos de influência<sup>8</sup>.

Com o fim da censura em 1821, a imprensa imperial foi aos poucos ganhando força nos crescentes centros urbanos, movida especialmente por novas tecnologias de produção. Os equipamentos que vieram de carona nos navios da coroa portuguesa foram substituídos apenas em 1845, mas já nas décadas anteriores se observou o aumento das tipografias, responsáveis pelos processos que envolvem a impressão. Ana Luiza Martins<sup>9</sup> aponta que, em 1808, havia apenas uma tipografia no país, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1822 contam-se seis, vinte e cinco em 1850, trinta em 1862, “um sem-número delas em 1889” e “quase que uma em cada esquina em 1908”<sup>10</sup>. Com esses avanços no segundo reinado, as notícias do mundo e das províncias foram cada vez mais difundidas com velocidade, encurtando a distância entre o acontecimento e o leitor, como demonstra Lidiane Santos de Lima Pinheiro<sup>11</sup>:

---

<sup>6</sup> CAPELATO, 1988, op. cit., p. 38.

<sup>7</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.), op. cit., 2011, p. 48.

<sup>8</sup> CAPELATO, 1988, op. cit., p. 13.

<sup>9</sup> MARTINS, 2011, op. cit., p. 57

<sup>10</sup> Mesmo com esse aumento substancial da capacidade de editoração dos jornais em terras brasileiras, diversos periódicos em língua portuguesa eram produzidos no exterior, especialmente em Paris, e importados para a capital do império.

<sup>11</sup> PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal o estado de S. Paulo sobre a guerra de Canudos e sobre as comemorações de seu centenário.** 417 f. Tese

Com a maior rapidez proporcionada pelas novas tecnologias da informação e a abrangência mundial do jornalismo (que agora pode se referir a qualquer parte do mundo sem grandes dificuldades), o “processo morfológico” do acontecimento é acelerado. Algumas características passaram a ser mais marcantes neste período, como a submissão do acontecimento às normas mediáticas e a aproximada participação do leitor/ouvinte/espectador.

Os jornais procuravam atrair o público e conquistar seus corações e mentes, como afirma Capelato<sup>12</sup>, portanto, deveriam sempre buscar o interesse de seus leitores. Assim, perguntamos com Lidiane Pinheiro<sup>13</sup>: a partir de quais assuntos buscavam os jornais atrair seu público e manter seus assinantes? Quais expectativas tinham os leitores em relação aos periódicos? Quais acontecimentos estes leitores esperavam que fossem anunciados nos jornais? A autora busca respostas pela identificação de um discurso jornalístico:

como receptor de diferentes discursos – o científico, o histórico, o artístico, o político etc. De alguma forma, [este discurso] deixa-se ‘contaminar’ por eles; mas não sem adequá-los à cultura jornalística, bem como às expectativas do leitor.

O acontecimento escolhido para ser midiático, veiculado, difundido e direcionado ao público leitor não seria “um simples preenchimento da nossa memória histórica, política ou cultural, mas uma forma decisiva de contribuição para a sustentação do vínculo social e para a dimensão simbólica da cidadania”<sup>14</sup>. Os assuntos são escolhidos, mas também demandados.

Em especial, as especulações em torno da vida íntima e social da corte geravam matérias de grande interesse popular nos jornais cariocas do segundo reinado. Mesmo ainda criança, Pedro II e sua família eram criticados, caricaturizados, elogiados e exaltados diariamente nas páginas impressas e vendidas pelas ruas do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, o posicionamento do monarca era de que todos esses veículos deveriam ser permitidos, a imprensa tinha de ser inteiramente livre, afinal, “a imprensa se combate com a imprensa”<sup>15</sup>. Assim, ao se manterem interessantes, os jornais contribuíam para a formação da opinião pública sobre a família imperial e suas decisões de estado<sup>16</sup>.

---

(Doutorado) - Curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 48.

<sup>12</sup> CAPELATO, 1988, op. cit.

<sup>13</sup> PINHEIRO, 2012, op. cit.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>16</sup> CAPELATO, 1988, op. cit., p. 18, afirma que “os jornais expressam a opinião pública”, mas atenta para a diferença potencial entre duas vozes dessa opinião: a “vox populi” e a “vox domini”, do povo e dos dominantes, que atuam em pesos diferentes na grande imprensa.

Interessante no tema, mas também no formato. Em um cenário em que grande parte da população era analfabetizada, os folhetins e revistas foram bem recebidos. Já populares na Europa, a presença de ilustrações nas revistas migrou perfeitamente para o mercado de leitores dos centros urbanos brasileiros, afinal, uma imagem sobre o acontecimento passava uma mensagem mais nítida do que um amontoado de palavras sem sentido para uma população não letrada. As revistas de rápida leitura e caráter visual configuravam também um espaço quase exclusivo para a publicação de textos literários, sendo alternativa aos temas oficiais da corte, política e comércio publicados nos grandes jornais. Portanto, “o periodismo permaneceu como formato preferencial de uma imprensa significativa voltada para as causas políticas e em menor escala para manifestações literárias.”<sup>17</sup>. A facilidade de assimilação e o consumo rápido somou-se a uma prática comum desde o período colonial: as leituras públicas, realizadas em praças, farmácias, esquinas ou nos quintais das famílias.

As revistas buscavam abordar tudo que fosse considerado relevante para o contexto social dos centros urbanos, de movimentações financeiras a fofocas da alta sociedade, e neste meio, o caráter humorístico se destacou. Na segunda metade do século XIX, na tentativa de espelhar o cotidiano do país, as revistas ilustradas de caricaturas fizeram com que a comunicação fosse ainda mais imediata. Os artistas foram favorecidos por uma nova técnica de impressão, a litografia, e utilizaram seus desenhos caricatos como mensagem de comunicação através da crítica política. A oposição ganhava uma arma, fazendo rir os leitores com os escândalos da corte. Dentre as temáticas mais frequentes estavam a igreja, o governo e a escravidão.

Assim, na imprensa que se construía à sombra do modelo francês [...], colocaram-se as historietas ilustradas não menos rocambolescas, que introduziram no Brasil a caricatura como narrativa, recurso poderoso que educava, fazia rir, enfeitava e potencializava uma incipiente imprensa das letras.<sup>18</sup>

Como introduzido até aqui, a partir de diferentes estratégias e abordagens, a imprensa buscou de todo modo manter seus leitores interessados. Para tal, era preciso atingi-los, era preciso tornar as situações ocorridas inteligíveis, perfeitamente contextualizadas. Quando os acontecimentos midiáticos são comparáveis a outros dentro de uma esfera social, e fazem sentido aos receptores enquanto grupo, passam a “povoar a memória do leitor, permitindo vincular a memória coletiva à memória

---

<sup>17</sup> MARTINS, 2011, op. cit., p. 45.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 67

singular”<sup>19</sup>. Alguns acontecimentos afetam os públicos de maneiras diferentes, divulgados, por sua medida de relevância, em amplas páginas e ilustrações; outros, no entanto, recebem apenas algumas linhas nos jornais e revistas:

Um clássico exemplo de acontecimento pelo qual o público se sente preocupado é a guerra. Ela sempre representa momentos estruturantes e, por isso, os *media* lhe dão uma importância considerável. Não é um acontecimento qualquer, apesar das formas e linguagens padrões dos *media*, mas suas particularidades, por outro lado, acabam por serem anestesiadas pela repetição de informações sobre feridos, mortos etc., que banalizam o sofrimento.<sup>20</sup>

As guerras, internacionais ou internas, magnetizam os olhares da imprensa e, conseqüentemente, dos leitores. Na segunda metade do século XIX, duas guerras atingiram este patamar: a Guerra do Paraguai (1864-1869), envolvendo militarmente quatro potências sobre a região sul do continente americano; e a Guerra de Canudos (1897-1898), que colocou a recém instaurada república em dificuldades contra um inimigo subestimado. De acordo com Edgley Pereira de Paula<sup>21</sup>, antes da Guerra do Paraguai, as instabilidades políticas e militares do império já atraíram os olhares da imprensa brasileira, mas a partir de 1864, essa imprensa até então acostumada a “retratar a vida dos personagens locais de destaque da política local, a vida cultural, as pequenas intrigas, acidentes, os aspectos cotidianos e o estado geral das cidades” encontram um novo assunto para difundir.

### **A Guerra do Paraguai ilustrada aos cariocas: *A Semana Ilustrada* e *A Vida Fluminense*.**

Para abordarmos a Guerra do Paraguai, podemos de início tomar emprestado o parágrafo de abertura que Ricardo Salles escolheu para o primeiro capítulo de seu livro *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*<sup>22</sup>:

A primeira tarefa com que nos deparamos quando analisamos a guerra do Paraguai é a de estabelecer a magnitude do conflito: sua dimensão em seu contexto histórico, o esforço social requerido, suas conseqüências políticas, sociais e econômicas e seu significado em termos de desperdício de recursos materiais e humanos.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 55.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> PAULA, Edgley Pereira de. **Guerra na imprensa ou imprensa de guerra?** a imprensa brasileira nos campos de batalha da guerra do Paraguai. São Paulo: Scortecci, 2020, p. 19.

<sup>22</sup> SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 7.

Quando tomamos contato com as obras que compõem qualquer uma das “vertentes” bibliográficas identificadas por Salles e Pereira de Paula<sup>24</sup> sobre a guerra – narrativas épico-memorialísticas<sup>25</sup> e os revisionismos, “crítico” e “acadêmico”<sup>26</sup>, recebemos essa dimensão de que a Guerra do Paraguai foi uma guerra de grandes proporções em diversos aspectos. O número de mortos, difícil de ser exatificado, ficou em torno de seiscentos mil, com atuação simultânea de cem mil soldados durante os anos de guerra<sup>27</sup>. A guerra esgotou populações, cofres públicos, projetou heróis e inimigos, enfraqueceu governos e foi, durante anos, protagonista entre os assuntos do império brasileiro. Assim, de certo modo, nos propomos também a explorar a tarefa colocada por Salles, medindo ao menos um aspecto da magnitude desta guerra a partir da análise dos esforços realizados por revistas ilustradas, que tinham como objetivo narrar e comentar seus desdobramentos.

No período da guerra, os periódicos eram coordenados por aqueles que apoiavam e aqueles que criticavam o governo imperial, estes últimos especialmente ligados a grupos de oposição. De modo geral, o posicionamento dos veículos de imprensa era bem dividido, oscilando constantemente de acordo com as mudanças no comando geral da guerra, por decisões tomadas, derrotas e vitórias. Os diretores e donos das revistas cariocas estavam diretamente envolvidos com a política em nível municipal, provincial e nacional, o que se refletia na opinião sobre a guerra e seus desdobramentos. No comando criativo das revistas, estes homens publicaram suas opiniões, críticas e elogios a cada acontecimento relativo ao conflito, em comentários que iam além do cenário militar da Guerra.

Dentre os periódicos ilustrados do Rio de Janeiro, a revista *A Semana Ilustrada* (1861 – 1875) foi uma das principais. Durante os seis anos de guerra, publicou textos, ilustrações, cartas e diários vindos diretamente do palco dos acontecimentos, buscando fomentar o entusiasmo perante o conflito e a empatia com os soldados brasileiros, que, segundo afirmavam, sacrificavam-se pela manutenção da pátria. A revista foi fundada e dirigida por Henrique Fleiuss (1824 – 1882), pintor e caricaturista alemão, de família aristocrata. Formado em belas artes, música e ciências naturais em Munique, Fleiuss foi

---

<sup>24</sup> PAULA, 2020, op. cit.

<sup>25</sup> Textos escritos durante ou logo após a guerra, como os diários e memórias de Alfredo d’Escragno Taunay e do general Dionísio Cerqueira.

<sup>26</sup> No qual Edlgey Pereira de Paula inclui Ricardo Salles. Ver o capítulo um, *Aspectos Historiográficos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, de PAULA, 2020, op. cit.

<sup>27</sup> SALLES, 1990, op. cit., p. 12.

amigo de Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)<sup>28</sup>, amizade que influenciou em sua vinda ao Brasil, em 1859, por sua indicação e convite. A relação com Martius e outros nomes importantes da sociedade letrada brasileira aproximou Fleiuss dos círculos da corte, bem como do próprio imperador. Sua revista, a *Semana Ilustrada*, é descrita por Ana Luiza Martins como sendo “um dos raros periódicos de caricaturas favoráveis ao monarca”<sup>29</sup> Pedro II. Era publicada em edições semanais de oito páginas, ocupadas por textos e ilustrações da própria autoria de Fleiuss, bem como de colaboradores. A capa trazia a imagem sorridente do *Dr. Semana*, caricatura, pseudônimo e personagem original de Fleiuss, junto aos dizeres *ridendo castigat mores*, traduzido do latim como “castigar os costumes rindo”<sup>30</sup>, buscando deixar bem claro aos leitores logo no primeiro contato sua abordagem humorística.

Liderada pela imagem divertida e presente de *Dr. Semana* e de seu pajem, o *Moleque*, a revista apresentou discussões sobre os rumos da nação, assuntos econômicos, políticos e de ordem pública, atrelando-os diretamente aos problemas cotidianos do Rio de Janeiro, como a segurança pública, a ineficácia dos serviços municipais e a incompetência dos políticos para resolvê-los<sup>31</sup>. Não havendo fronteiras temáticas, tudo que fosse considerado interessante era comentado. Algumas edições e páginas eram dedicadas a conteúdos artísticos, onde peças teatrais, músicos e pintores recebiam suas críticas; em outras, publicavam-se séries curtas de contos e cartas com assinatura anônima, como por exemplo, os contos de Machado de Assis<sup>32</sup> e as cartas da campanha de Alfredo Taunay<sup>33</sup>.

Os motivos para o destaque da revista não estavam diretamente vinculados a seu volume de circulação, mas sim por fazer jus ao termo *ilustrada* e pelo predomínio da comicidade, cujo projeto conseguiu fazer o contexto urbano do Rio de Janeiro ganhar “expressão imagética” através das litografias que ocupavam metade das páginas de cada

---

<sup>28</sup> Von Martius venceu o concurso que premiou a melhor proposta sobre “Como se deve escrever a História do Brasil” organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História e natureza em von Martius**: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, FapUNIFESP, v. 7, n. 2, p. 391-413, out. 2000.

<sup>29</sup> MARTINS, 2011, op. cit., p. 66.

<sup>30</sup> Cf. PEREIRA, Renan Rivaben. **Semana Ilustrada, o moleque e o Dr. Semana**: imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º reinado. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>32</sup> Recentemente reunidos em edição única por Sílvia Maria Azevedo. ASSIS, Machado de. **Badaladas Dr. Semana**. São Paulo: Nankin Editorial, 2019. Organização de Sílvia Maria Azevedo.

<sup>33</sup> A primeira carta de campanha de Alfredo d’Escagnolle Taunay enquanto correspondente de guerra foi publicada na edição 229 da *Semana Ilustrada*, em abril de 1865, sob a assinatura de “T. d’E. A”.

edição<sup>34</sup>. O projeto tinha como mote complementar as sátiras textuais por meio da comunicação visual, e mesmo que tenha atingido em maior número um público seletivo de letrados e homens próximos da corte<sup>35</sup>, a *Semana* obteve grande sucesso e relevância com seus divertimentos, sendo considerada no período por Alfredo Taunay como uma revista “muito conceituada, centro de todo o movimento literário do Rio de Janeiro”<sup>36</sup>.

O objetivo da revista e de seu diretor certamente era o de fazer rir, mesclando de maneira inteligente texto e imagem em sua composição, porém, como afirma Lúcia Maria Paschoal Guimarães<sup>37</sup> tratava-se de um riso “instrutivo”. Ilustrando problemas de conduta social, Henrique Fleiuss e a revista pretendiam orientar o olhar dos leitores e sua ação no espaço público, através de um “instrumento capaz de observar e analisar a sociedade”<sup>38</sup>. Por meio de dois fatores, os espaços públicos de leitura e seu caráter visual, a revista tornou-se uma maneira de acesso à informação para a população não-alfabetizada da capital carioca. Com os primeiros acontecimentos que marcaram o início a Guerra do Paraguai, a revista direcionou sua *lanterna mágica*<sup>39</sup> para a política e os conflitos externos, sem renunciar ao humor. As páginas passaram a ser ocupadas semanalmente com textos, charges e caricaturas que vislumbravam o envolvimento político brasileiro no conflito interno uruguaio, como as ameaças de Solano López e suas promessas de envolvimento militar direto.

Porém, a *Semana* de Fleiuss não foi a única revista que buscou representar visualmente os acontecimentos da guerra no cenário carioca. A *Vida Fluminense*, publicada entre 1868 e 1875, dirigida pelo ilustrador italiano Angelo Agostini (1843-1910), compartilhou espaço de cobertura e circulação durante os anos em que se deram as batalhas nas fronteiras paraguaias. Segundo Martins, Agostini figurou como um personagem importante no cenário político brasileiro, através de seus periódicos, em especial a *Revista Ilustrada*, que circulou entre 1876 e 1898. Comentarista assíduo da

---

<sup>34</sup> PEREIRA, 2020, op. cit., p. 35.

<sup>35</sup> A *Semana Ilustrada* buscava recriar a sociabilidade branca fluminense, descrevendo os bailes, festas, óperas, peças teatrais, problemas e costumes de uma elite econômica que tinha como referência parâmetros materiais e comportamentais europeus. Ibidem, p. 36.

<sup>36</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **Dias de Guerra e de Sertão**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. 1923. 2ª Edição, p. 12.

<sup>37</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Henrique M. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na corte (1859/1882). *ArtCultura*, Revista do Instituto de História/UFU, v.8, n.12, p. 85/97, jan/jun 2006.

<sup>38</sup> PEREIRA, 2020, op. cit., p. 36.

<sup>39</sup> O instrumento de projeção de imagens, chamado de *lanterna mágica*, figurava na capa da revista, segurado pelas mãos de *Dr. Semana*.



campanha abolicionista e da causa republicana, fazendo de seus desenhos voz de apoio para ambos os processos<sup>40</sup>.

As rivais *Semana Ilustrada* e *A Vida Fluminense* foram as únicas a utilizar de maneira sistemática correspondentes e colaboradores militares que viam, ilustravam, escreviam e fotografavam a guerra direto da linha de frente, enquanto outras continuaram a tratar o conflito somente por meio de charges, caricaturas e imagens alegóricas<sup>41</sup>. Pereira de Paula demonstra a existência de uma “rede de produção e circulação de informações”<sup>42</sup> sobre a guerra, composta por editores, ilustradores, correspondentes militares, oficiais do exército, proprietários de veículos de imprensa, grandes comerciantes e membros da corte imperial, responsável por fazer rodar as notícias do conflito em uma via de mão dupla, primeiro para a capital, que irradiava para as províncias, para depois retornar aos campos de batalha, informando os oficiais. Henrique Fleiuss e Ângelo Agostini compuseram ativamente essa rede de sociabilidade, disputando nos textos e ilustrações de suas revistas a autoridade, exclusividade e a verdade de suas narrativas sobre a guerra em andamento. Ao noticiar ou opinar sobre a guerra, a imprensa carioca era movida de acordo com “os interesses momentâneos dos editores locais e das ligações políticas que os mesmos detinham com o governo que ora estava no comando da administração pública, ora era aliado do poder”<sup>43</sup>.

Assim como a *Semana Ilustrada*, a revista de Agostini se dedicava a comentar assuntos interessantes à cidade do Rio de Janeiro, com onze páginas por edição, o periódico trazia na capa o título de “joco-séria-ilustrada”, declarando o teor cômico-satírico de seu conteúdo: “caricaturas, retratos, modas, vistas, músicas, etc. etc.”, que dividia as páginas entre textos e ilustrações originais<sup>44</sup>. Com o início da guerra, as temáticas foram afuniladas, tornando-se assunto recorrente durante os cinco anos de duração. As revistas que antes eram

---

<sup>40</sup> MARTINS, 2011, op. cit., p. 66.

<sup>41</sup> STUMPF, Lúcia Klück. **Fragmentos de Guerra: Imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)**. 463 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 52.

<sup>42</sup> PAULA, 2012, op. cit., p. 15.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>44</sup> As edições de ambas as revistas podem ser acessadas digitalmente pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

acostumadas a retratar a vida dos personagens locais de destaque da política local, a vida cultural, as pequenas intrigas, acidentes, os aspectos cotidianos e o estado geral das cidades têm um novo assunto.<sup>45</sup>

Após 1864, Solano López e as tropas paraguaias se tornaram personagens principais, e as ilustrações se concentraram na representação destes atores. Neste sentido, a imagem de Pedro II era tão recorrente quanto a de López, criticado ou elogiado medida em que a guerra avançava. Como demonstrado por Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros<sup>46</sup>, a imprensa brasileira se desenvolveu vinculada a uma transformação dos espaços públicos metropolitanos e acompanhou a modernização política e cultural do país. A independência e a formação de um estado-nação foram temas chave para a criação e circulação de jornais e revistas que buscavam se manter presentes no cenário social urbano. Assim a Guerra do Paraguai vigorou como um prato cheio para essa imprensa ambientada em um cenário de progressão das tecnologias de reprodução visual, melhorias na qualidade de impressão e técnicas de fotografia, fatores que alavancaram a popularização de revistas como *A Vida Fluminense* e *A Semana Ilustrada*, que buscaram se atualizar, posicionando-se na vanguarda da cobertura sobre o maior conflito internacional que o país já havia participado.

Por meio do *Dr. Semana*, Henrique Fleiuss indica que o papel de sua revista e da imprensa no período era o de “animar, para não deixar esfriar a coragem e o patriotismo, educar pelos fatos históricos de todos os povos do universo e mostrar os exemplos dos heróis, isto é e deve ser o motor da imprensa”<sup>47</sup>. O combustível definitivo para alimentar esse motor foi o visual, lançando ao público leitor por meio de pinturas, caricaturas, litografias e fotografias, reproduzidas ou baseadas a partir de imagens e relatos produzidos diretamente dos assentamentos militares, sobrepondo sobre o conflito um caráter até então inédito: o público leitor pode ver a guerra, e não apenas ler sobre ela. Resta-nos então perguntar sob qual ótica.

### **A função de ver as guerras**

A relação e a possibilidade de ver, ler e ouvir sobre as guerras e seus acontecimentos estão diretamente ligados às tecnologias de informação. Como vimos até aqui, era de interesse do Estado imperial e da imprensa não apenas noticiar, mas também

---

<sup>45</sup> PAULA, 2012, op. cit., p. 19.

<sup>46</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>47</sup> FLEIUSS apud PAULA, 2020, op. cit., p. 66.

diminuir o espaço entre o acontecimento e sua notificação. Em momentos de guerra, tal aceleração se faz ainda mais necessária. A Guerra do Paraguai é, dentre diversos outros aspectos, marcada na historiografia pelo implemento e consolidação de uma vantajosa tecnologia, que facilitou a conversa entre a linha de frente e os quartéis gerais, especialmente na defesa e exploração do sertão mato-grossense. O telégrafo, introduzido no cotidiano na corte ainda em 1808, servia, até então, como uma ligação entre o governo imperial e as fortalezas litorâneas da capital carioca, e seu objetivo era único: identificar e anunciar a chegada de embarcações, auxiliando a fiscalização do movimento dos portos, agilizar o controle sobre embarque e desembarque de escravizados e avisar sobre a nacionalidade dos navios que surgiam no horizonte. Como afirmado por Laura Antunes Maciel<sup>48</sup>:

Acima de tudo, o telégrafo transformou a forma de comunicar e informar, acelerou o tempo vivido, apressou a circulação das notícias e, principalmente, mudou o modo de descrever os acontecimentos. [...] Depois do telégrafo, a notícia seria breve, seca, rápida, telegráfica.

Apesar da utilidade, popularizar a ferramenta não foi uma tarefa simples. A manutenção dos vários quilômetros de fios, o alto custo demandado e o receio do comércio em acatar a nova tecnologia exigiu “reiteradas tentativas de sucessivos ministros da Justiça de ampliar a utilidade do serviço” telegráfico.

Por mais uma década ainda a comunicação telegráfica não mereceria a confiança dos habitantes da Corte, que mantiveram inalterado o hábito secular de remeter os recados através de mensageiros. Vítima de preconceitos e reclamações sobre sua ineficiência e até de descrença sobre a possibilidade de trocar mensagens através de um fio eletrificado, o telégrafo não passaria, para muitos, de truque, ilusionismo e efeito de mágica. Estas desconfianças justificariam o pequeno volume de correspondência telegráfica, chegando a ameaçar o fechamento de algumas estações telegráficas.<sup>49</sup>

A partir de 1850, com a melhoria das redes elétricas pelos centros urbanos, o telégrafo torna-se, aos poucos, um bem moderno, possibilitando a propagação “dos pensamentos, das ordens, das notícias” de maneira mais simplificada, entre as províncias e entre os continentes<sup>50</sup>. Com os cabeamentos marítimos, o Brasil passou a ser “vizinho”

<sup>48</sup> MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 21, p. 127-144, jan. 2001, p. 128.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>50</sup> “O período entre 1866-1886 é considerado o momento áureo da expansão da rede telegráfica sob o Império. Nesses vinte anos, o Império constituiu 10.969 quilômetros de linhas telegráficas ligando 182 estações, capazes de ‘estretar num sólido e vigoroso laço de fio telegráfico todo o vasto litoral de um ao outro extremo do país’. A eletricidade e o fio telegráfico eram pensados, então, como os meios modernos capazes de atar as províncias, costurá-las umas às outras, evitando dessa forma a desagregação do território”. Ibidem, p. 132.

da Europa, e com o início da Guerra do Paraguai, a utilidade do telégrafo seria comprovada de vez. No campo de batalha e nas cidades próximas do sertão, as linhas telegráficas se mostraram eficientes “para orientar o rápido avanço das tropas e para a redefinição de estratégias militares”<sup>51</sup>. Comunicações ágeis permitiam uma melhor administração de todo o território e uma resposta quase instantânea às adversidades e imprevistos.

A experiência da guerra evidenciou a precariedade das comunicações com o centro-sul do país, a fragilidade da defesa das fronteiras imperiais e, principalmente, quanto o telégrafo poderia auxiliar na solução desses problemas, o que determinou o início imediato da construção de linhas telegráficas, por iniciativa e sob a responsabilidade da RGT [Repartição Geral dos Telégrafos], visando unir e integrar as províncias brasileiras.<sup>52</sup>

Novas tecnologias fizeram da guerra um conflito de acesso rápido e visual. Porém, esses fatores de vantagem<sup>53</sup> exigiram do exército habilidades específicas. Por isso se tornou comum a mobilização de *engenheiros militares*.

Durante a guerra, a formação e treinamento destes engenheiros foram direcionados à confecção de mapas topográficos, desenhos de plantas, levantamentos e relatórios de botânica e fauna, além, claro, do planejamento e construção de quaisquer ferramentas necessárias para o avanço das tropas, como edificação de pontes, jangadas e postos de vigia<sup>54</sup>. A presença de engenheiros nos batalhões se tornou útil, recorrente e necessária, funcionando como um setor de inteligência e suporte estratégico aos comandantes e tropas. Na campanha da Laguna, como relata Alfredo d’Escranolle Taunay<sup>55</sup>, os engenheiros, que formavam uma comissão própria, se reuniam com frequência com o comando dos batalhões, a fim de tecer diferentes estratégias, desde a organização e distribuição de suprimento, até manobras elaboradas como a travessia de rios. Ainda, em períodos de paz, estes homens trabalhavam com o planejamento, organização e controle de cidades e vilas, além de atividades de exploração, registro e demarcação do território nacional.

Dentre o rol de habilidades destes engenheiros, nada era mais trabalhado do que o desenho. Como apresenta Lúcia Stumpf, a partir da leitura de *O desenho panorâmico*

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Em especial o telégrafo e a fotografia, mas também, por exemplo, o uso de balões.

<sup>54</sup> STUMPF, 2019, op. cit., p. 68.

<sup>55</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escranolle. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

*militar*<sup>56</sup>, o desenho militar deve ser entendido como um instrumento voltado para a educação do olhar, característica indispensável para que o engenheiro atinja seus objetivos, dessa forma, o desenho deveria servir como um “exercício intelectual que precedia a ação”<sup>57</sup>. Visualizar, registrar e planejar, para só então agir. Em complemento, os engenheiros eram estudados na matemática, física, geografia, topografia e botânica, vez ou outra poderiam servir de médicos<sup>58</sup>. Analisando um diário de André Rebouças<sup>59</sup>, um outro atuante na Guerra do Paraguai, Stumpf demonstra em sua tese os detalhes da ação de um batalhão de engenharia. As anotações de Rebouças abordam com clareza as atividades realizadas pelos engenheiros, em especial suas medições topográficas:

Os engenheiros mediam as rotas e a potência da artilharia inimiga, indo a campo depois das batalhas para demarcar os locais das explosões e dos cartuchos encontrados vazios. Tendo isso em vista, indicavam os melhores locais para a colocação das baterias de ataque e trincheiras de defesa.<sup>60</sup>

Como apresentamos até aqui, era do interesse das revistas ilustradas *Semana Ilustrada* e *Vida Fluminense* noticiar os acontecimentos da guerra a partir de um apelo visual, priorizando um ponto de vista singular, direto do teatro de operações. Assim, fazia sentido buscar testemunhas oculares especializadas, preparadas para a tarefa, ou mesmo prepará-las para tal. Em contato com as ilustrações, diários, cartas e fotografias dos engenheiros, as revistas ilustradas protagonizaram uma disputa de originalidade e autoridade sobre as imagens veiculadas. Pretendiam fazer ver através de uma “perspectiva militar”: “um novo regime de visualidade sobre as guerras começava a ser construído, afastado das convenções artísticas, já que não deveria ser nem imaginativo nem simbólico, mas sim voltado ao registro da experiência observada”. As charges e caricaturas de Fleiuss e Agostini gradativamente se tornaram críticas direcionadas aos líderes que estavam distantes dos campos de batalha. Para abordar os oficiais da linha de frente, priorizavam construir uma guerra “livre de imaginação”, representada “pelo real, por isso o uso quase exclusivo de desenhos militares por parte das revistas”<sup>61</sup>, onde a qualidade instrutiva se sobrepunha ao simples ato jornalístico de registrar o combate.

---

<sup>56</sup> CAMPOS, Antônio Mário de Figueiredo. **O desenho panorâmico militar**. Coimbra: França Amado editor, 1908.

<sup>57</sup> STUMPF, 2019, op. cit., p. 69.

<sup>58</sup> Como relata Taunay no percurso de retorno ao Rio de Janeiro, após ação no Mato Grosso. TAUNAY, Alfredo d’Escragno. Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte: memória descritiva. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXXII, Segunda Parte, p. 5-51, jul. 1869.

<sup>59</sup> REBOUÇAS, André. **Diário. A guerra do Paraguai (1866)**. São Paulo: IEB/USP, 1973.

<sup>60</sup> STUMPF, 2019, op. cit., p. 79.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 144.

Em seu livro, Edgley Pereira de Paula constrói a conclusão de que houve, de fato, uma guerra também na imprensa<sup>62</sup>. A *Semana Ilustrada* e *A Vida Fluminense* publicavam frequentemente ataques e críticas uma à outra, defendendo cada uma sua autoridade e a validação das fontes das litogravuras reproduzidas. Ambas mantiveram contatos ativos no cenário da guerra, militares ou civis, e publicavam semanalmente imagens dos campos de batalha e das cidades sitiadas. *A Vida Fluminense* se orgulhava de poder expor publicamente, na sede de sua redação, os originais enviados das ocupações brasileiras no Paraguai, e cobrava para que a *Semana* de Fleiuss fizesse o mesmo. Já a *Semana* divulgava o compromisso de fazer a logística reversa, garantindo que suas edições semanais chegassem aos acampamentos, a fim de informar os soldados que ali estavam.

A disputa editorial perdurou durante todos os anos da guerra, e atingiu o ápice com a morte de Solano López, quando a *Semana Ilustrada* foi acusada pela revista rival de divulgar erroneamente nome e imagem de quem finalmente teria matado o ditador paraguaio. Mas mesmo antes do estouro da guerra, as duas revistas já contribuía para a produção de uma imagem específica de López e dos paraguaios, fazendo circular uma versão animalizada, selvagem e inumana dos vizinhos platinos, que ameaçavam interferir na crise política do Uruguai<sup>63</sup>. Posteriormente, com os engenheiros e correspondentes militares, as revistas buscaram a garantia de autoridade e verdade sobre as imagens, cartas e diários publicados.

### ***A Semana Ilustrada, a Comissão de Engenheiros e as duas nomeações de Alfredo d'Escagnolle Taunay***

A edição 225 da *Semana Ilustrada*, levada a público em 1865<sup>64</sup>, dá atenção à Guerra na totalidade de suas oito páginas. Logo na capa temos a presença dos recorrentes personagens da revista, *Dr. Semana* e o *Moleque*. Desta vez, *Moleque* veste trajes de guerra e uma arma de fogo nas mãos. Questionado do porquê, prontamente explica o desejo de formar um corpo de “Zuavos Fluminenses”. Diz ele que “toda a crioulada vai

---

<sup>62</sup> PAULA, 2020, op. cit., p. 82.

<sup>63</sup> Do lado Paraguaio, o mesmo ocorria em periódicos como o *El Semanário*, *El Centinela* e *Cabichí*. “O uso de tais imagens enquanto meio para elaborações discursivas a respeito do outro, especialmente em uma perspectiva satírica e depreciativa, aponta para a construção, ou reforço, de uma identidade. Isto é, ao mesmo tempo em que se postulava uma suposta inferioridade do outro, também era apregoada uma inquestionável superioridade de si. Tal mecanismo em um contexto de guerra tomava feições muito mais vultuosas.” OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. O riso combatente: a sátira e o escárnio nos periódicos paraguaios durante a guerra da tríplice aliança. **História (São Paulo)**, Franca, v. 40, p. 1-23, 2021, p. 6.

<sup>64</sup> **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro, v. 225, abr. 1865.

inscrever-se”<sup>65</sup>. A palavra *zuavo* refere-se as companhias formadas por homens negros durante a Guerra do Paraguai, mais especificamente os *Zuavos Baianos*, batalhões criados no início da guerra, em meio ao fulgor do alistamento voluntário, com o objetivo de organizar um “respeitável corpo de voluntários de cidadãos crioulos”, assim chamados em referência as tropas coloniais argelinas do período, do qual seus trajes, bem como o de *Moleque* na capa, tentavam reproduzir de acordo<sup>66</sup>. Na sequência, abrindo a edição, encontramos a reprodução de uma carta assinada pela “Comissão da Praça do Comércio”, que solicita a contribuição de “todos os brasileiros” para a construção de um *asilo dos inválidos da pátria*, destinado a velhos e jovens soldados, retirando da carreira militar “a certeza de um tenebroso futuro” e proporcionando aos soldados feridos pela guerra uma vida decente.

Todas as ilustrações, que, como de costume, ocupam metade das páginas deste número, seguem a temática. Em uma, assistimos a uma mulher, “brasileira patriota”, que justifica ter batido no marido, pois este, visivelmente machucado, defendia Solano Lopez em uma conversa. Em outra, um jovem brasileiro ataca árvores com sua espada, enquanto seu pai explica ao amigo que o filho, na verdade, está treinando, após se alistar como voluntário. Em uma terceira, presenciamos homens trocando suas seringas por espadas, sendo possível verificar como a guerra aos poucos toma os holofotes, voltados anteriormente a outros acontecimentos do período, como, neste caso, a vacinação contra varíola.

No balanço semanal que se segue sob os enunciados sarcásticos do *Dr. Semana*, comenta-se sobre o conflito entre os *blancos* e *colorados* no Uruguai, bem como sobre a intervenção brasileira.

Do Paraguai pouco se sabe. Antro de malvadezas, laboratório de monstruosidades, essa Cochinchina da América do Sul evita comunicar-se com o resto do mundo. Amas as trevas, porque só com elas o seu tresloucado dominador pode manter-se em um poder, que ultraja todas as aspirações do presente século.<sup>67</sup>

Continua, em crítica às referidas *trevas* da imprensa paraguaia, controlada por Lopez, que pelo *El Semanário*, famoso jornal de Assunção, sabe-se apenas que “o déspota já anda de crista abatida, ruminando talvez a resolução de ir [...] empoleirar-se em algum

---

<sup>65</sup> Ibidem., p. 1796.

<sup>66</sup> KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 121-161, 2012, p. 130.

<sup>67</sup> *Semana...*, 1865, op. cit., p. 1798.

galinheiro da Europa”<sup>68</sup>. Questiona e critica outro jornal, este francês, *La Revue des Deux Mondes*, sarcasticamente “tão interessante e *bem informado* jornal”<sup>69</sup>, que na última edição havia feito elogios ao comandante paraguaio:

E celebre! O governo do Paraguai é paternal, é modelo de instituições livres; o do Brasil é o que há de pior no mundo! Isto diz um grande jornal, publicado em França, a mestra nas nações?! Como se escreve a história? O que há de fazer? O dinheiro do abominável Lopez mata a fome como o de qualquer homem de bem. Não há tiranos que não tenham sido incensados. A peste, loucura, grandes tiranias, tem merecido poema e louvaminhas.<sup>70</sup>

“Como se escreve a história?”, pergunta Dr. Semana. Como a história dessa guerra deveria ser narrada? Aparentemente, não pela maneira com que a *La Revue des Deux Mondes* vinha adotando, por mais prestigiosa que fosse. Percorrendo as edições da *Semana* publicadas no decorrer da guerra, encontramos outras críticas à famosa revista francesa, que publicou recorrentes elogios a Solano López durante os anos seguintes<sup>71</sup>. Na edição 381, de 1867, dois anos após o questionamento, os colaboradores da *Semana* demonstravam ainda insatisfeitos com a história veiculada pela *Revue*.

Em um texto intitulado *A Guerra do Paraguay*, um correspondente da revista, sob o pseudônimo *Vercingetorix*<sup>72</sup>, questiona o posicionamento da *Revue* em artigos recentes sobre a Guerra do Paraguai. Em crítica direta ao geógrafo anarquista Elisée Reclus (1830-1905)<sup>73</sup>, o autor busca expor uma tendência encontrada em artigos publicados no segundo semestre de 1886 pela *Revue des Deux Mondes*, segundo ele:

Sr. Elisée Reclus enche 31 páginas de poesia em prosa, de louvaminhas demoradas em honra do Paraguay, de sua administração *modelo* e do *exímio estadista e guerreiro* marechal Lopez. [...] O inspirado autor traçou a rasgos de pena, desencadeou odiosas verrinas sobre o Brasil, seu governo, a tríplice aliança e os generais de terra e mar que tem dirigido e dirigem as forças em operações contra o turiferado chefe do *paraíso terreal* hispano-guarany.<sup>74</sup>

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Itálico original, como era recorrente na revista

<sup>70</sup> **Semana...**, 1865, op. cit., p. 1801.

<sup>71</sup> Consultamos o arquivo digitalizado da revista, disponível em: <https://www.revedesdeuxmondes.fr/archives/>; acesso em 10 abr. 2021.

<sup>72</sup> A Enciclopédia de Literatura Brasileira, editada pela Academia Brasileira de Letras, relaciona o pseudônimo Vercingetorix (ou Vercingetorix) à Antônio José Vitorino de Barros, escritor e jornalista carioca, autor de poemas e livros publicados nas décadas de 60 e 70 do século XIX, e colaborador de jornais e revistas como a *Semana Ilustrada*. A palavra escolhida para seu pseudônimo se refere ao líder gaulês *Vercingetórix*, personagem chave nas revoltas gaulesas contra o império romano de Júlio César. COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001

<sup>73</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Elisée Reclus, geografia**. São Paulo: Ática, 1985; THÉRY, Hervé; VELUT, Sébastien. Elisée Reclus e a Guerra do Paraguai. **Terra Brasilis**, n. 7, p. 1-27, 9 dez. 2016.

<sup>74</sup> VERCINGETORIX. A Guerra do Paraguay. **Semana Ilustrada**, Rio de Janeiro, v. 381, p. 3043-3046, 1867, p. 3043.



Usando de diversas marcações em itálico, Vercingetorix comenta, de maneira irônica, a imagem de Lopez divulgada por Reclus, que seria aos olhos do geógrafo um exemplo de heroísmo e bravura, resistente ao maléfico império brasileiro. Nas duas páginas ocupadas pelo texto, o autor pseudônimo traça a construção de uma *Solaneida*, formada pelos três artigos escritos por Reclus sobre a guerra:

Três longuíssimos cantos, contendo tanta matéria épica como a *Ilíada*, a *Eneida*, a *Jerusalém Libertada* ou os *Lusíadas*. Mas o Homero do Aquiles paraguaio, o Virgílio do *pio* Enéias de Miss Lynch, o Tasso do Godofredo da Assunção, o Camões do “Albuquerque terrível, Castro Forte” de Humaitá e do Timbó, separou-se da norma seguida por seus antecessores, que nos Elísios, onde há tantos anos descansam, terão por isso de sofrer profundo desgosto.<sup>75</sup>

Reclus e seu personagem heroico não eram dignos de compor essa sequência literária. Pelo contrário, sua narrativa era parcial, mal-informada e orientada por motivações políticas, portanto desqualificada. Dando continuidade, o Brasil moldado pelo geógrafo francês era uma

nação desmoralizada, sem patriotismo, sem homens de estado, sem generais, tendo apenas soldados *chair à canon*, vendo em perigo sua existência como unidade nacional; nação enfatuada, que, por meio de boletins apocalípticos, converte desbarates em triunfos, tudo segundo a asseguaração do *imparcial* Sr. Elisée Reclus; nação, enfim, tão fraca em luta com o formidável Paraguai, está feita em pedaços, reduzida á expressão mais simples: é coisa que não pode deixar de ser certa e certíssima.<sup>76</sup>

O que encontramos no texto publicado na *Semana* é um ataque direto a autoridade da revista e do geógrafo francês, que, conforme denunciado, careciam de critérios, leitura e informações para o perfil do líder paraguaio. A crítica à Elisée Reclus se ancora em uma questão de autoridade e ética: como poderia Reclus criar tal narrativa, que coloca o Brasil como “vencido” e o Paraguai como “vencedor”, em uma revista tão bem-conceituada e com “numerosos leitores das cinco partes do mundo”<sup>77</sup>? A preocupação da *Semana* residia em como o Brasil seria lido por essa grande audiência internacional da *Revue*. Um problema ético, pois, entende-se na escrita uma relação de confiança que sustenta duplamente o “contrato de leitura” e a expectativa do leitor de que estaria recebendo uma “narrativa verdadeira” sobre o noticiado<sup>78</sup>.

Dessa forma, o texto é direcionado para questionar a intelectualidade do autor criticado, afinal, um geógrafo “como o Sr. Elisée Reclus, se inspira por musas douradas

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 3044.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, Escrita e Leitura da História. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-28, 2 set. 2019, p. 5.

e colabora em livros de ouro não deve enganar-se. Entretanto enganou-se”<sup>79</sup>. Ao tratar sobre uma guerra em andamento em um jornal conceituado, a notícia adquire tom de verdade, no entanto, a permanência e validação deste tom dependente da verificabilidade<sup>80</sup>, assim,

se a verdade é propriedade do texto histórico, sua eficácia é apenas uma questão de desvio – tratar-se-ia de entender a ‘irracionalidade’ do sujeito que não reconhece a verdade da narrativa.<sup>81</sup>

A resposta para o engano reside nas fontes utilizadas pelo geógrafo<sup>82</sup>, que pintavam Pedro II com maus olhos, e não como o “primeiro cidadão príncipe ilustrado, virtuoso e extremo patriota, regendo-se pelo mais livre e mais razoável sistema governativo”. Enganou-se pela imprensa paraguaia, enganou-se “pelos livros dos Srs. Manspeld Davis e Expelli”<sup>83</sup>, pelo *Semanário*, periódico que seria, segundo diversas outras críticas da *Semana Ilustrada*, controlado completamente pelo ditador paraguaio. Adverte:

Lá [França] e cá existe muita gente, que não vê pelos prismas remetidos da Assunção, vê pelos olhos da imparcialidade e sem a menor coacção, quanto se tem passado entre os beligerantes acampados no Paraguai.<sup>84</sup>

Sugere então que o *Sr. Reclus* melhor se informe, que de fato “estude os documentos já nos domínios da história”, para que possa concluir “como todos os homens de bom senso”, sem que “morra de amores pelo tirano”, que, na verdade, o império brasileiro não tinha sede de conquistas, nem de escravizar seus vizinhos, mas apenas procura a paz com todos. “Estude o Sr. Reclus” – repete, sugerindo método – “quanto se tem passado na guerra, não leia somente as informações suspeitas, apontamentos forjados na Assunção, leia o pró e o contra”<sup>85</sup>, só dessa maneira poderia chegar na conclusão que Vercingetorix considera como verdade: a de que Lopez seria o culpado por todos os

<sup>79</sup> VERCINGETORIX, op. cit., p. 3044.

<sup>80</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

<sup>81</sup> OHARA, op. cit., p. 11.

<sup>82</sup> Mesmo que abordemos aqui uma leitura de *operação historiográfica*, os termos de análise, atribuições e expectativas podem ser transportados para a operação da geografia no período, que se comunicava e compartilhava práticas com uma noção moderna de história, no Brasil e mundo. Assim, é possível questionar ao geógrafo Elisée Reclus “como se escreve a história?”. Ver CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun., 2005; e COPPES JR, Gerson Ribeiro. **"Um problema Histórico-Geográfico"**: emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954). Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2021.

<sup>83</sup> VERCINGETORIX, 1867, op. cit., p. 3044.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

derrames de sangue. O exemplo estava próximo, na história e nas notícias recentes, Humaitá, a maior fortaleza paraguaia, havia a pouco sido derrotada, logo, o Paraguai não era inexpugnável.

Vercingetorix não aparenta encontrar nos elogios que direciona a Pedro II os problemas de imparcialidade que encontra nas palavras harmoniosas de Reclus a Solano Lopez. Indaga a Reclus o porquê de ultrajar o império, “tão fecundo talento, louvando a um tirano, que leva as lampas em crueldade, perfídia e abominações a quantos enegrecem as páginas da história de todos os tempos?”<sup>86</sup> Como, então, *se escreve a história?* Ou, pelo menos, como a história da Guerra do Paraguai deveria ser narrada, de acordo com a *Semana Ilustrada*? Por baixo do pseudônimo, o colaborador busca convencer de que, para realizar uma escrita correta da história, basta que as notícias busquem a segurança da imparcialidade de fontes confiáveis, que não viessem diretamente, e apenas, de Assunção, mas que considerem tanto o “pró”, quanto o “contra”.

Assim, se do “Paraguai pouco se sabe”, a revista busca por si um meio de saber mais. Se o problema está na origem da informação, a *Semana* procurou produzir suas próprias fontes. Dessa forma, antes de fechar a edição 225, de 1865, na penúltima página, incluem um “Aviso aos nossos assinantes”, noticiando a criação e partida da Comissão de Engenheiros, que acompanharia as forças expedicionárias do Mato Grosso em defesa à invasão paraguaia ao norte.

O aviso vinha informar sobre a chamada “comissão fotográfica”,

uma comissão de engenheiros da força expedicionária de Mato Grosso, que segue hoje para essa província, estudou em nossa casa a fotografia e levou uma máquina e as necessárias preparações a fim de tirar vistas e tudo o que possa haver de interessante, para junto com as necessárias descrições ser publicado na *Semana*. Congratulamo-nos por tão importante coadjuvação, que de certo aumentará muito o interesse que o público tão benevolmente mostrado a nossa publicação.<sup>87</sup>

Aqui, atentemos ao desejo do corpo editorial da revista em aumentar o interesse do público em relação à guerra, que através da comissão, teria a oportunidade de ver tudo que fosse lido como interessante, diminuindo a distância entre o campo de batalha e o público carioca. Dentre os engenheiros que firmaram algum acordo com a *Semana Ilustrada*, figurava o nome de Alfredo d’Escagnolle Taunay, correspondente enviado ao

<sup>86</sup> Ibidem, p. 3045.

<sup>87</sup> *Semana...*, 1865, op. cit., p. 1802.

Mato Grosso (hoje, Mato Grosso do Sul) junto a Comissão de Engenheiros<sup>88</sup> logo nos primeiros meses de guerra, quando tinha ainda vinte e dois anos de idade. Como relembra Taunay, sua primeira convocação pelo exército para atuar na guerra que se iniciava em 1864<sup>89</sup> ocorreu por influência e indicação de seu amigo, Florêncio do Lago, em pedido ao então ministro da Guerra, Visconde de Camamú, que a efetivou, pousando sobre os ombros do futuro Visconde de Taunay a função de registrar o diário da campanha que resultaria em seu *A Retirada da Laguna* e no relatório da Comissão de Engenheiros, publicado posteriormente na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ainda que sua nomeação pelo exército não tenha sido pública, o nome de Alfredo Taunay foi incluído no anúncio da formação da Comissão de Engenheiros, comemorada na notícia publicada pela *Semana Ilustrada*. Como salientamos, a revista carioca foi difusora de tecnologias óticas modernas, e um importante meio de acesso e divulgação dos acontecimentos relacionados à Guerra do Paraguai. Segundo Lúcia Stumpf<sup>90</sup> e Wilma Peres Costa<sup>91</sup>, Alfredo Taunay manteve contato com a revista durante sua trajetória pelo sertão mato-grossense, resultando em uma série de cartas publicadas pela revista de maneira anônima, ou assinadas sob as iniciais: “T. d’E. A”. A relação de amizade entre Taunay e Henrique Fleiuss começava ali, e cresceu com o decorrer dos anos. Em carta posterior, Alfredo se refere ao diretor da *Semana* como o “tão conhecido e emérito artista alemão fundador da imprensa ilustrada no Brasil”<sup>92</sup>.

A ligação entre os sobrenomes Fleiuss e Taunay foi forte e duradoura, projetando-se, décadas depois, como fator de relevância na recepção de Afonso Taunay pelo IHGB, secretariado a partir de 1905 por Max Fleiuss, filho de Henrique.

Formada a comissão sob o apoio militar e da imprensa, sua partida para o Mato Grosso foi comemorada. Extasiados “com a perspectiva de percorrer grandes extensões e varar até sertões poucos conhecidos”<sup>93</sup>, a comissão foi celebrada pelos alunos da Faculdade de Direito em uma festa, dias antes do início das marchas, que contou com um “eletrizante” discurso de Taunay: “Senhores, com os copos de champagne em mão,

---

<sup>88</sup> Composto a comissão junto a Taunay, constam os nomes de Antonio Florencio Pereira do Lago, João da Rocha Fragoso, Catão Augusto dos Santos Roxo e José Eduardo Barbosa, todos tenentes.

<sup>89</sup> TAUNAY, 1923, op. cit., p. 10.

<sup>90</sup> STUMPF, 2019, op. cit.

<sup>91</sup> COSTA, Wilma Peres. Uma viagem de retorno traçando caminhos: o ingresso de Alfredo Taunay no IHGB. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 482, p. 161-202, jan. 2020.

<sup>92</sup> Sobre a relação entre Max Fleiuss e Afonso Taunay, ver: ANHEZINI, Karina. **Um metódico à Brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>93</sup> TAUNAY, 1923, op. cit., p. 9.

saudemos um princípio que nós, militares, havemos de sustentar, a todo o transe, com os copos de espada em punho: a hora da nação brasileira!”<sup>94</sup>. Com declarada energia, a comissão rumou ao norte, primeiro para Santos, em seguida para o Rio de Janeiro, para enfim marchar por mais de dois mil e duzentos quilômetros para ver os sertões mato-grossenses. Para percorrer a exaustiva viagem, Taunay alega ter levado consigo apenas “duas malinhas de cangalha”, preparadas por sua mãe, onde carregou seus diários e cadernos de desenho<sup>95</sup>. Dessa primeira ida de Taunay aos sertões resultaram diversos livros, em especial *A Retirada da Laguna, Cenas de Viagem, o Relatório da Comissão de Engenheiros* e seu caderno de ilustrações, denominado *Viagem Pitoresca ao Mato-Grosso*, que foi analisado no segundo capítulo da tese *Fragmentos de Guerra: Imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)* de Lúcia Kluck Stumpf.

Dois anos após sua partida para os sertões mato-grossenses, Alfredo Taunay foi novamente convocado para atuar na guerra que teimava em não terminar. De Campo Grande, Taunay acompanhou as tropas brasileiras que adentraram terras paraguaias pelo norte do país, até os territórios controlados próximos da capital Assunção.

Desde a primeira nomeação, o nome de Taunay cresceu no círculo da coroa, que já era frequentado por sua família; desta vez, a nomeação foi realizada pelo próprio Gastão de Orleans, o conhecido conde d’Eu. Como relembra Afonso Taunay, filho de Alfredo, o documento de nomeação foi redigido “pelo próprio punho do atestante”<sup>96</sup>, este detalhe, acentuado mais de uma vez em prefácios escritos pelo filho, procura demonstrar o valor atribuído à honraria que Alfredo Taunay carregou em sua segunda participação na guerra, afinal, o próprio príncipe encomendou e redigiu sua nomeação.

Reproduzida na íntegra como apêndice em *Recordações de Guerra e de Viagem* e citada no prefácio de Afonso à edição de 1958 do *Diário do Exército*<sup>97</sup>, a carta de conde d’Eu deixa claro quais eram as expectativas do Império com a reconvocação do correspondente. A princípio, o monarca trata de sua própria autoridade: havia sido ele recentemente nomeado por decreto imperial o novo comandante em chefe de todas as Forças Brasileiras em Operações contra o Governo do Paraguai, substituindo Caxias na

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>96</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **Recordações de Guerra e de Viagem**. São Paulo: Melhoramentos, 1924, p. 103.

<sup>97</sup> Idem, **Diário do Exército, 1869 – 1870, De Campo Grande à Aquidabã, A Campanha da Cordilheira**. Biblioteca do Exército-Editora: Rio de Janeiro, 1958.

função. Partindo desta posição, atesta ter requisitado pessoalmente ao Ministério da Guerra que o *Bacharel* Alfredo d'Escragolle Taunay fosse servir novamente ao Exército de Operações. Finaliza seu texto frisando a necessária presença do correspondente em campo, devido à recente extinção da Comissão de Engenheiros, cujos objetivos na fronteira norte haviam sido cumpridos.

Suas justificativas para a nomeação ao longo do documento se concentram em dois pontos principais: primeiro, porque Taunay o havia acompanhado em algumas situações de combate; e, segundo, pois o enviado era “não só um oficial muito inteligente e muito cumpridor de seus deveres, mas ainda com habilitações literárias e científicas bastante excepcionais”<sup>98</sup>. Sua bravura e competências militares foram provadas pelo próprio conde, em especial durante o assalto de Peribeby e na batalha de Campo Grande, onde Taunay, segundo relata d'Eu:

se conservou a maior parte do tempo ao meu lado, ao alcance dos tiros inimigos e as vezes adiantou-se mais, para ir aos lugares onde se achava travada a peleja, portando-se em tudo com a bravura própria dum oficial brioso.<sup>99</sup>

Por sua vez, as “habilitações literárias e científicas bastante excepcionais” eram atestadas pelo Relatório da Comissão e pelas primeiras versões, ainda prévias, em francês, de *A Retirada da Laguna*. Pelo reconhecimento atingido, Taunay estreitou ainda mais suas relações com a família real, que, através do príncipe Gastão de Orleans, enxergaram neste “oficial brioso” uma escrita patriota sobre a guerra, benéfica a ser divulgada, garantindo-lhe, mais uma vez, a função de levar os acontecimentos até a corte<sup>100</sup>.

Com esta segunda nomeação, Taunay produziu fontes para a publicação do *Diário do Exército*, contendo os relatos *De Campo Grande a Aquidabã* e *A Campanha da Cordilheira*.

Suas duas participações pela Guerra do Paraguai foram de imensa relevância em sua carreira posterior. A partir dessas experiências, Taunay estendeu os laços criados por sua família com a coroa e se aproximou ainda mais das redes de produção jornalística e literária do Rio de Janeiro, sendo recebido, ainda durante sua atuação no campo de batalha, como sócio correspondente do IHGB, como abordaremos adiante, junto a sua participação na fundação da ABL. Retornando das batalhas, dedicou-se fielmente às

---

<sup>98</sup> TAUNAY, 1924, op. cit., 103.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

instâncias literárias e políticas, ocupando diversos cargos no governo imperial. Com a Proclamação da República, protagonizada pelos comandantes aliados de guerra, afastou-se da vida política, mas ainda viria a publicar diversos livros, entre eles, *O Encilhamento*, crítica ferrenha ao cenário político-econômico republicano.

### **No calor da hora: a Guerra de Canudos e a consolidação da República pela imprensa**

As primeiras décadas da República produziram profundas transformações na historiografia e na imprensa brasileira. Após 15 de novembro de 1889, o IHGB perde seu imediato protetor e “primeiro aluno”, Pedro II<sup>101</sup>, afastando-se, mesmo que temporariamente, do governo vigente. Nos anos que se seguiram, a direção do Instituto se modificou. Como demonstrado por Temístocles Cezar<sup>102</sup>, durante o segundo reinado, as produções do IHGB eram orientadas por questões ligadas ao lugar do Brasil ante as nações civilizadas, produzindo uma “retórica da nacionalidade”. Após 1889, as vozes dos salões do Instituto assumiram sons diversos neste lugar, afetado pelo novo governo instaurado. Alguns membros mobilizaram a república em suas escritas da história como uma *ausência*, um *desencontro* entre o passado monárquico e o presente brasileiro; outros, no entanto, identificaram no processo uma *proclamação*, inevitável e completamente dotada de sentido.

Aqueles que olharam o 15 de novembro como uma *proclamação*, compreenderam o momento republicano como uma narrativa, na qual o Brasil apenas se encaixava em um caminho previsto, verificável não através de uma filosofia da história, mas por  *fatos* já distribuídos em páginas escritas. Dentre estes, Tristão Alencar de Araripe Júnior<sup>103</sup> posiciona o republicanismo brasileiro como um degrau no “Movimento Colonial na América”, como uma exposição de “movimentos patrióticos”, exemplificados pela conjuração mineira, a insurreição das colônias espanholas, Pernambuco em 1710<sup>104</sup> e a Tupac Amarú no Peru de 1780.

Estes letrados faziam parte de um cenário mais amplo, no qual “republicanos desejavam integrar o Brasil ao mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade”. O passado colonial se tornava um passado

<sup>101</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o instituto histórico e geográfico brasileiro (1838-1889)**. São Paulo: Annablume, 2012.

<sup>102</sup> CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: O caso Varnhagen**. São Paulo: Autêntica, 2018.

<sup>103</sup> Apud SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a república entre os sócios do IHGB. **História da Historiografia**, v. 8, n. 18, p. 213-230, 14 set. 2015, p. 221.

<sup>104</sup> Em referência a Guerra dos Mascates.

negativo a ser superado, ao mesmo tempo em que os levantes que se deram nele se tornavam fundamentais para expor uma disposição inata para a República na América.<sup>105</sup>

Para estes, a história era consonante com o presente republicano, para outros, porém, não se tratava de uma proclamação, mas de um tropeço que levava a diferentes passados da história nacional. Estes críticos encontravam exemplos deste descompasso em acontecimentos recentes, como os conflitos federalistas do Rio Grande do Sul, a Revolta da Armada de 1893, a “voz da rua” conflitante em revoltas populares, a “imprensa que inflama” e, especialmente, a “revolta no sertão”, marcada pela Guerra de Canudos. Todos estes acontecimentos eram diretamente relacionados ao período de “anarquia regencial”, com o objetivo de ligar a memória recente republicana a uma memória de caos político, causada pela falta de uma figura centralizadora, simbolizada por Pedro II<sup>106</sup>.

No meio periódico, a República acompanhou modernizações nos processos de impressão, “o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano ‘O Brasil civiliza-se’ ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso”<sup>107</sup>. As imagens impressas ficaram ainda melhores, os custos diminuíram e assim os jornais aumentaram as tiragens. O telégrafo, potencializado pela Guerra do Paraguai, adquire status de “serviço público”, propiciando a criação de cargos e treinamentos específicos, uma organização e padronização burocrática e administrativa de nível nacional. Através do telégrafo, aponta Laura Antunes Maciel<sup>108</sup>:

associando o atraso do país à centralização monárquica, a República cunhou uma imagem do Império como sinônimo de estagnação, monotonia e letargia à qual se contrapunha um novo tempo, ágil e vivaz, trazido pela descentralização, pelo regime representativo, pela participação política e pela reunião de Estados autônomos na constituição da nação brasileira. Estas argumentações serviram para cobrar maior agilidade e desempenho das comunicações telegráficas, de modo a atender o rápido crescimento do número de telegramas e promover a interiorização da nação via telégrafo.

Por outro lado, a imprensa experimentou uma evidente repressão vinda do Estado republicano. A liberdade de expressão, antes motivo de orgulho do imperador, era agora controlada. A repressão “investiu contra formadores de opinião e órgãos da imprensa,

<sup>105</sup> SOUSA, 2009, op. cit., p. 221.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 218.

<sup>107</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 83.

<sup>108</sup> MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 21, p. 127-144, jan. 2001, p. 134.



com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias”<sup>109</sup>. Ainda assim, o governo buscou mobilizar parte dos veículos a seu favor, especialmente por meio de campanhas publicitárias favoráveis ao Estado.

Assim como para o IHGB, a Guerra de Canudos foi tema marcante para a imprensa brasileira. O conflito entre a cidade de Antônio Conselheiro e o exército mereceu não apenas espaço e destaque nas páginas, como motivou a popularização de novas práticas jornalísticas<sup>110</sup>. Em vias de relatar aos leitores o que ocorria no distante arraial baiano, o jornal *O Estado de S. Paulo* (1875 – presente), dirigido por Júlio de Mesquita (1862 – 1927), levou adiante a ideia do correspondente de guerra, instaurando a prática do “repórter de guerra”, repetida por outros jornais, como a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e o *Jornal de Notícias*, de Salvador<sup>111</sup>.

Na primeira década após 1889, o país se encontrava em uma “república dividida”<sup>112</sup>. A disputa entre grupos nostálgicos, de uma memória republicana militar ou monárquica, proporcionou um desgaste na política e no cenário letrado dos primeiros anos do governo civil de Prudente de Moraes. Neste período, *jacobinos* e *florianistas* respondiam publicamente de prontidão a cada conflito. Com as subsequentes derrotas do exército nacional no sertão baiano entre os anos de 1896 e 1897 não foi diferente.

Segundo Jaqueline Hermann<sup>113</sup>, duas mortes incendiaram o posicionamento de ambos os grupos; a primeira, de Floriano Peixoto, em 1895, “enterrado como herói nacional”, alavancou os florianistas contra o governo subsequente, “excessivamente permissivo e pouco determinado para conter a onda monarquista que os jacobinos acreditavam ter ressurgido vigorosamente”. A segunda, a trágica morte do comandante da terceira expedição contra Canudos:

A morte de Moreira César na guerra contra os conselheiristas, sendo ele um ilustríssimo integrante do Exército e adepto da facção radical dos militares, explodiu como uma verdadeira bomba no cenário político da capital. Uma de

<sup>109</sup> ELEUTÉRIO, 2011, op. cit., p. 85.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>111</sup> Segundo lista PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 161, foram anunciados como correspondentes durante a guerra, respectivamente, jornalista e jornal: Favila Nunes, *Gazeta de Notícias*, Manuel Benício, *Jornal do Comércio*, Manuel Figueiredo e Alfredo Silva, *A Notícia*, tenente-coronel Siqueira de Menezes, *O País*, Lélis Piedade, *Jornal de Notícias*, além, claro, de Euclides da Cunha, pelo *O Estado de S. Paulo*. Ainda, o *Jornal do Brasil* e o *Diário de Notícias* publicavam notícias da guerra de repórteres não identificados.

<sup>112</sup> VENTURA, Roberto. "A Nossa Vendéia": canudos, o mito da revolução francesa e a constituição de identidade nacional - cultural no Brasil (1897-1902). *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Massachusetts, v. 24, n. 12, p.1, 109-125, 1986, p.112.

<sup>113</sup> HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 81-105, 1996, p. 91.

suas consequências mais trágicas foi ter posto Antônio Conselheiro e seu arraial no centro da arena que oporia decisiva e definitivamente projetos políticos contrários mais nos métodos do que nos princípios. Seja como for, a solução inconciliável desse conflito precisou destruir Canudos para provar que, afinal, todos lutavam em nome da República.<sup>114</sup>

Após a fatídica terceira derrota, o evento tomou proporções nacionais e internacionais<sup>115</sup>, as notícias do norte trouxeram o pânico ao sul, alimentando cada um dos grupos opositores com munição suficiente para cobrar ações do estado nacional. Até então, os jornais da Bahia dedicavam páginas secundárias aos conflitos envolvendo Canudos, mas a partir da morte de Moreira César,

a campanha invadiu as páginas dos jornais de todo o país, [...], com textos inautênticos de Antônio Conselheiro, boatos, notícias que disseminavam um clima de pânico e anúncios publicitários que exploravam o assunto do dia: “Moreira César nos Canudos”.<sup>116</sup>

Como demonstra Walnice Nogueira Galvão<sup>117</sup>, o fracasso da terceira expedição alavancou as vendas dos jornais, que aproveitaram o momento, destacando em primeira página tudo que se relacionasse ao povoado ou seu líder. Na imprensa da capital, notícias contrárias ao ideal de conspiração monarquista que envolvia Canudos eram rechaçadas, “o empastelamento de jornais como *O Apóstolo*, *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, fez do centro da cidade um verdadeiro campo de batalha entre patriotas e restauradores”<sup>118</sup>. Em São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica dois artigos, ambos intitulados como *A Nossa Vendéia*. Nestes textos, um acalento: mesmo com a clara ameaça monarquista, a República sobreviveria, pois, a exemplo da história, já havia sobrevivido à Vendéia<sup>119</sup>. Quem assinou os textos foi Euclides da Cunha, jovem escritor que havia sido expulso da Escola Militar oito anos antes, devido a um ato de protesto contra o governo imperial. Mesmo que posteriormente, em *Os sertões*, o autor tenha abandonado a posição, seus artigos contribuíram fortemente para a popularização da existência de um ideal conspiratório envolvendo Canudos e a restauração monarquista<sup>120</sup>.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>115</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora**: A Guerra de Canudos nos Jornais. São Paulo: Ática, 1994, p. 72.

<sup>116</sup> PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 159.

<sup>117</sup> GALVÃO, 1994, op. cit.

<sup>118</sup> HERMANN, 1996, op. cit., p. 94.

<sup>119</sup> *Vendéia* se refere a região ao sul da França que deu palco a um conflito civil militar que durou três anos, de 1793 a 1796, em represália à Revolução Francesa. A contrarrevolução foi narrada pelo escritor francês Victor Hugo, no livro *O Noventa e Três*, em que é apresentado o caráter religioso e restaurador do chouan, o revoltoso francês, paralelo ao sertanejo de Canudos.

<sup>120</sup> No segundo capítulo, abordaremos a *reviravolta de opinião* do autor, sobre a proporção do ideal restaurador de Canudos, verificada entre a publicação do primeiro *A Nossa Vendéia* e *Os sertões*.

No cenário ilustrado, as revistas *Dom Quixote* (1895 – 1903) e *Revista Ilustrada* (1873 – 1898), também de autoria e coordenação de Ângelo Agostini, direcionaram sua atenção e seus desenhos para o arraial de Conselheiro, somando voz à constante cobrança por ação do exército. Nos jornais, como classifica Walnice Nogueira Galvão em *No Calor da Hora*<sup>121</sup>, a cobertura sobre a guerra foi abundante, realizada por diferentes e diversas abordagens. A autora identifica nas centenas de reportagens sobre Canudos representações *galhofeiras*, sensacionalistas e ponderadas. Essas primeiras, de tom satírico, reuniram peças, poemas e até mesmo anúncios, comentando de forma cômica e ácida as ações do exército, a figura de Antônio Conselheiro e a situação dos jagunços. Escritas em sua maioria por literatos, foram veiculadas em periódicos como *O País*, *República* e *Folha da Tarde*. As consideradas “sensacionalistas”, publicadas em grandes jornais como a *Gazeta de Notícias*, alimentavam os conspiracionistas, inflando, por exemplo, a ideia de Canudos como “um foco organizado no norte pelos inimigos da República”<sup>122</sup>, como manobra estratégica para distrair o exército, e assim abrir espaço para os monarquistas do Rio Grande do Sul. As “ponderadas”, minoria que, segundo a autora, foram “vozes falando em nome do bom senso”<sup>123</sup>, concentrada especialmente em periódicos estrangeiros como o *The Times*, tratavam o movimento de Conselheiro como complexo, porém ausente de ameaça real. *O Estado de S. Paulo* compartilhou de uma abordagem “conspiratória”, pelo menos a princípio, em um momento anterior ao retorno de seu correspondente, Euclides da Cunha. De um modo geral, os grandes e pequenos jornais, se ainda não o faziam, passaram a dedicar ao menos um trecho de seu volume à Guerra, especialmente após a derrota da terceira expedição, quando, para diversos desses veículos de imprensa, o conflito deixou de ser apenas uma nota de fim de página.

### **O Estado e O Estado de S. Paulo nomeiam Euclides da Cunha**

O jornal paulista foi fundado em 1875, primeiramente sob o título *A Província de S. Paulo*. Com a República, as unidades provinciais foram redesignadas, bem como o jornal, mudando seu nome para *O Estado...* após dar boas-vindas ao novo governo na edição do dia 16 de novembro de 1889. Seu diretor e fundador, Júlio de Mesquita (1862-1927), foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, onde estabeleceu relações pessoais e políticas que contribuíram para a formação do jornal<sup>124</sup>. Sua amizade com Euclides da

---

<sup>121</sup> GALVÃO, 1994, op. cit.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>124</sup> MARTINS, 2011, op. cit., p. 61.

Cunha é anterior à Guerra, e se liga aos posicionamentos políticos de ambos. Ainda em 1888, antes da proclamação, após ser expulso do exército por protestos republicanos, Euclides passa a publicar artigos n'A *Província de S. Paulo*, sob o pseudônimo "Proudhon"<sup>125</sup>. Em suas cartas, refere-se ao diretor apenas como "Mesquita", "velho companheiro de lutas", "ilustre amigo"<sup>126</sup>. Júlio de Mesquita foi responsável, segundo Cunha, por desviá-lo, "num belo impulso de espírito generoso e forte, do modesto programa da minha vida, reduzido à convivência tranquila de alguns livros, para me apontar destino mais alto"<sup>127</sup>. Segundo Pinheiro,

a cartilha seguida por Julio Mesquita era a do liberalismo, mas o grupo do Estado desfrutava de crescente peso político. Poderia não ter compromissos com agremiações ou figuras políticas, mas sempre foi explicitamente republicano e parcial.<sup>128</sup>

A primeira menção do jornal a Antônio Conselheiro ocorre meses antes da publicação do primeiro *A Nossa Vendéia*, em 30 de novembro de 1896, e se dá em um espaço pouco privilegiado. Em uma curta nota, o jornal repassa notícias da imprensa baiana, que traçou um perfil simples de Antônio Conselheiro, que, "julgando-se profeta, conseguiu organizar uma verdadeira quadrilha que o acompanha fanaticamente e que as mais ousadas surpresas se abalançam sob o conselho do perigoso profeta"<sup>129</sup>. A partir deste, as menções ao líder de Canudos se tornam cada vez mais recorrentes; a figura fanática de Conselheiro e seus seguidores é difundida, em contraste a força militar do exército, que deveria logo resolver a situação. Até o desastre da terceira expedição, alternam-se com cada vez mais frequência e destaque as colunas denominadas "Canudos" ou "Antônio Conselheiro":

não há homogeneidade nos estilos ou nos posicionamentos, mas geralmente tais enunciados são constituídos pela confirmação dos nomes de soldados mortos ou por narrações no passado sobre qualquer novidade do Conselheiro e de seus seguidores ou do avançar das tropas. Por fim, são narrados em terceira e primeira pessoas do singular ou plural – o que contribui para a construção do ethos testemunhal do enunciatador, que produz efeitos de real (de "eu estava lá; eu vi").<sup>130</sup>

Finalmente, o texto que anunciou aos leitores a ida de Euclides da Cunha para os sertões de Canudos foi impresso na primeira página do dia 30 de julho de 1897 de *O*

<sup>125</sup> Em referência ao filósofo anarquista Pierre-Joseph Proudhon. PINHEIRO, 2011, op. cit., p. 162.

<sup>126</sup> Reunidas em GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

<sup>127</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 120.

<sup>128</sup> PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 162.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 177.

*Estado de S. Paulo*. Está localizado ao fim da primeira coluna, denominada *Canudos*, que publicava atualizações advindas de outros jornais, como o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias* e *A República*. Na edição em questão, a coluna se dedicou a noticiar o envio de estudantes de medicina, “moços patriotas”, à cidade de Queimadas, para auxiliar o grande número de feridos. Após o balanço de notícias, o nome de Euclides da Cunha aparece, anunciado como representante do *Estado* no palco dos acontecimentos. Assim, as notícias do campo de batalha não mais seriam dadas apenas a partir de outros veículos, viriam agora diretamente de “correspondências do teatro das operações”<sup>131</sup>.

Por contrato firmado com esta empresa, o dr. Euclides da Cunha nos enviará correspondências do teatro das operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de folego sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Este trabalho será por nós publicado em volume.

O dr. Euclides da Cunha é, como todos os nossos leitores sabem, um escritor brilhante e perfeitamente versado nos assuntos que vai desenvolver.

O seu trabalho, por conseguinte, será interessante e consistirá em um valioso documento para a história nacional.<sup>132</sup>

Com os dois parágrafos, o jornal explicita suas intenções e expectativas em relação ao correspondente, que, dotado de autoridade, “como todos os leitores sabiam”, deveria fazer mais do que apenas noticiar o conflito, tinha de viajar para ver a guerra e seus participantes por si mesmo, a fim de produzir “interessantes” notas, fontes e “valiosos documentos” para um estudo específico sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Portanto, *Os sertões* de Euclides da Cunha não foi apenas planejado, foi anunciado desde a convocação. Para tal intento, o autor deveria estar à altura, logo, a autoridade de Cunha era dada por sua notoriedade intelectual e literária, somando-se à sua subordinação militar. Como consta na notícia, há destaque a esta característica: “devia ter sido ontem nomeado para o estado-maior do ministro da guerra o engenheiro militar dr. Euclides da Cunha”.

Antes do anúncio, a nomeação oficial por parte do exército se deu nos bastidores da publicidade, realizada a pedido de Júlio de Mesquita como um “favor” a Prudente de Moraes, em uma troca de telegramas no dia anterior. Por correspondência, o então diretor do *O Estado* solicitou ao presidente da república que Euclides da Cunha ocupasse o cargo de adido ao Ministério da Guerra, sob o argumento de que Cunha gozava tanto de “talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano” e pelas expectativas de um

<sup>131</sup> CANUDOS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 01. 30 jul. 1897.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

“trabalho histórico”<sup>133</sup> a ser produzido. No decorrer da Guerra, foram publicados, na mesma coluna d’*O Estado de S. Paulo* os telegramas e cartas de Euclides, enviadas diretamente dos arredores do campo de batalha.

Com as nomeações, conseguimos traçar quais eram as expectativas depositadas na função do correspondente que deveria produzir documentos sobre as guerras em questão, posição ocupada por Alfredo Taunay e Euclides da Cunha. Os jornais e revistas encontraram um modo de narrar as guerras da maneira que consideravam apropriada, buscando mais do que informar, produzir os próprios documentos, a partir de uma visão privilegiada pela presença *in loco*. No próximo capítulo, percorreremos a produção desses documentos, com o objetivo de averiguar como os autores efetuaram suas narrativas de guerra, em especial, como buscaram relatar o percurso efetuado em função das guerras, quando puderam ver e registrar diferentes definições de sertões e sertanejos.

---

<sup>133</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. **Introdução**. In: CUNHA, 2000, op. cit., p. 13.

## CAPÍTULO II

### Suas práticas e escritas: produzindo documentos históricos

Estas *Memórias* (obra póstuma, 1948), embora falem de uma grande guerra – de seus preparativos, seu desenrolar e suas consequências na vida de quem a redigiu –, contêm as páginas mais joviais e humoradas (“assuntos risonhos e comentários galhofeiros”) do autor do romance romântico *Inocência* (1872), do relato histórico *A Retirada da Laguna* (1879, versão definitiva) e do conto indigenista “Irecê e guaná” (1874), obras com as quais, aliás, o memorialista dialoga, ao trabalhar, de outra perspectiva, o assunto desses textos célebres do século XIX.<sup>1</sup>

Ao escrever o prefácio da edição de 2005 das *Memórias* de Alfredo Taunay, Sergio Medeiros se esforça para sintetizar o autor em um parágrafo. O *Visconde*, título que estampa a edição, aparece como um jovem personagem de uma guerra, autor de romances, *relatos históricos* e contos, e é, por último, um comentador de seu tempo. Sutilmente, no texto de Medeiros, podemos encontrar uma marca sempre presente: a do filho do Visconde, Afonso, que publicou, postumamente, as memórias escritas pelo pai, elevando o título nobre em todas as capas editadas, ainda que o Taunay Visconde esteja presente apenas na quinta e última parte de sua vida memoriada na obra.

Dentre os gêneros atribuídos às narrativas escritas por Alfredo Taunay (publicadas por ele ou pelo filho), Medeiros destaca dois que nos interessam nesse capítulo: as “narrativas memorialísticas” e os “relatos históricos”. Temos de nos atentar a essas nomenclaturas, que muito têm a contribuir acerca da historiografia do autor, bem como sobre as definições e práticas históricas divulgadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As “narrativas memorialísticas” se referem aos textos escritos por Alfredo Taunay após os acontecimentos narrados, ou seja, posteriormente, de maneira a rememorar os momentos considerados relevantes em sua vida. Diversos textos foram publicados em jornais do Rio de Janeiro entre 1894 e 1898, um ano antes de sua morte, em especial no *Jornal do Comércio* e na *Gazeta de Notícias*, mas, como afirmado por Afonso em um prefácio, é geralmente sabido que o Visconde de Taunay, pouco antes de sua morte, entregou suas memórias ao IHGB, para que ficassem guardadas em sigilo por ao menos 40 anos<sup>2</sup>. Antes de 22 de fevereiro de 1943, quando então os textos puderam ser lidos, Afonso reuniu o possível em edições menores, como *Dias de Guerra e Sertão* e

<sup>1</sup> MEDEIROS, Sérgio. Prefácio. In: TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **Memórias**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

<sup>2</sup> TAUNAY, Afonso. Prefácio à Edição. In: TAUNAY, 1923, op. cit.

*Recordações de Guerra e de Viagem*, publicando “inéditos” de textos que rememoram as passagens do pai pela guerra e suas viagens pelo sul do país e pela Europa. Posteriormente, as recordações foram compiladas em *Reminiscências* e no volumoso *Memórias*. Nestes textos, é marcante a presença da primeira pessoa, seja no singular ou plural. O autor se posiciona como personagem narrador de suas próprias ações, ou representando um grupo, como a Comissão de Engenheiros e o volume das tropas<sup>3</sup>.

Essa voz narrativa raramente é encontrada nos outros textos, “relatos históricos”, que aqui nomeamos diários de guerra. Nos diários, o caráter é de praticidade, velocidade e volumosa descrição. No caminhar das tropas, não há tempo para refletir em mais do que alguns parágrafos o acontecido, ou então não cabe reflexão em textos que respondem diretamente ao Ministério da Guerra. Destes relatórios, porém, Taunay serviu-se para a escrita de diversos outros livros, como *A Retirada da Laguna*, no qual narra o episódio mais tenso da campanha em que teve participação; e *Inocência*, romance ambientado no sertão mato-grossense, do qual os cenários e personagens tiveram enorme inspiração daqueles povos e lugares encontrados durante suas viagens em guerra. Estes relatórios eram destinados aos oficiais do exército e do império, mas alguns trechos foram publicados durante os anos finais de guerra, já expandidos em relação aos originais, e levaram a categoria de *memória descritiva* junto aos títulos.

Na viagem voltada para a observação de instituições políticas e de costumes, o relato é igualmente fundamental. Exercício privilegiado de alteridade, o que move é o conhecimento, a experimentação, a comparação. [...] Observar judiciosamente, estabelecer juízos críticos, propor reformas, condenar práticas incivilizadas, são alguns dos conteúdos que se espera desse tipo de relato, que reforça identidades dos conterrâneos do viajante, onde esse registro é primeiramente publicado. O mercado editorial, as revistas científicas publicadas pelas academias e sociedades científicas multiplicam os espaços de difusão dos relatos de viagem e dos relatórios científicos por elas produzidas<sup>4</sup>

Os relatos de Euclides da Cunha foram compilados sob o título *Diário de uma Expedição*<sup>5</sup>, nome originalmente dado à coluna que publicou os relatos de Euclides no *O*

<sup>3</sup> Cf. COSTA, Wilma Peres. Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p.15-41, 22 dez. 2016. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia; \_\_\_\_\_. Taunay, Taunays: territórios, imaginários e a escrita da nação. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi; COSTA, Wilma Peres (org.). **Cultura e Poder entre o Império e a República**: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2018. p. 113-144.e MARETTI, 2006, op. cit.

<sup>4</sup> COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In BASTOS, Elide; RIDENTI, Marcelo; ROLAND, Denis (org.). **Intelectuais**: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003, p. 69.

<sup>5</sup> CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Organização de Walnice Nogueira Galvão.



*Estado de S. Paulo* durante sua participação na guerra. O livro reúne a narrativa realizada pelo correspondente Euclides desde seu embarque para a Bahia, a bordo do *Espírito Santo*, no dia 7 de agosto de 1897 até 1 de outubro, quatro dias antes do fim da guerra, que só chegou a ser narrada pelo autor em *Os sertões*, cinco anos depois. No volume, ainda constam as correspondências trocadas com *O Estado de S. Paulo*, na seção *Telegramas*. Em seus diários, a voz em primeira pessoa é a protagonista, em uma narrativa intimista e personalizada do percurso e das batalhas presenciadas.

Durante o capítulo, trabalharemos com textos que se enquadram nestas duas últimas qualificações para as narrativas de Alfredo Taunay, ou seja, textos escritos no percurso das viagens de guerra, de autoria de um Taunay integrante da Comissão de Engenheiros. A princípio, trataremos dos diários publicados na *Revista do IHGB*, são estes: a *Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte: memória descritiva*, publicada em 1869, em razão da recepção de Taunay enquanto sócio correspondente do Instituto; e o *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros* (1865-1866), publicado na revista em 1874. Ambos correspondem à primeira passagem de Taunay pela Guerra do Paraguai. Para Euclides, abordaremos o *Diário de uma Expedição*, tendo em consideração sua relação direta com a imprensa paulista. Entendemos estes textos como protagonistas para a análise proposta a este capítulo, não apenas como textos preparatórios, ou rascunhos, dos livros publicados posteriormente, pois nos interessam as práticas narrativas realizadas no percurso da guerra, quando os autores exerceram a função de correspondentes militares<sup>6</sup>.

### **Memória Descritiva**

Como apresentamos no capítulo anterior, Conde d'Eu fez grandes elogios às habilidades literárias presentes no relatório escrito por Taunay, ainda assim, na abertura do diário publicado pela Revista do IHGB em 1869, intitulado *Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte*<sup>7</sup>, chama a atenção do leitor para a ausência de um cuidado literário em sua escrita. Taunay dedica neste trecho algumas palavras de gratidão e ressalvas a seu mestre declarado, o cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro<sup>8</sup>, deixando claro ao

---

<sup>6</sup> Cabe aqui destacar a dissertação CORRÊA, 2012, op. cit., que aborda os mesmos autores como precursores da correspondência de guerra no gênero jornalístico.

<sup>7</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escragno. Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte: memória descritiva. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXXII, Segunda Parte, p. 5-51, jul. 1869.

<sup>8</sup> Professor de Alfredo Taunay no colégio Pedro II. Cf. MELO, Carlos Augusto de. **A formação das histórias literárias no Brasil**: as contribuições do cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1879-1866) e Sotero de Reis (1800-1871). 326 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Teoria e História Literária, Unicamp, Campinas, 2009.

professor e a possíveis leitores de que o texto apresentado não corresponde às expectativas literárias. Sua posição é enfática, “só os viajantes o devem consultar”, somente a estes seus textos seriam úteis nesse momento. Segundo afirma, tais pretensões literárias não coadunam de feito com a rapidez de uma viagem que é “descrita ao correr da pena [...], quase que a galope”<sup>9</sup>, o objetivo era outro, plenamente informativo.

Este aviso ao leitor é frequente em seus textos, também encontrado no prefácio à publicação de outra parte de seu diário, *A Campanha da Cordilheira*<sup>10</sup>. Neste, além da ausência do trato literário, denuncia do mesmo modo a falta da “indagação do filósofo” e do “pensador juiz da imparcialidade”. Na introdução do *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros*<sup>11</sup>, publicado pela Revista do IHGB em 1874, seu adendo é menos restrito: o texto deveria servir apenas “aqueles que se ocupam com a corografia do Brasil”, mas também prestar um serviço, “modesto mas real”, com os “companheiros de campanha e de perigos que comigo concorreram para a execução deste trabalho”, uma homenagem publicada “nas páginas da conceituada *Revista*”, para que fosse arquivada e facilmente consultada<sup>12</sup>.

E assim seu público-alvo é definido, pois, segundo Taunay, com a publicação de um texto puramente oficial, não há outro fim maior que fornecer dados para uma futura história da memorável campanha do Paraguai<sup>13</sup>, a ser realizada por futuros estudiosos. Tal função documental dos diários é ainda confirmada pelo sempre presente prefácio de seu filho, que nesta reedição decide “melhorar” a linguagem descuidada própria da época, “dando-lhe feição mais moderna e atraente, mas respeitando o texto escrupulosamente”<sup>14</sup>. Os diários deveriam primeiro cumprir sua principal demanda: registrar os acontecimentos. A beleza da literatura e o olhar imparcial seriam dispensáveis, pelo menos neste primeiro momento, porém, para escrever uma história efetiva da guerra, seria necessária a soma de tais elementos. Com os avisos frequentes, Taunay busca localizar seu trabalho em um degrau anterior, respondendo a um público específico e anunciado.

---

<sup>9</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 5.

<sup>10</sup> Reunido em TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **Diário do Exército, 1869 – 1870, De Campo Grande à Aquidabã, A Campanha da Cordilheira**. Biblioteca do Exército-Editora: Rio de Janeiro, 1958.

<sup>11</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Mato Grosso. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 37, pt. 2, p. 79-177 e 209-339, 1874.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>13</sup> TAUNAY, 1958, op. cit., p. 9.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 23.

Como citamos, tanto o *Relatório da Comissão*, como a *Memória descritiva* configuram diários escritos durante, mas publicados posteriormente a guerra, sendo assim, nas palavras de Alfredo Taunay, versões *corretas, aumentadas e melhoradas*, ornadas de notas e observações dos diários escritos em campanha. Taunay considerou necessárias as alterações para que os textos fossem publicados pela *Revista*, tendo em vista seus possíveis leitores. Os textos deveriam estar à altura do “exame e a apreciação dos estudiosos”.<sup>15</sup>

### **A escrita em trânsito**

Como encomendado pelo Ministério da Guerra, os relatórios deveriam ser escritos diariamente e enviados mensalmente. O comissionário escolhido para realizar o registro foi Alfredo Taunay, mas ele não foi o único responsável pela reunião do material, e nem assume tal lugar, incluindo desde a primeira página o nome de cada um dos integrantes da Comissão mobilizada para os trabalhos. Taunay se inclui em terceira pessoa, como qualquer outro integrante da comissão, mas por vezes usa a primeira pessoa do plural, em especial nas notas de rodapé, adicionadas posteriormente, referenciando acontecimentos no passado. Tais notas são extensas e explicativas, cumprindo a função de esclarecer e acrescentar informações consideradas relevantes encontradas no percurso, como características de rios, o processo de construção de pontes e levantamentos botânicos, atribuições comuns para a Comissão.

Antes de chegar aos campos de batalha, Taunay atravessou o território de Santos até o sul do Mato-Grosso. O caminho foi longo e difícil, gerando conteúdo para um extenso relatório. Cada cidade visitada no percurso gera um relatório particular, um balanço sobre a fundação, o desenvolvimento e história recente, a configuração geográfica, o atual estado populacional e a potencialidade comercial. Tomemos a cidade de Franca-SP como exemplo.

Sobre a cidade localizada no norte do estado de São Paulo, o correspondente Alfredo Taunay dedica alguns parágrafos e indagações. Recupera em texto os primeiros anos após a fundação da “Franca do Imperador”, “sempre reputada como um lugar de grandes distúrbios e assassinatos”, sem respeito às autoridades, havia “completa deficiência na distribuição de justiça”.

---

<sup>15</sup> TAUNAY, 1874, op. cit., p. 80.

O desenvolvimento da Franca parou por muito tempo, e hoje a cidade apresenta sinais evidentes de decadência, que tem, entretanto, sido retardada pelo descobrimento de diamantes no rio das Canoas, a três léguas dela, pois que os trabalhadores nos garimpos entretêm ainda tal ou qual comercio que dá-lhe momentânea animação.<sup>16</sup>

Apesar do cenário hostil de “uma cidade atrasada”, a Franca do Imperador ainda ofereceu uma encantadora vista, das “mais bem situadas em toda a província de S. Paulo”<sup>17</sup>.

Para além de questões comerciais e geográficas, Taunay reflete sobre o nome da cidade, expondo duas teorias que poderiam ter orientado a aceção de “Franca”. A primeira, se liga à criminalidade já comentada, uma região “*franca*” para criminosos e assassinos; a segunda, que, segundo Taunay, seria mais verdadeira, sugere que o nome teria vindo de uma homenagem ao governador Antônio José da França e Horta.

Franca foi apenas um dentre os diversos povoamentos visitados. A cada parada, uma experiência singular é relatada, a depender da qualidade e duração das estadias, poderia ser positiva ou negativa, gerando um pequeno parecer. O autor se espanta frequentemente durante a viagem com os “progressos rápidos” encontrados, marcados, especialmente, em um desenvolvimento recente do comércio nas províncias:

Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Casa Branca, Franca sobretudo, Santa Rita e outras localidades de menor vulto, atestam com toda a evidência quão profundas para o seu futuro foram as consequências dessa derivação do influxo comercial. Parece mesmo que pela importância da impressão ficaram por longo tempo os seus habitantes no entorpecimento do desânimo, e só há poucos anos é que voltam as vistas para a agricultura, como único e verdadeiro meio de engrandecimento.<sup>18</sup>

Com os diários, conseguimos acessar uma noção mais precisa dos trabalhos executados pela Comissão de Engenheiros. Suas atribuições se concentram em dois âmbitos de destaque: a serviço da guerra e a serviço civil. Para a guerra, respondiam aos oficiais do exército como um núcleo estratégico. Tinham como função planejar e executar os meios práticos de manobras e movimentos militares, como realizar o transporte da artilharia, a construção de pontes, realizar o reconhecimento e mapeamento da região e do percurso a ser atravessado. Ainda, eram responsáveis pela comunicação das tropas com o comando na capital, bem como com outros batalhões; por fim, claro, eram atribuídos para a realização do *Relatório*, a ser enviado ao Ministro da Guerra.

---

<sup>16</sup> TAUNAY, 1874, op. cit., p. 123.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> TAUNAY, 1874, op. cit., p. 129.

Quando não estavam preocupados com as batalhas, os membros da Comissão prestavam serviço encomendado às cidades visitadas. Em Campinas, “a comissão de engenheiros ocupou-se em trabalhos de sua especialidade, levantando a planta da cidade, do que deixou cópia para a Câmara Municipal, como lhe tinha se pedido”<sup>19</sup>. Em outra situação, desenharam uma planta para a expansão de um prédio público. Taunay, enquanto redator primeiro do relatório, deixa clara sua intenção de produzir um texto útil a futuros viajantes e estudiosos, portanto, elabora com frequência levantamentos de botânica, fauna, geografia e geologia dos cenários visitados.

Tais atribuições da Comissão, tanto os serviços voltados especificamente à guerra quanto aos serviços civis foram realizados em movimento, durante a marcha das tropas. Segundo Wilma Peres Costa<sup>20</sup>, o cultivo da escrita em trânsito reverbera a impregnação que a narrativa humboldtiana<sup>21</sup> trouxe para a descrição Romântica. No século XIX, a *viagem* se diferencia da *peregrinação*, e passa a ser realizada

não apenas como estratégia de autoconhecimento, mas também de conhecimento objetivo e científico do mundo, a partir das duas grandes correntes que alimentam de forma combinada e contraditória o século XIX, o Romantismo e o espírito científico. A diferença essencial entre esses dois tipos de deslocamento não está no projeto, nem no seu trajeto, mas no impulso que os move.<sup>22</sup>

Desse modo, as dificuldades, as batalhas e as mortes encontradas nas viagens de Taunay são descritas sob um suporte científicista, mas não escondem de todo as vozes de admiração, emoção e horror do autor. Estas situações são anunciadas ao passo que ocorrem, e o meio é descrito ao encontro. Vez ou outra somos apresentados a dias em que “não ocorreu fato digno de menção”<sup>23</sup>. Ao narrar esse trânsito, Taunay se interessa pelo que chama de “fraseologia” do sertanejo, seu vocabulário, em especial aos nomes dados pelos moradores da região aos rios e as vegetações encontradas. Em certo momento da narrativa, divulga a marcante noite sertaneja, onde, mesmo que acometidos pelas mais diversas dificuldades e transtornos,

uma noite no sertão é bela. Quando o céu refulge com cintilações que as cidades não conhecem, a inspiração voa longe sem seguir intento nem formar realizações; à maneira dos pássaros de longo voo, adeja como imóvel, mas não está parado para poder de momento sulcar grandes espaços. Raras contudo são essas contemplações; ali vem o sono, que cerra as pálpebras, fecha o caminho

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>20</sup> COSTA, 2020, op. cit.

<sup>21</sup> Influenciada pela obra do geógrafo alemão Alexander von Humboldt.

<sup>22</sup> COSTA, 2003, p. 62.

<sup>23</sup> TAUNAY, 1958, op. cit., p. 23.

do espírito e prepara o corpo para as fadigas da viagem de amanhã. Que sonos se dormem no sertão?! Tão doces!<sup>24</sup>

Dentre todos os adjetivos adotados por Taunay na descrição de seu sertão, “pitoresco” é o mais frequente, creditado a diversos aspectos da paisagem encontrada. Segundo Lúcia Kluck Stumpf:

“Viagem Pitoresca” é uma qualificação recorrente nos títulos dos álbuns de viajantes desde o século XVIII. [...] Mais do que um denominador comum, o “pitoresco” assume, nesse momento, o sentido de uma forma específica de aprender a realidade a partir da ciência e mediada pela arte, tornando-se uma categoria estética associada aos artistas viajantes. [...] O termo refere-se a algo digno de ser pintado, ou que se assemelha a uma pintura [...]. Com o tempo, o termo seria associado ao tema da nacionalidade, pois revela a paisagem pelo o que ela tinha de distintiva, trazendo à tona, pela observação da natureza, elementos de identidade.<sup>25</sup>

Em sua tese, Stumpf analisa o caderno de desenhos que Taunay carregou durante os acontecimentos narrados em *A Retirada da Laguna*, do qual consta na folha de rosto o título “Viagem pitoresca a Mato Grosso”. Não apenas nos desenhos, o adjetivo também é constante em sua descrição textual, sendo reivindicado para caracterizar as formas geográficas montanhosas da região, bem como o aspecto de suas povoações.

Diferente dos sertões de Euclides da Cunha, o sertão mato-grossense de Taunay representa o percurso para a batalha. É frequentemente descrito como belo, quase fantasioso, de paisagem amena, pastos lindíssimos, mas ainda melancólicos, marcado pelo cerrado plano, com estradas acidentadas que melhoram aos poucos rumo ao sul, cortado por matas fechadas e grandes rios em certos pontos. O “deserto” dos sertões de Taunay não se refere ao clima, mas à solidão, marcada pela monotonia. Seus conhecimentos sobre a região são prenunciados por outros expedicionários do Mato Grosso, por narrativas de tropeiros e Aires de Casal, ainda assim, o conhecimento prévio não preparou Taunay completamente para as dificuldades da expedição, como faz notar:

Naquele tempo viajamos sob o peso de sinistras previsões; faltos de víveres, em véspera das dores da fome, com uma pequena escolta e um companheiro, isolados no meio do sertão. Íamos a procura do desconhecido, sondando o terreno, interrogando sinais, sem caminho, sem guia, sem esperanças. São recordações, aproximações do espírito desocupado, comparações, sonhos, as distrações de viajante inteligente que procura, de contínuo, reagir contra os hábitos materiais dos seus companheiros de viagem, entregues quase sempre exclusivamente à procura dos meios de comodidade material. O tempo então é pouco para a satisfação do corpo, nessas ocasiões tão contrárias a ela, e o espírito vai perdendo diariamente o seu valor pensante.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 20.

<sup>25</sup> STUMPF, 2019, op. cit., 165.

<sup>26</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 19.

Na viagem de volta à São Paulo após os acontecimentos narrados em *A Retirada da Laguna*, o tratamento geológico e botânico recebe tanto destaque quanto ao dado às fazendas, cidades e aldeias indígenas visitadas pelo percurso. Em um espaço tão parcamente habitado, tais dificuldades poderiam ser suspensas por um mínimo de conforto e descanso advindas da hospitalidade do anfitrião. E em cada parada, o autor busca somar as histórias locais de família ao balanço histórico daquelas paragens, costurando seu documento de consulta para viajantes. Os pequenos e espaçados sertões dos pequenos proprietários e das pitorescas povoações são unidos nas páginas do expedicionário para futuro acolhimento e conhecimento do país. O sucesso deste intento seria a recompensa recebida pelos sofrimentos que passaram.

Os sertões visitados por Taunay são mensurados por um critério muito caro ao autor: a hospitalidade dos habitantes. Como demonstra, a hospitalidade não é rara no interior do país, “mas a amabilidade o é, [...] de modo a impressionar quando as duas qualidades eram reunidas em quem os acolhia”<sup>27</sup>. Segundo seu critério, o acolhimento dos viajantes poderia variar muito quando somado à origem do anfitrião, eram muito diferentes os sertanejos mineiros, goianos, paulistas e mato-grossenses encontrados durante o percurso. Podemos citar alguns desses anfitriões, conforme nos são apresentados, ótimos exemplos de quais fatores Taunay considera para traçar o perfil dos sertanejos:

Sr. José Pereira, bom mineiro, recebe os viajantes com cordialidade nascida do coração. Do Sr. José Pereira gratas recordações temos; dele mais do que ninguém, porque é um bom pai de família, que vive no deserto e tão tranquilo de si está e tanta confiança inspira, que por certo é homem honesto.<sup>28</sup>

Assim como José Pereira, a maioria dos sertanejos tem seus nomes registrados. José Veríssimo, por exemplo, “mulato robusto” que traz a sua fazendola a um bom pé e mantém sua palhoça em muito asseio, que os tratou bem e serviu um picado de porco preparado pela dona da casa com algum talento culinário. Fabiano os acolheu com “costumada jovialidade”, mandou preparar uma refeição acompanhada com engraçadas histórias do sertão<sup>29</sup>. No povoado a beira do Parnaíba, no Mato Grosso, pousaram sob o teto do major Martim Francisco de Mello Taques, cuja:

maneira hospitaleira com que aquele cavalheiro nos tratou obrigamos a sincero reconhecimento, pois não era ela a manifestação desse sentimento natural em

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 28.

todos os homens primitivos, era a prática duma qualidade que havia adquirido predicados só próprios do conhecimento das cidades.<sup>30</sup>

Já José Quirino apresentou aos viajantes a hospitalidade mineira na sua “mais rigorosa forma”:

silêncio quase completo acolheu nossa chegada; só ao tropel dos cavalos uivaram alguns cães e ninguém se mostrou. [...] Afinal apareceu uma negra trazendo toalhas, garfos e colheres que ela depositou sobre uma mesa, preparando logo a refeição com o ar de quem sujeitava-se a um costume que pouco agradava aos seus senhores... achamo-nos satisfeitos sem termos a quem agradecer, pois a escrava já havia desaparecido. Não poucas vezes nos aconteceu o mesmo em outras casas; mas isso não deve ser causa de reparo em lugares onde os moradores são obrigatoriamente incomodados pelos viajantes, cuja frequência não ali não alimentaria hospedarias, mas cujo número não é tão pequeno para que cada um deles cause alegria ao habitante, sobretudo quando este é falto de curiosidade e naturalmente concentrado e desconfiado, como são os mineiros e paulistas.<sup>31</sup>

No entanto, mesmo que hospitaleiras, as mulheres tiveram seus nomes esquecidos. A “viúva alquebrada de desgostos”, pálida e desgrenhada, dona da mais importante propriedade da região, vivia desconsolada e amofinada, cercada de filhos, que se iam casando dos 18 aos 20 anos, caquéticos e doentios<sup>32</sup>. A mulher de Joaquim Leal, que pela ausência do marido (este sim, nomeado), não ousara oferecer a sala de hóspede aos visitantes. As mulheres negras do “Valerio”, das quais Taunay apenas cita que foram acometidas por “papeira”, uma inflamação na tireoide,

deformidade que é de princípio repugnante e que o uso mais prolongado de vista não pode tornar tolerável, verdadeiro estigma de raça inferior ou bastarda, ao bócio acompanham sempre a fraqueza constitucional e a imbecilidade, de maneira que há goianos que representam a completa degeneração do homem como tipo na natureza da beleza e inteligência.<sup>33</sup>

Nos relatórios publicados pela Revista do IHGB, as batalhas assumem posição coadjuvante, perdendo espaço ante as úteis descrições do extenso terreno percorrido e medido. Interessava mais aos possíveis leitores, *futuros viajantes*, relatar a profundidade de um *Brasil social*, como veremos adiante no terceiro capítulo, bem como as dificuldades encontradas em seu atravessamento, as cidades e povoamentos descritos, seus habitantes, fauna e flora, a largura dos rios e o trabalho necessário para atravessá-los.

### ***O Diário de uma Expedição de Euclides da Cunha***

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 39.



Euclides da Cunha, por sua vez, posiciona-se nas narrativas de seus diários em primeira pessoa do singular, declarando suas participações, suas observações e suas ações, busca situar constantemente o leitor ao posto de observador. Parte dos comentários sobre a guerra, seu cenário e seus personagens foram realizados antes mesmo da chegada em Canudos, já que seu diário se inicia na partida para Salvador, e a maioria dos dias narrados foram escritos em considerável segurança, distante da ação. Mesmo durante o cerco de Monte Santo, Cunha admite observar a troca de tiros de longe, e só declara ter uma arma em mãos durante um passeio por Canudos, já vastamente destruída ao fim da campanha. Quando impossibilitado de verificar pessoalmente o narrado, utiliza-se do relato de diversas testemunhas oculares entre soldados e jagunços capturados para interrogatório, ainda que nem todas sejam confiáveis. Ainda assim, faz questão de aumentar sua gama de testemunhas e testemunhos, estando presente durante diversos interrogatórios, onde faz perguntas e recebe respostas, que nem sempre o agradam.

Durante sua estadia na antiga capital do império, antes de rumar para o campo de batalha, lamenta por diversas vezes a impossibilidade de estudar Salvador mais a fundo. De qualquer maneira, aproveitou a oportunidade de adentrar os arquivos da cidade. O registro é interessante para que possamos conhecer a relação do autor com os arquivos, bem como os primeiros documentos consultados por Cunha, anos antes da publicação de sua obra máxima:

sob o domínio de impressões vivíssimas e diversas, num investigar constante acerca do nosso passado, vindo, intacto quase aos nossos dias, dentro desta cidade tradicional, como uma redoma imensa.

E lamentei que o objetivo exclusivo da viagem obstasse à manifestação de muitas coisas interessantes que dele se afastam.

A poeira dos arquivos de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido, surgindo tenuíssima de páginas que se esfrelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica – adjetivemos com firmeza – que cai sobre os tenazes investigadores ao investirem contra as longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improfícuo o esforço.<sup>34</sup>

Segundo declara, encontra nos arquivos visitados artigos e livros que tratam, anos antes da primeira expedição, dados estatísticos valiosos e notas interessantes acerca da “existência primitiva”<sup>35</sup> das mais afastadas povoações, incluindo a cidadela de Antônio Conselheiro, cuja significação no momento consultado é maior que a época em que foram

---

<sup>34</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 116.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 119.

escritos. Partindo destes achados, Cunha conclui teorias anunciadas em artigos anteriores, repetindo que toda a refrega poderia (e deveria) ter sido evitada por ataques antecedentes.

Adentrando diretamente no trato sobre o sertão, os autores, Taunay e Cunha, compartilham a definição que considera, de maneira geral, “sertão” como um território afastado do litoral e, conseqüentemente, afastado da civilização, com pouca ou nenhuma habitação. No *Diário de uma Expedição* de Cunha, a pequena cidade de Queimadas seria o último elo com as “terras civilizadas”<sup>36</sup>, mesmo que já estivesse em terras sertanejas. Ao Norte, os sertões, ao Sul, a República. Foi durante a estadia em Queimadas que conheceu e adentrou pela primeira vez nas caatingas, na estrada rumo a Monte Santo. Em *Viagem de regresso de Mato-Grosso à Corte*, Taunay demarca um ponto parecido: o vilarejo de São Bento de Araraquara seria o fim do sertão, já distante das solidões do interior, marca o início das estradas retas e hospedarias mais ou menos abastecidas<sup>37</sup>, rumando à São Paulo, civilizada.

O sertão de Cunha caracteriza o palco dos acontecimentos, *Nossa Vendéia*, e seus habitantes, *rudes patrícios*, são os principais personagens da peça. Os objetivos do autor e do exército se confundem nas páginas de seu diário: trazer aquela cidade à civilização, derrubando o controle de Conselheiro e escrevendo sua história. Admite não ser o primeiro no intento, mas somente a luz dos acontecimentos recentes pode tornar a região de Canudos realmente histórica<sup>38</sup>. Dos textos de José de Carvalho, Caminhoá, Von Martius e Saint-Hilaire retira suas primeiras impressões sobre a flora e a topografia da região que viria a visitar, sua expectativa é encontrar um sertão arenoso, estéril, monótono de vegetação escassa e deprimida, adjetivos estendidos aos habitantes. A monotonia é apenas suspensa com a chuva, ainda assim,

como se vê naquela região, intermitentemente, a natureza parece oscilar entre os dois extremos – da maravilhosa e exuberância à completa esterilidade. Este último aspecto, porém, infelizmente, parece dominar.<sup>39</sup>

A sequidão dos sertões proporciona ao exército republicano um vilão ainda mais perigoso que os habitantes de Canudos. O verdadeiro inimigo que morre e revive todos os dias não é o jagunço, mas a fome. O terreno agrava os desafios de logística e abastecimento, dificulta a comunicação, configurando a grande vantagem dos inimigos.

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>37</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 48.

<sup>38</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 43.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 48.

Cunha exprime sérias preocupações sobre a capacidade de manutenção da enorme quarta expedição, as mais de dez mil bocas teriam problemas para se manterem alimentadas por mais de dois meses, a única solução inteligente seria adotar uma tática mais vertiginosa do que a do imperador romano Júlio César: chegar, lutar, vencer, voltar, somando outros elementos ao *veni, vidi, vici*.

Canudos cairá pelo assalto. Assalto violento, brusco e rápido, porque vencido o inimigo que pode ser vencido, morto o inimigo que pode ser morto, restar-nos-á, eterna e invencível, envolvendo-nos inteiramente, num assédio mais perigoso, essa natureza antagonista, barbara e nefasta, em cujo seio atualmente cada jagunço parece realizar o mito extraordinário de Anteu.<sup>40</sup>

Bem como no mito de *Anteu*, o jagunço tirava sua força da terra. Nessa metáfora grega cabia então ao exército o papel de *Hércules*, que encontrou no estrangulamento sua única chance de vitória.

Como exemplos máximos da hostilidade do sertão estava o contraditório assentamento militar de Monte Santo e a cidade Canudos. O local escolhido para quartel-general do exército era, nas palavras de Cunha, um jogo persistente de antíteses, “situada num dos lugares mais belos e interessantes de nosso país, Monte Santo é simplesmente repugnante”<sup>41</sup>. Em outros tempos, afirma, seria considerada uma maravilha dos sertões, mas com a tamanha ocupação das tropas, a sensação é outra, transforma-se em uma coisa assombrosa e sufocante,

custa a admitir a possibilidade da vida em tal meio – estreito, exíguo, miserável – em que se comprimem agora 2 mil soldados, excluído o pessoal de outras repartições, e uma multidão rebarbativa de megeras esquálidas e feias na maioria – fúrias que encaçam o exército. E todo esse acervo incoerente começa, cedo, a agitar-se, fervilhando na única praça, largamente batida pelo sol. Confundem-se todas as posições, acotovelam-se seres de todos os graus antropológicos.<sup>42</sup>

Nessa situação de clausura, a monotonia natural do sertão é mais agravada,

tem-se a sensação esmagadora de uma imobilidade do tempo. [...] Parece que é o mesmo dia que se desdobra sobre nós – indefinido em sem horas – interrompido apenas pelas noites ardentes e tristes. [...] *spleen* tropical feito da exaustão completa do organismo e do tédio ocasionado por uma vida sem variantes.<sup>43</sup>

Canudos é ainda mais característica. Para Cunha, a cidade parece ter sido inteiramente construída para receber uma batalha. As cores do arraial sertanejo se

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>43</sup> Ibidem.

confundem com o terreno ao seu redor, arenoso e seco, não podia ser vista há mais de três quilômetros de distância. Suas casas, naquele ponto quase completamente destruídas, são paródias grosseiras de antigas casas romanas, ou gaulesas, ou africanas;

acumulam-se em absoluta desordem, completamente isoladas, algumas entre quatro vielas estreitas, unidas outras, com as testadas em todos os sentidos, num baralhamento indescritível, como se tudo aquilo fosse construído rapidamente, vertiginosamente, febrilmente – numa noite – por uma multidão de loucos!<sup>44</sup>

A “aldeia sinistra” parece ainda ter saído das páginas de Thomas Carlyle<sup>45</sup>, ou da bíblia<sup>46</sup>. Seja como for, não faltam comparações que reafirmem o atraso da cidadela que, sem nenhum traço de modernidade, insiste em permanecer no passado.

Mas nem tudo é puramente maléfico naquele lugar, Cunha reconhece que não há manhãs como as de Canudos, “nem as manhãs sul-mineiras, nem manhãs douradas do planalto central de São Paulo se equiparam as que aqui se expandem num firmamento puríssimo, com irradiações fantásticas de apoteose”.<sup>47</sup>

Em relação a seu olhar sobre o sertanejo, tece comentários antes mesmo de efetivamente conhecer um jagunço. Cunha recebe diversos relatos dos soldados, moldando uma imagem prévia fantasiosa, quase sobre-humana daquele povo. Diziam os soldados republicanos que o jagunço degolado não verte uma xícara de sangue, ou ainda que o “fanático” morto não pesa mais que uma criança<sup>48</sup>. Tais informações ajudaram o autor a formular suas teorias:

Acredita-se quase numa inversão completa das leis fisiológicas para a compreensão de tais seres nos quais a força física é substituída por uma agilidade de símios, deslizando pelas caatingas como cobras, resvalando céleres, descendo pelas quebradas, como espectros, arrastando uma espingarda que pesa tanto quanto eles – magros, secos, fantásticos, com as peles bronzeadas coladas sobre os ossos – ásperas como peles de múmias...<sup>49</sup>

O jagunço de Canudos foge da compreensão lógica, não é o mesmo sertanejo de outras localidades como os sertanejos do sul de Taunay, ou mesmo os que compuseram o 5º batalhão da polícia durante a Quarta Expedição contra Canudos, vindos de outras localidades da região Nordeste.

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>49</sup> Ibidem.

Cunha teve seu primeiro contato com um habitante de Canudos ainda durante sua estadia em Salvador. Fora trazido prisioneiro de Canudos, chamava-se Agostinho, de catorze anos. De acordo com sua descrição, tinha:

cor exatíssima de bronze; fragílmo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos. [...] Descreveu nitidamente as figuras preponderantes que rodeiam o Conselheiro e, tanto quanto o pode perceber a sua inteligência infantil, a vida em Canudos.<sup>50</sup>

É por meio de interrogatório a Agostinho que Cunha toma conhecimento do círculo pessoal de Antônio Conselheiro, composto por João Abade, Pajéu, Vila-Nova, Macambira, Joaquim Macambira, Manoel Quadrado e José Félix, personagens importantes em *A Luta*, terceira e última parte de *Os sertões*. Ao contrário dos relatos proferidos por soldados assustados, as falas do garoto seriam para Cunha confiáveis, devido a sua idade. O próprio Conselheiro, figura singular entre os rudes patrícios, é descrito a partir de seu relato. Todos os adjetivos atribuídos aos jagunços são centralizados em sua figura:

ao invés da sordidez imaginada dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esqualido agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira maltratada onde fervilham vermes – emolduram-lhe a face magra e macerada, longa barba branca, cabelos longos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados. [...] Nas raras excursões que faz, envolto na túnica azul inseparável cobre-se de amplo chapéu de abas largas e caídas, de fitas pretas. [...] As ordens dadas, cumpridas religiosamente. Algumas são crudelíssimas e patenteiam a feição bárbara do maníaco construtor de cemitérios e igrejas.<sup>51</sup>

No entanto, seus milagres são desmistificados, não há ressurreição dos mortos em batalha, nem ao menos a promessa. Como já citamos, os relatos que ajudam a construir a imagem de Conselheiro são anteriores à campanha. Cunha encontra menção ao evangelizador dos sertões de quinze anos antes do início dos combates. Segundo ele,

à medida que nos avantajamos no passado aparecem de um modo altamente expressivo as diversas fases da existência desse homem extraordinário – fases diversas, mas crescentes e sempre numa sucessão harmônica, lógica nas suas mais bizarras manifestações, como períodos sucessivos da evolução espantosa de um monstro.<sup>52</sup>

“Grande homem pelo avesso”<sup>53</sup>, considerá-lo um fanático é de algum modo enobrecê-lo, assim o autor conclui os primeiros esboços sobre sua principal personagem.

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 105

<sup>51</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 122.

### ***A Nossa Vendéia e reviravolta de opinião.***

Após confrontar a realidade do campo de batalha, esse esclarecimento e a desmistificação sobre Conselheiro e seus sertanejos se estendem em toda a campanha. A escrita do diário que acabamos de acompanhar se posiciona em um ponto intermediário da carreira literária e jornalística de Euclides da Cunha. De seu contrato com *O Estado de S. Paulo* até a publicação de *Os sertões*, seus posicionamentos e crenças sobre as motivações de Antônio Conselheiro e Canudos se modificaram drasticamente. No último tópico, abordamos o trato dado pelo autor a sua narrativa de guerra, que percorreu e descreveu territórios e personagens sertanejos, aqui, trabalharemos com a ideia de *reviravolta de opinião* para repensar a escrita deste diário como um ponto transitório entre os artigos *A Nossa Vendéia* e *Os sertões*, questão de relevância ao considerarmos os motivos de escolha de Cunha como correspondente militar, e a recepção posterior de seu *livro vingador*.

Como demonstramos no primeiro capítulo, *O Estado de S. Paulo* dedicou uma coluna própria para tratar sobre a guerra, denominada *Canudos*, ilustrando a primeira página de diversas edições durante os anos de guerra. Com o fracasso das duas primeiras expedições contra o povoado baiano, cada vez mais o conflito chamava a atenção dos leitores de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo Galvão<sup>54</sup>, a guerra figurou um marco na história da imprensa brasileira, até então nenhum outro conflito havia recebido uma cobertura jornalística tão completa, diária, relatada diretamente no palco dos acontecimentos a partir de fontes diversas. Os motivos que possibilitaram esse inédito acesso, segundo demonstramos, estão divididos em um cenário complexo de consolidação do recém instaurado governo republicano, supostamente ameaçado por uma monarquia restauradora; e pelos avanços tecnológicos modernos, com a instalação de uma extensa rede de telégrafos, possibilitando a comunicação rápida entre o campo de batalha e as salas de redação.

Apesar de informar, as colunas *Canudos* também se tornaram espaços para a difusão de ideias conspiratórias sobre a iminente restauração monárquica, supostamente capitaneada pelo sebastianista Antonio Conselheiro. Publicavam “qualquer coisa: invencionices, pareceres dogmáticos de militares [...], documentos forjados, cartas

---

<sup>54</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. **Em Canudos, a reviravolta e opinião**. 2009. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,em-canudos-a-reviravolta-e-opinioao,423099>. Acesso em: 20 dez. 2020.

falsas”<sup>55</sup>, criando em Canudos uma espécie de bode expiatório para os problemas nacionais, um inimigo comum à uma república dividida. Com as subseqüentes derrotas do exército, as atenções se multiplicaram e manifestações foram as ruas das grandes capitais, jornais monarquistas foram atacados, o medo gerou cobrança civil, militar e política. A notícia da morte de Moreira César, comandante da derrotada terceira expedição contra Canudos, apenas serviu para aumentar o pânico, impulsionar as notícias falsas, cartas forjadas e os discursos conspiratórios. Aos olhos públicos, não havia outra saída, o exército deveria agir, por meios legais ou não, toda violência seria justificativa para a manutenção do corpo social republicano.

Neste meio aparece Euclides da Cunha, jovem escritor, engenheiro e militar expulso do exército devido a protestos contra o regime monárquico, que, provocado pela fatídica terceira derrota do exército, redige seu primeiro artigo abordando o conflito, publicado pelo *Estado de S. Paulo*, bem antes de iniciar seu diário de campo. Outro viria meses depois, após o anúncio público da organização de uma quarta expedição, dessa vez comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães. Com os dois artigos denominados *A nossa Vendéia* publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, respectivamente em março e julho de 1897, a *Vendéia* francesa foi nacionalizada. Canudos, seu conflito e sua história foram descritos por meio de uma metáfora que corrobora com a conspiração monarquista restauradora, conectando o passado nacional a uma lógica universal, uma história na qual ocorrem respostas violentas à uma república recém instaurada.

É no período entre a publicação destes artigos e o “trabalho de fôlego” de Euclides da Cunha que se localiza sua *reviravolta de opinião*. Euclides parte para a Bahia a bordo da embarcação *Espírito Santo* com o objetivo de integrar a quarta expedição que se reunia em Salvador, ainda preso a mesma “lavagem cerebral que as forças armadas e os demais jornalistas, tomados todos de entusiasmo republicano e de fervor sacrificial”:

Quando Euclides da Cunha foi para Canudos, como todo mundo no Brasil, ele pertencia àquela opinião unânime de que lá havia uma conspiração monarquista, que significava um retrocesso para o País. Mas quando chegou ao cenário da guerra, Euclides começou a ver que as coisas eram um pouco diferentes.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> Ibidem.

Assim, os primeiros sinais dessa mudança já podem ser identificados na série de reportagens publicadas no *Diário de uma Expedição*. Desde o primeiro contato com os canadenses, Euclides da Cunha começa a perceber que não havia, de fato, relação entre o povo de Antonio Conselheiro e uma conspiração monarquista a nível nacional. Roberto Ventura nos apresenta a discussão com as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Reinhart Koselleck e afirma:

A “reviravolta de opinião” do Euclides da Cunha autor de *Os sertões* pode ser analisada enquanto reversão das oposições anteriores, construindo-se um novo esquema interpretativo que *não mais identifica como equivalentes* o litoral à cultura e o sertão à incultura.”; sertão como contracultura, dotada de estruturação distinta e historicamente defasada.<sup>57</sup>

O processo se caracteriza, segundo ele, por uma “reversão” de um horizonte pré-estabelecido de expectativa, um esclarecimento advindo pela experiência da ida aos sertões e do contato com o inimigo. Euclides pode ver por si mesmo a dimensão da cidade e presenciar os interrogatórios (em maioria violentos) de sertanejos. Os ouviu, acreditou e registrou suas sinceras respostas.

Tornou-se evidente que não houvera conspiração alguma e que este bando de sertanejos miseráveis não tinha qualquer ligação com os monarquistas instituídos – gente branca, urbana e de outra classe social, com horror a “jagunços” e “fanáticos”, os quais não passavam de mestiços pobres como os canadenses –, nem qualquer apoio logístico, seja no país, seja no exterior.<sup>58</sup>

O resultado se encontra em seu discurso, em uma “diferenciação crítica frente ao republicanismo”, a consciência “de uma *especificidade na formação social brasileira* em relação aos modelos e temas da história universal”<sup>59</sup>, pautada em experiências exteriores, especialmente pela mobilização do passado da Revolução Francesa<sup>60</sup>. Em suma, a reviravolta de Cunha denota um marcador de redefinição de identidade nacional, a partir do distanciamento entre um passado mobilizado e a realidade encontrada em campo:

Em Euclides da Cunha e na intelectualidade brasileira e latino-americana do último terço do século XIX, a ruptura com o paradigma da história universal e a desarticulação de uma identidade “clássica” se dão de forma ambivalente e contraditória, gerando, ao nível da consciência cultural, uma *identidade problemática*. O caráter problemático desse processo de construção de identidade social deve-se ao impasse gerado pela percepção dos limites e obstáculos à reprodução, na América Latina, da história europeia e pela

<sup>57</sup> VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”: canudos, o mito da revolução francesa e a constituição de identidade nacional - cultural no Brasil (1897-1902). *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Massachusetts, v. 24, n. 12, p.1, 109-125, 1986, p. 117.

<sup>58</sup> GALVÃO, 2001, op. cit.

<sup>59</sup> VENTURA, 1986, op. cit., p. 111.

<sup>60</sup> Cf. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *A Nossa Vendéia: o imaginário social da revolução francesa na construção narrativa de os sertões*. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.



conscientização da necessidade de substituir o paradigma da história universal por novos modelos de apreensão da nação e de redefinição de seu relacionamento com outras realidades e culturas nacionais.<sup>61</sup>

Podemos acompanhar o desenvolvimento dessa reviravolta com o decorrer do *Diário de uma Expedição*, onde o distanciamento entre duas experiências distintas fica cada vez mais evidentes. Trata-se, então, do afastamento da mobilização de um passado específico para dar lugar às experiências adquiridas na prática. Segundo Reinhart Koselleck:

As experiências passadas sempre contêm resultados objetivos, que passam a fazer parte de seu modo de elaboração. [...] Sua eficácia não é menos real do que o efeito das experiências elaboradas, uma vez que as expectativas produziram novas possibilidades às custas das realidades que se desvaneceram.<sup>62</sup>

O título da primeira manifestação de Euclides da Cunha acerca de Canudos foi escolhido (e repetido) seguindo um propósito: *Vendéia* se refere a região ao sul da França que deu palco a um conflito civil militar que durou três anos, de 1793 a 1796, em represália a revolução francesa. A contrarrevolução foi narrada pelo escritor francês Victor Hugo, no livro *O Noventa e Três*, em que é apresentado o caráter religioso e restaurador do *chouan*, o revoltoso francês, paralelo ao sertanejo de Cunha. Segundo Roberto Ventura<sup>63</sup>, a metáfora da Vendéia apresenta uma Canudos “vívda ao nível imaginário pelos republicanos brasileiros”, o que retiraria qualquer dúvida e insegurança sobre o futuro desfecho do conflito nacional, baseado no resultado da experiência histórica. Tal nacionalização de um passado permite assimilar simultaneamente espaço de experiência e horizonte de expectativas em uma estrutura onde “as perguntas e as respostas já estão dadas – a república é imortal porque já sobreviveu a Vendéia”<sup>64</sup>, não poderia ser diferente.

Como escreve Lidiane Pinheiro<sup>65</sup>, os correspondentes enviados à Canudos já sabiam o que informar antes mesmo de chegarem lá. A expectativa geral era de que iriam encontrar confirmação e provas de uma grande conspiração restauradora, e não uma cidade dizimada. Com Euclides não foi diferente, no primeiro artigo *A Nossa Vendéia*, Cunha apresenta um balanço de estudos prévios sobre a geografia da região de Canudos, ensaiando pela primeira vez adjetivos que se tornam recorrentes nas inúmeras descrições

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 314.

<sup>63</sup> VENTURA, 1986, op. cit., p. 110.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 160.

que faz do cenário canudense. A aridez destaca o deserto e seus únicos habitantes, os mandacarus, “silentes e majestosos, árvores providenciais em cujos galhos e raízes armazenam-se os últimos recursos para satisfação da sede e da fome ao viajante retardatário”<sup>66</sup>. O sertão *lúgubre*, mas pitoresco, é lido segundo a geografia humboldtiana, “como se vê naquela região, intermitentemente, a natureza parece oscilar entre os dois extremos – da maravilhosa e exuberância à completa esterilidade [...], este último aspecto, porém, infelizmente, parece dominar”<sup>67</sup>, realizando, desde já, o característico jogo de contrastes. O *jagunço* não aparece aqui, nomeado na ocasião como “rude sertanejo”, é descrito como

completamente vestido de couro curtido – das amplas perneiras ao chapéu de abas largas – tendo a tiracolo o laço ligeiro a que não escapa o garrote mais arisco ou rês alevantada, e pendente, à cinta, a comprida faca de arrasto, com que investe e rompe intrincados cipoais”<sup>68</sup>.

Até então um povo “sem história”<sup>69</sup>, sem passado, abandonado por três séculos pelos bandeirantes do sul, a região havia sido minimamente abordada em trabalhos geográficos como o relatório sobre o transporte do meteorito de Bendegó, de José C. de Carvalho, pelos trabalhos “do ilustre professor Caminhoá e algumas observações de Martius e Saint-Hilaire”<sup>70</sup>. Agora, com a guerra e a ameaça preocupante à República, Canudos e Antonio Conselheiro passam a compor um capítulo da história da consolidação da nacionalidade, mas não apenas, são exemplos nacionais de um episódio da história universal. Assim, nesse momento, para Cunha, como foi com a Vendéia, somente a guerra tornou a região e seu povo efetivamente históricos, e apenas a civilização, representada pela república, poderá resgatar a anacrônica Canudos, retirando os atrasos de sua evolução.

Portanto, como bem explorada no artigo *A Nossa Vendéia: canudos, o mito da revolução francesa e a constituição da identidade nacional – cultura no Brasil (1897-1902)* de Roberto Ventura, tomar Canudos como uma continuidade monarquista paralela a Vendéia serve também para denunciar a existência da conspiração e o envolvimento de Conselheiro. De maneira a provar seu argumento, durante sua estadia em Salvador, como citamos anteriormente, Euclides da Cunha se dedica a investigação de possíveis prenúncios sobre Canudos e a organização de Conselheiro, encontrando, na poeira dos

---

<sup>66</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 46.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 43.

arquivos, artigos e livros que abordaram o líder de Monte Santo em ascensão em até quinze anos antes do estouro do conflito:

Se naquele tempo, as oitenta praças de linha que vieram até Serrinha, marcham logo sobre o homem, certamente o tinham esmagado, porque o seu grupo era de 85 homens, mal armados e mal municionados.

Hoje a coisa é dez vezes pior, porque além de estar protegido pela posição estratégica de Canudos, cercado de morros e caatingas incultas e difíceis, tem elementos fortes, gente superior e trincheiras perigosas.

O marechal Floriano, sábio na sua administração, enérgico e ativo nas suas medidas, deve empenhar-se para ser o salvador nessa tormentosa questão que tanto prejuízo há de causar à Bahia.<sup>71</sup>

O sertanejo comum, por outro lado, é agora um inocente. Assim como para o *chouan* da Vendéia, “o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império”, ambos movidos somente pela crença, “precipitando-se impávidos à boca dos canhoes que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados”<sup>72</sup>

O segundo artigo repete a justificativa do título, mantendo viva a certeza da vitória na guerra, mesmo após a derrota da terceira expedição, “a situação não pode, entretanto, surpreender a ninguém”, tratava-se apenas de um “tropeço” natural, produzido pelas condições da luta<sup>73</sup>. A história é exemplo e garantia, não faltam sinais do “progredir para a vitória”: “a Inglaterra enfrentando os zulus e os afegãos, a França em Madagascar e a Itália recentemente, às arrancadas com os abissínios”<sup>74</sup> ou ainda a Espanha contra Napoleão. O exército teria que se espelhar em estratégias europeias para garantir a vitória, mas só isso não seria suficiente, deve-se conhecer o território e o inimigo, “cujas vantagens estão na própria inferioridade”<sup>75</sup>, para que não se repitam as três primeiras expedições derrotadas, resultado de menosprezo. Desta vez, a palavra *jagunço* aparece, em itálico, “traíçoeiro e ousado”<sup>76</sup> que usa o meio como estratégia de batalha. Recebe outras metáforas:

O *jagunço* é uma tradução justalinear quase do *iluminado* da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.<sup>77</sup>

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>77</sup> Ibidem.

Os dois textos são encerrados com o mesmo sentimento patriótico. O primeiro, em tom acalentador, reforça a vitória iminente, mesmo depois de mais um avanço fracassado, o paralelo da Vendéia seria levado “às últimas consequências, a república sairá triunfante desta última prova”<sup>78</sup>. O segundo, em alta expectativa:

amanhã, quando forem desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro a descer a primitiva quietude sobre os sertões baianos, ninguém conseguirá perceber, talvez, através das matas impenetráveis, coletando pelo fundo dos vales, derivando pelas escarpas íngremes das serras, os trilhos, as veredas estreitas por onde passam, nesta hora, admiráveis de bravura e abnegação – os soldados da República.<sup>79</sup>

Como demonstra Koselleck<sup>80</sup> as expectativas podem ser revistas e as experiências, recolhidas. Para Euclides da Cunha, ao penetrar os sertões baianos, *A Nossa Vendéia* passa a ser cada vez menos *nossa*, perdendo o valor e peso da metáfora, abandonada na obra final.

Seguindo este caminho, Roberto Ventura demonstra como a reviravolta de opinião de Euclides expressa a constituição de uma consciência nacional e identidade cultural latino-americana dos processos históricos atribuídos à Guerra de Canudos. Com a experiência, rompe-se com o “paradigma da história universal” e adquire uma identidade problemática, regida por novos modelos de apreensão da nação<sup>81</sup>. A metáfora começa a cair por terra, mesmo que a custo alto a República tenha vencido Conselheiro, percebeu-se que não havia conspiração ou qualquer intenção restauradora organizada além de puro “fanatismo” religioso, possível, para Euclides da Cunha, a partir de uma configuração específica de meio e raça. Em *Os sertões*, o *jagunço* não é mais espelho do *chouan*, mas passa a sintetizar os elementos negativos do tipo específico brasileiro, através de contrastes e oposição entre jagunço e soldado republicano. Tais conclusões não constam no *Diário de uma Expedição*, finalizado antes do 5 de outubro, aparecem somente no livro vingador, junto às denúncias dos crimes do exército, fazendo assim, crítica a uma vertente militarista da República.

Em Euclides da Cunha, o confronto com a sociedade sertaneja e a comunidade de Canudos se dá enquanto *experiência de choque*, que subverte seu horizonte prévio de expectativas.<sup>82</sup>

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>80</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311.

<sup>81</sup> VENTURA, 1986, op. cit., p. 122.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 123.

Em nota à segunda edição de *Os sertões*, podemos encontrar um clássico exemplo de sua reviravolta, pautada em uma nova experiência. Em resposta a críticas negativas, Euclides afirma que, com o livro, não teve o intuito de defender os sertanejos, “por que este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque”. Faz suas denúncias porque, assim como Tucídides, “embora sem a mesma visão aquilina”, pode ver por si mesmo, para narrar, segundo citação ao autor clássico, “apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras”<sup>83</sup>.

### **Ver e narrar: a autópsia dos sertões.**

Até aqui, com a exposição das nomeações de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha e de seus diários, nos deparamos com questões que se relacionam diretamente com os modos de escrita da história compartilhados pelos autores. Enquanto *homens de letras, polígrafos, correspondentes*, pela imprensa e pelo exército, Taunay e Cunha foram encarregados de expectativas de viajar, ver e narrar a história de suas guerras, respondendo aos contratantes no momento da batalha, mas também reunindo anotações para uma história mais completa, posterior.

A *autópsia*, ou o ato de ver por si mesmo, já foi discutida na obra de Euclides da Cunha. Em especial, Fernando Nicolazzi<sup>84</sup> e Nathália Sanglard<sup>85</sup> se dedicaram à análise do olhar em *Os sertões*. Sobre o olhar de Alfredo Taunay, Lúcia Stumpf<sup>86</sup> se dedicou ao estudo dos desenhos produzidos pelo autor durante seu trajeto pelo Mato Grosso. Estes estudos contribuem para pensarmos as diferenças entre ver, ouvir e ler, como apresentado por François Hartog<sup>87</sup>.

Segundo Hartog<sup>88</sup>, na Antiguidade, em Tucídides, “o saber histórico se fundamenta na autópsia [...] e se organiza com base nos dados fornecidos por essa; o olhar está no centro da história, e a história se faz no presente”. Continua ele, demonstrando que no século XIX, Tucídides torna-se um modelo a ser seguido para historiadores chamados “positivistas”, pessoas que entendiam “história” como “história do passado” e

<sup>83</sup> CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018, p. 784.

<sup>84</sup> NICOLAZZI, 2009, op. cit.

<sup>85</sup> SANGLARD, Nathália. Sobre o olhar, o testemunho e a experiência de Euclides da Cunha nos sertões baianos. **ARS HISTORICA**, v. 6, p. 128-147, 2013.

<sup>86</sup> STUMPF, 2019, op. cit.

<sup>87</sup> HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999; e HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 80.

“fazer história” como a prática e utilização dos arquivos. Podemos encontrar tanto em Alfredo Taunay como em Euclides da Cunha inspirações de autores clássicos depositadas em seus textos, em especial, referências a Xenofonte<sup>89</sup> e Tucídides<sup>90</sup>.

Taunay, por exemplo, dá início a *Retirada da Laguna* buscando localizar sua narrativa e seu objeto em uma categoria sequencial de histórias e manobras militares que têm origem em *Anábase – A retirada dos dez mil* de Xenofonte. Segundo comenta, a dificuldade das *retiradas*, “mais perigosas do que qualquer outra” manobra de guerra, são relevantes pois atraem a atenção da história pela diversidade dos perigos e dos sofrimentos<sup>91</sup>, assim, garantindo validade e lugar a sua narrativa. Em um ensaio acerca da obra de Euclides da Cunha publicado no início do século XX, em 1903, José Campos Novaes concorda com a proximidade entre as *Retiradas* de Xenofonte e Taunay, e posiciona *Os sertões* logo em seguida; sobre o livro de Cunha, comenta: “eis aí um livro raro de nossa literatura, que já conta outro igual no assunto: *A retirada da Laguna*, que causou assombro aos estrategistas alemães, que a compararam à *Retirada dos dez mil*, de Xenofonte”<sup>92</sup>.

Podemos citar ainda três outras situações em que Taunay é comparado a Xenofonte. A primeira, como critério de associação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Taunay apresenta o Relatório da Comissão e uma versão prévia de *Cenas de Viagem* para avaliação de pareceristas do Instituto. No relatório redigido pelo conselheiro Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *A Retirada da Laguna* é colocada como “uma brilhante página da nossa história contemporânea”, e Taunay, como “um dos mais esperançosos oficiais de nosso heroico exército, descreve o que viu, o que praticou, à guisa de Xenofonte, com singular modéstia e invejável candura”<sup>93</sup>, demarcando em sua escrita um aspecto de sua prática: a “visão”. O segundo exemplo consta no prefácio escrito por João Ribeiro para *Recordações de Guerra e de Viagem*, onde afirma que

---

<sup>89</sup> Historiador ateniense, creditado à autoria da *Retirada dos Dez Mil – Anábase*. Considera-se que tenha vivido entre 430 e 354 a. C. Em sua obra, narra, em terceira pessoa, se incluindo na narrativa como personagem, uma enorme manobra militar ocorrida pós-Guerra do Peloponeso. O livro, assim como *A Retirada da Laguna*, foi escrito com base na correspondência de guerra. Xenofonte é, de maneira geral, lido como dos primeiros historiadores da antiguidade, assim como Heródoto e Tucídides.

<sup>90</sup> Historiador ateniense, creditado à autoria de *História da Guerra do Peloponeso*. Considera-se que tenha vivido 460 e 400 a. C. Frequentemente considerado *testemunha* dos eventos narrados: a guerra entre Esparta e Atenas, a Guerra do Peloponeso, ocorrida no século V a. C.

<sup>91</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragolle. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p. 11.

<sup>92</sup> FACIOLLI; NASCIMENTO, op. cit., p. 112.

<sup>93</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro secretário. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXXI, pt. 2, p. 405-420, jul. 1868, p.419.

Taunay “não era um poeta, mas um romancista, e por isso mesmo, um criador de valores. Acresce ainda a esses dotes a glória ao soldado que como Xenofonte resgatava o desengano da vitória escrevendo a memorável retirada”; sobre o livro, continua, “*A Retirada da Laguna* – é um verdadeiro poema, um dos mais formosos – *epos* – da nossa literatura. Não era um – *Anabasis* – mas uma contra-invasão desastrosa”<sup>94</sup>. Por último, Taunay é citado como “Xenofonte brasileiro” pelo parecerista Ramiz Galvão no momento de recepção de seu filho, Afonso Taunay, como sócio do IHGB<sup>95</sup>. Devidas classificações e proporções dadas, as comparações servem como critério de qualidade, uma referência positiva para a confirmação da relevância de Alfredo Taunay, ou, no último caso, para a recepção de Afonso.

Nos diários escritos a caminho do povoado de Canudos, as referências clássicas são lembradas de tempos em tempos, especialmente para demonstrar o atraso e o deslocamento temporal dos jagunços<sup>96</sup>, distantes, em todos os aspectos, de seu tempo e do restante da civilização brasileira. Já na segunda edição de *Os sertões*, Tucídides<sup>97</sup> aparece citado em nota, como um

narrador fiel das coisas que ele próprio testemunhou, surge nas páginas do livro para informar ao leitor que aquele que ali escreve, embora sem a mesma “visão aquilina” do historiador grego, também assim o fez porque viu e porque presenciou os feitos ora narrados.<sup>98</sup>

A visão de Euclides da Cunha, assim como a de Tucídides, seria prova da veracidade<sup>99</sup>, ou pelo menos, da “adequação a realidade”<sup>100</sup> dos acontecimentos narrados. Em Taunay, segundo Karina Anhezini<sup>101</sup>, a presença da demarcação do “eu vi” pode ser entendida como a busca de evidência e preocupação pelo testemunho de “verdade”, mais uma vez, como uma prova do narrado, sendo elemento identificável ainda nos momentos próximos a sua expedição, como em *A Retirada da Laguna*, *Diário do Exército* e o *Relatório da Comissão*; em publicações muito posteriores, como em suas *Memórias*; ou

<sup>94</sup> RIBEIRO, João. Prefácio. In: TAUNAY, Alfredo d’Escragolle. **Recordações de Guerra e de Viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 10

<sup>95</sup> ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 103.

<sup>96</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 176.

<sup>97</sup> Considera-se que tenha vivido entre 460 e 400 a. C, tido, assim como Xenofonte, como um historiador da antiguidade. Tem autoria atribuída aos escritos que narram a *Guerra do Peloponeso*, da qual foi também testemunha.

<sup>98</sup> NICOLAZZI, 2009, op. cit., p. 68.

<sup>99</sup> Os textos de Varnhagen aparecem como outros exemplos da prática da *autópsia* no século XIX, “ele sabia por que havia visto. A autópsia, adotada por ele e por outros, tornou-se garantia da opinião e da crença”. CEZAR, 2018, op. cit., p. 43.

<sup>100</sup> HARTOG, 2011, op. cit., p. 80.

<sup>101</sup> ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 96.

até mesmo em romances, como *Inocência*, que declaradamente carregam referências de seu período em viagem e contato com os sertanejos que encontrou.

O espelhamento entre práticas modernas e antigas, identificadas por Hartog, faz parte de um modo específico de operação historiográfica do Brasil oitocentista, que, como buscam demonstrar Temístocles César<sup>102</sup> e Rodrigo Turin<sup>103</sup>, produzia debates entre ideias antigas e modernas nos procedimentos operados para se escrever a história da nação. Neste cenário, segundo Turin<sup>104</sup>, a autoridade clássica é resgatada, coexiste e é confrontada com a elaboração de uma escrita moderna e científica da história nacional; não configura necessariamente um caráter estruturante, mas é entendida como uma metáfora. Segundo Cesar<sup>105</sup>, a busca do rigor científico pelas propostas de nação do IHGB não evitou a manutenção de topos antigos, que eram lembrados a partir de Cícero, Plínio, Tácito, Plutarco e outros:

Tais propostas, além de contribuírem para a padronização de novos paradigmas para a pesquisa, notadamente a busca pela cientificidade, também ratificaram aporias e dificuldades da escrita da história, sobretudo aquelas inerentes à instável narrativa do período, marcada pela oscilação entre a orientação hodierna, ou moderna, e os pressupostos pretéritos, ou antigos, da historiografia ocidental, entre os quais a sombra ou a luz da *historia magistra vitae*.<sup>106</sup>

Assim, os autores clássicos aparecem reapropriados dentro de um modo historiográfico em desenvolvimento no início do XIX, centralizado pelo IHGB, assumindo novas funcionalidades de acordo com as questões da modernidade e cientificidade.

Mesmo com os clássicos em suas bagagens, os dois autores aqui trabalhados também carregam práticas e expectativas modernas. Para Taunay, a *Semana Ilustrada* fez questão de anunciar o preparo técnico recebido pela Comissão, bem como, o aparato fotográfico levado para que fosse possível, da melhor maneira, visualizar o sertão. Cunha, por sua vez, demonstra que, apesar da falta de aparelhos apropriados, o sertão seria desvendado pela ciência e interpretado pelas letras, deixando claro a complexidade de sua

---

<sup>102</sup> CEZAR, Temístocles. *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do topos nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (Org.). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

<sup>103</sup> TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *L'Atelier Du Centre de Recherches Historiques*, jul. 2011.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> CEZAR, 2019, op. cit., p. 22.

<sup>106</sup> Ibidem.



prática<sup>107</sup>. Para o *Estado de S. Paulo*, era interessante ter alguém para ver a guerra, e não apenas reproduzir notícias de outros jornais, o mesmo para a *Semana Ilustrada* ou para o governo, que eram constantemente abastecidos por boatos<sup>108</sup>.

Na escrita, tais práticas científicas são representadas por meio de marcas de enunciação. Segundo demonstra François Hartog em *O espelho de Heródoto*, a retórica da alteridade, ou a narrativa que busca distanciar o *eu* do *outro*, se inscreve e se desenvolve entre o olho e o ouvido: o olho do viajante, o ouvido do público<sup>109</sup>. Ainda, o olho do viajante deveria balizar o espaço conhecido, ver por si para verificar, confirmar ou descreditar o que foi visto por outros<sup>110</sup>; “esquadrinhar se o que a visão alheia apreendeu se amoldava à realidade”<sup>111</sup>, em um papel também investigador, a visão é confrontada com a leitura. O “eu vi” surge como marca de enunciação do olhar, demarcando credibilidade e prova da narrativa. Na escrita dos diários de Taunay, a marca aparece no plural, no “vimos” e avistamos”<sup>112</sup>, creditada, não somente a si, mas à Comissão de Engenheiros ou ao batalhão dos quais integrava. A visão de Taunay em seus textos foi reconhecida e valorizada, como apresenta Karina Anhezini<sup>113</sup>, por Capistrano de Abreu, que o posicionou como o pioneiro dentre aqueles que descreveram os sertões pela “experiência e autópsia”.

Nos diários de Cunha, o singular reveza com o plural, mesclando o “avistei” e o “pude verificar” com o “vimos que”. Em ambos os casos, busca-se ainda localizar outro observador possível: o futuro viajante que por ali passar<sup>114</sup>, marcando uma utilidade específica para seus diários. Segundo Sanglard<sup>115</sup>, esta marca de enunciação serviria como um empréstimo do olhar do autor ao leitor, que, persuadido pelo prisma de quem presenciou os eventos, poderia então ser convencido da narrativa.

Conhecer os outros viajantes que narraram os sertões baianos e mato-grossenses e se posicionar a frente exigia preparo prévio, de uma boa leitura de autores modernos, bem como a visita aos arquivos. Esta prática aparece no texto através de outra marca de

---

<sup>107</sup> NICOLAZZI, 2009, op. cit., 72.

<sup>108</sup> Nos telegramas enviados durante a estadia de Euclides da Cunha em Monte Santo, não raro se dedica a denunciar falsos boatos, como em CUNHA, 2000 op. cit., p. 233.

<sup>109</sup> HARTOG, 1999, op. cit., p. 273.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>111</sup> SANGLARD, 2013, op. cit., p. 130.

<sup>112</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 13.

<sup>113</sup> ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 97.

<sup>114</sup> TAUNAY, 1869, op. cit., p. 5 e CUNHA, 2000, op. cit., p. 137.

<sup>115</sup> SANGLARD, 2013, op. cit., p. 139.

enunciação, firmada no “eu li”. Cunha dedicou parte de sua viagem a Salvador a este propósito, mesmo que em certos momentos desacredite a utilidade dos gabinetes<sup>116</sup>. Não parece ser uma contradição ao autor, mas sim uma crítica, pois conforme cita, fez questão de visitar “a poeira dos arquivos, de que muita gente fala sem nunca ter visto ou sentido”<sup>117</sup>. Como citamos, lamenta não poder ir mais a fundo nas pesquisas, especialmente por não ter mais tempo, mas ainda assim buscou aproveitar a oportunidade. Analisa e transcreve partes de artigos e livros que citam Antônio Conselheiro anos antes do início da guerra, convencendo a si e aos leitores de que todo o desgaste poderia ter sido evitado se o personagem tivesse recebido devida atenção com antecedência. Posteriormente, admite que nenhum preparo seria suficiente para lidar com os sertões, que, constantemente, engana o observador, mas não recusa a necessidade de práticas e aparatos científicos, pelo contrário, valoriza o trabalho pela dificuldade encontrada.

No caminho de seus sertões, Taunay não encontra arquivos, mas também carrega suas referências modernas. É um viajante como foi Henry Buckle, Alexander Humboldt, Karl Von Martius e Auguste de Saint Hilaire, os cita e, quando considera necessário, demonstra seus equívocos. Cunha, por sua vez, mobiliza autores como Montesquieu, Ernest Renan e Stuart Mill, além daqueles já citados, compartilhados com Taunay. Aqui, para os dois autores, opera-se o “eu li”, posicionando-os em um lugar subsequente aos predecessores e preparando terreno aos posteriores.

Depois da *ópsis* vem a *akoé*, não apenas o *eu vi*, mas o *eu ouvi*. Segundo Hartog<sup>118</sup>, o recurso da audição aparece como mais um modo de intervenção do narrador em seu texto, uma marca de enunciação utilizada na antiguidade quando o olhar não é possível. E, mais uma vez, a marca aparece nos dois correspondentes, evidenciada pela exposição de testemunhas. A alteridade mais uma vez entra em cena, desta vez para manter distância e diferenciar a testemunha do historiador. Assim, a testemunha é convocada como um meio de responder: “de que modo narrar como se eu tivesse visto o que não vi, nem podia ter visto?”<sup>119</sup>, ou ainda, como fazer ver ao leitor o que era impossível, no tempo ou espaço, ver por si mesmo?

---

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 116.

<sup>118</sup> HARTOG, 1999, op. cit., p. 281.

<sup>119</sup> HARTOG, 2011, op. cit., 203.

Nos diários e na obra definitiva, *Os sertões*, Euclides mobiliza no texto diferentes grupos de testemunhas, que passam por filtros de credibilidade diferentes. Em *A Luta*, recebe notícias de soldados, interroga jagunços capturados e conversa com os oficiais do exército. As testemunhas e seus testemunhos certificam autoridade ao exposto, especialmente quando confirmadas pela posição ocupada pelos sujeitos. Nos telegramas enviados ao *O Estado de S. Paulo* durante a guerra, Euclides da Cunha se esforça para desmitificar boatos a partir de fontes confiáveis. Quanto a *jagunços* ou mesmo soldados de patente mais baixa, os relatos eram antes questionados pelo autor, que descreditava qualquer aspecto fantasioso ou afastado da realidade. Nos interrogatórios reproduzidos em seu diário de campo, a maioria das perguntas giram ao redor dos falsos mitos sobre Conselheiro, em uma declarada tentativa de afastá-lo de sua figura mística e milagrosa, transformando-o em nada mais que um “grande homem pelo avesso”<sup>120</sup>, contrastante com aquela ideia primeira de conspiracionista divulgada anteriormente, em *A Nossa Vendéia*.

Taunay, no entanto, apesar das palavras elogiosas de Conde d’Eu, teve breve contato com o inimigo, descrevendo-os sempre pela distância. O que não o impede de mobilizar testemunhas, neste caso, também habitantes do sertão, as diversas *inocências*<sup>121</sup>, são as reprodutoras orais das histórias locais, os indígenas e moradores de casas isoladas, donos e trabalhadores de hospitaleiras fazendas e pousadas visitadas no percurso, transformando a oralidade dos pequenos sertões em uma grande história do sertão mato-grossense.

Dessa maneira, nos dois casos, a enunciação do *eu ouvi*, quando passível de crítica, é colocada nos textos ao lado da visão e da leitura, relacionando diferentes práticas de uma narrativa de viagem marcada pelo critério científico e pela utilização de referências clássicas. Extrapolando a escrita de Taunay e Cunha, a consideração por tais práticas pode ser verificada já nos textos que autorizaram e noticiaram a ida dos autores às guerras, explicitando as expectativas projetadas pelos lugares frequentados pelos correspondentes. Se Vercingetorix, no texto publicado em 1867 sobre a Guerra do Paraguai, questiona “como se escreve a história?” e demonstra como *não* deve ser escrita, podemos concluir que, pelo menos para responder como se escreve a história das guerras, *A Semana Ilustrada* e *O Estado de S. Paulo* adotaram estratégias compartilhadas, enviando ao campo de batalha Alfredo d’Escagnolle Taunay e Euclides da Cunha,

<sup>120</sup> CUNHA, 2000, op. cit., p. 123.

<sup>121</sup> Taunay reitera diversas vezes que se inspirou nesses encontros para construir sua personagem *Inocência*.

homens de letras que tinham a capacitação técnica e intelectual para produzir matéria prima para notícias diárias, relatórios complexos e obras completas, com o objetivo de (in)formar narrativas a um público leitor distante, mas afetado politicamente pelas guerras do Paraguai e Canudos. Suas obras, *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*, figuram como marcos privilegiados sobre estes conflitos, reconhecidas por abordagens celebradas sobre os plurais sertões que ali foram dissecados.

Para os dois autores, o caráter urgente, funcional e documental da escrita de seus diários prevaleceu. O olhar crítico e o trato literário seriam consolidados posteriormente, longe dos sertões e dos campos de batalha, com as publicações de *A Retirada da Laguna*, em 1871 e *Os sertões*, em 1902.

### CAPÍTULO III

#### Suas recepções: compondo uma *Literatura militar*

##### Uma comparação *quase óbvia*

O nome de Alfredo d’Escragnoille Taunay, com ou sem *Visconde*, sempre teve certa dificuldade em figurar entre referências estabelecidas da literatura nacional, mesmo com sua volumosa publicação, seu bom círculo de relações pessoais e o assíduo trabalho de Afonso Taunay para divulgar o nome do pai. Em *O Visconde de Taunay e os fios da memória*<sup>1</sup>, Maria Lídia Maretti busca problematizar essa posição de “autor menor”, localizando os trabalhos do autor em um *discurso de transição* entre as imagens monarquistas e republicanas da nacionalidade. Como demonstra a autora, Taunay foi, efetivamente, lido. Não apenas lido, mas elogiado, nutriu boas e duradouras amizades entre os “grandes” nomes do cenário intelectual brasileiro do fim do século XIX. Como veremos, seu nome aparece diretamente relacionado a qualquer literatura produzida sobre (e durante) a Guerra do Paraguai, mas indo além deste conflito, Alfredo Taunay e sua obra passam a compor referência de como uma narrativa militar deveria ser realizada. Após 1902, como afirma Maretti, a aproximação de Taunay com outro nome torna-se “quase óbvia”<sup>2</sup>. Com a publicação e repercussão de *Os sertões*, os escritos do Visconde sobre a Guerra do Paraguai passaram a ser relacionados como paralelos aproximados do que havia sido feito por Euclides da Cunha em sua narrativa da Guerra de Canudos.

A princípio, a expressão “quase óbvia” é intrigante. Não se trata de uma comparação direta entre os autores, pois como vimos nos capítulos anteriores, Taunay e Cunha viveram e produziram em contextos distintos. Portanto, do “quase” podemos presumir que o nome de Taunay não costuma aparecer *sempre* quando se fala de Cunha ou *Os sertões*. Ainda assim, *óbvia*, ou pelo menos com alguma frequência em determinados recortes. Como veremos, a aproximação entre os autores é evidenciada a partir da publicação de *Os sertões* e suas críticas iniciais, a partir de 1902, construindo uma *relação dupla* de influência entre os autores que nunca se conheceram, onde o sucesso literário de Euclides da Cunha eleva, revela e elogia o pioneirismo de Alfredo Taunay no âmbito das narrativas de guerra.

---

<sup>1</sup> MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

<sup>2</sup> Idem., p. 56

Para explorarmos a ideia de os autores compõem um modo específico de narrar a história das guerras, podemos dividir este capítulo em três momentos: no primeiro, trataremos de críticas e artigos de jornais posteriores às publicações de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*, onde seus autores são apresentados lado a lado como exemplos positivos das práticas narrativas mobilizadas para se escrever a história de uma guerra; em seguida, adentraremos na recepção dos autores em dois importantes lugares de validação dessas práticas e escritas, o IHGB e a ABL; por fim, poderemos então reunir o apresentado para localizar os autores e suas produções em um *regime historiográfico*, denominado no período trabalhado (1902 – 1910) como *Literatura Militar*.

### ***Os sertões, um livro raro (com outro igual)***

Nos meses que seguiram à publicação de *Os sertões*, diversas críticas sobre o livro foram publicadas. Em sua maioria elogiosos, esses comentários contribuíram para a repercussão da obra de Euclides da Cunha e construíram a relevância do livro e a necessidade de correções e reedições. Dois anos após a publicação, em 1904, a editora Laemmert reuniu algumas críticas em um volume intitulado *Juízos Críticos*. Nesta primeira edição, foram publicados os comentários de nomes de referência em diversos temas dentre aqueles abordados por Euclides da Cunha em seu livro. Comenta-se sobre o caráter científico do livro, sobre a descrição geológica, geográfica, topográfica, botânica e antropológica, sobre os levantamentos históricos e interrogatórios; dentre as críticas mais duras, questionam seus posicionamentos ante a ação republicana no conflito.

Em 2003 uma nova edição de *Juízos Críticos* foi organizada e publicada, sob o comando de José Leonardo do Nascimento e Valentim Facioli<sup>3</sup>. A nova versão reconstruiu a reunião de críticas realizadas cem anos antes e adicionou mais duas, contemporâneas e igualmente relevantes. A primeira trata-se do artigo do botânico José Campos Novaes, então diretor da *Revista do Centro de Ciências e Artes* de Campinas, publicado originalmente em 31 de janeiro de 1903, que motivou, inclusive, correções para a terceira edição de *Os sertões*; a segunda, um discurso destinado a Euclides da Cunha, realizado em 1906, por Sílvio Romero, em razão de sua recepção na Academia Brasileira de Letras. Falaremos também de ambas.

---

<sup>3</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLLI, Valentim. *Juízos críticos - os sertões e os olhares de sua época*. 1. ed. São Paulo: Nankin e Unesp, 2003.

“Eis aí um livro raro de nossa literatura, que já conta com outro igual no assunto: *A retirada da Laguna*, que causou assombro aos estrategistas alemães, que a compararam à *Retirada dos dez mil*, de Xenofonte.”<sup>4</sup> A crítica traz uma instigante abertura, que não apenas relaciona Euclides da Cunha e Alfredo Taunay, mas também reitera, como abordamos anteriormente, a conexão entre as retiradas *dos dez mil* e da *Laguna*. Temos aí, portanto, um livro raro, mas que conta com outro igual, este segundo comparado a um clássico grego.

José Campos Novaes não poupa elogios a Euclides da Cunha, a quem teve o “prazer de conhecer” durante um encontro mediado pelo *Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, onde teve acesso a uma primeira parte da obra criticada, “ainda não encadernada e faltando algumas páginas ainda a imprimir”. A primeira impressão sobre Cunha foi das melhores, “o seu espírito ilustrado e observador, com lampejos de um temperamento excitável e naturalmente veemente”, impressionou Novaes, que o viu desde logo como um puro intelectual. Caracterizado o espírito, segue o crítico para a obra, destacando, especificamente, a capacidade de *generalização* ali encontrada:

Suas ideias propendiam sempre para as mais belas e arrojadas generalizações, que lhe parecem mesmo a essência única das ciências. [...] Há nos estudos dos naturalistas um inventário perenemente revisado da natureza que é o preliminar forçado nas invenções, e a base solidíssima das mais geniais generalizações. [...] A primeira parte de *Os sertões* contém efetivamente generalizações magníficas.<sup>5</sup>

Com *generalizações*, Novaes se refere ao modo de tornar o estudo científico em algo *útil*, utilizar os resultados a *serviço* da humanidade. No caso de *Os sertões*, as generalizações apresentadas valorizam a *riqueza nacional*, geográfica, botânica, geológica e, sobretudo, humana.

Continua,

Se o estilo é o homem mesmo, o Sr. Euclides da Cunha tem um estilo seu. Novo, brilhante, repleto de surpresas e de imagens rutilantes; por vezes cheio de palavras cujas sílabas suprimidas ou aumentadas como o libérrimo dentre os poetas, nos dão uma certa impressão de neologismo pela extrema quantidade de desinências verbais por vezes desconhecidas.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> NOVAES, José de Campos. Os sertões (Campanha de Canudos), por Euclides da Cunha. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLLI, Valentim. **Juízos críticos** - os sertões e os olhares de sua época. 1. ed. São Paulo: Nankin e Unesp, 2003, p. 112.

<sup>5</sup> Idem., p. 113.

<sup>6</sup> Idem., p. 114.

Euclides escrevia difícil, na opinião do botânico, mas ainda através de um *estilo* belo e verificável, ao receber, em primeira mão, leitura advinda do próprio autor. Euclides não escreve em uma propriamente dita “linguagem científica”, na qual o estilo “claro, preciso e técnico” imperaria, mas o faz em um “modelo de ciência popular”, “que sendo por vezes destituída de precisão, afigurasse-nos alguma coisa de superior pelo prestígio indiscutível da forma repleta de imagens que registram, aliás, impressões reais”<sup>7</sup>. Através de seu estilo, Euclides consegue convencer o crítico, que se encanta com a prosa, após a “introdução científica e descritiva”:

A narrativa dilata-se em páginas eloquentes, rapidíssimas e emocionantes, como aquelas sobre a travessia das caatingas [...]; o combate e o pânico causado sobre os fanáticos após o combate do Cambaio com as forças do Major Febrônio [...]; e sobretudo o paralelo entre o jagunço e o gaúcho, que enriqueceriam qualquer literatura moderna [...].<sup>8</sup>

Uma escrita que, claro, pode “sofrer alguns reparos, especialmente na *parte científica*, sem que por isso a nossa admiração pela obra tão bela esteja diminuída”<sup>9</sup>. Mesmo com os elogios, a crítica de Novaes à *parte científica* é pesada. Questiona diversas afirmações de Euclides, sobretudo a de que não teria havido, até a viagem de Cunha, um pesquisador dedicado a detalhar a botânica da região da Caatinga. Novaes discorda, e aponta o nome que Cunha chega a citar, mas sem a devida justiça: o de Von Martius. Neste ponto, “a doutrina de *Os sertões*, portanto, é errônea”<sup>10</sup>.

Ao falar sobre o sertanejo, no entanto, reitera: “Onde estamos de pleno acordo, é no capítulo sobre as raças cruzadas do Brasil”. Segundo Novaes, Cunha acerta em cravar que “não há tipo antropológico brasileiro”, pois não poderia existir,

em quatro séculos de história, uma distinção de variedade bem caracterizada como resultante das três grandes subdivisões das raças humanas, que vieram mesclar-se em graduações tão várias, que a seleção não pode operar sobre o nosso imenso Brasil.

O Brasil seria como um espectro desfocado e difuso de cores, onde, ainda que haja predominância de uma ou outra raça em determinada região, era possível encontrar a vista os demais grupos. Especificamente, no sertão baiano,

O atraso da civilização deu-lhes um certo grau de uniformidade mais consentânea com os defeitos dessas raças quase bárbaras, em que o homem branco entra com poucas dezenas na porcentagem de sangue diluído sobre essas populações. A fatalidade da civilização, todavia, os arrastará

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Idem., p. 115.

<sup>10</sup> Idem., p. 117.



fatalmente a novos cruzamentos, pelas levas de brancos que irão em breve acordá-las para uma vida intelectual e industrial mais ativa. O futuro então nos dirá o que valem como núcleo de máxima resistência de nossa nacionalidade.<sup>11</sup>

Não descarta o peso da segregação social neste “atraso” do jagunço, distante, em todos os sentidos, do homem do litoral, como fez claro Euclides da Cunha em seu livro. O branco carregaria consigo um manifesto de civilização, intelectualidade, progresso e meio de acesso ao futuro.

Novaes finaliza sua crítica com um grande parêntese sobre o protagonista da obra, Antônio Conselheiro.

Em resumo: Tomai de Montanus suas visões apocalípticas, e ajuntai de Maomé o seu prestígio pessoal, menos o gênio político, e tendes o Bom Jesus Conselheiro.<sup>12</sup>

Assim, Conselheiro e seus jagunços seriam analogias pioradas aos exemplos de Montanus<sup>13</sup>, Maomé, os montanistas e muçulmanos: ingênuos, fanáticos, proféticos e incapazes de compreender a doutrina cristã.

Os comentários de José de Campos Novaes são atentos à forma e ao conteúdo da obra de Euclides da Cunha. Como faz notar, seu estilo agrada, mesmo que seja digno de diversas ressalvas. Em especial, no aspecto *científico*, em que a linguagem “popular” supera as demais características de uma escrita que deveria ser prática e esclarecedora. No fim, as descrições visuais de um exímio *observador* compensam os excessos e faltas de textos que poderiam ser apenas introduções para a narrativa épica e quase fantasiosa de um tipo como Conselheiro. Mais uma vez, a presença de Euclides garante a certificação de seu texto, agradando o exigente botânico com um livro marcado na *literatura moderna*.

### ***As Reminiscências de Dionísio Cerqueira***

Para abordarmos os dois exemplos restantes, precisamos conhecer outro personagem da Guerra do Paraguai: o general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Membro de uma família plenamente envolvida com a política militar do país, desde a Independência, com avô paterno veterano de batalhas, signatário do Conselho do Governo, de 1822, e primo (em terceiro grau) do poeta Castro Alves, Dionísio Cerqueira

---

<sup>11</sup> Idem., p. 118.

<sup>12</sup> Idem., p. 122.

<sup>13</sup> Como descrito em *Marco Aurélio*, por Ernest Renan, foi o líder de grupos cristãos que se estabeleceram em Roma e no norte da África entre 156-157.

se alistou como voluntário em 1865, quando tinha 17 anos, para seguir com as forças ao sul, durante a Guerra do Paraguai.

Participou de diversas batalhas, como a do *Chaco*, *Lomas Valentinas* e na *Jornada do Estabelecimento*. Condecorado de diversas maneiras, e elogiado por conde d'Eu, tornou-se presença constante em comissões de obras e atividades científicas na cidade do Rio de Janeiro, após se formar em Engenharia Militar, depois da guerra<sup>14</sup>. Ao contrário de Alfredo Taunay, Dionísio Cerqueira não foi à guerra como um soldado ilustrado, e apenas adquiriu formação quando veterano, assim, ao fim da vida, redigiu suas memórias de guerra, reunidas em *Reminiscências da Guerra do Paraguai (1865-1870)*.

Faleceu o general no dia 16 de fevereiro de 1910, em Paris. Seu nome já aparecia pelas colunas dos jornais da capital paulista nos meses e anos anteriores, especialmente pelo desempenho em seus trabalhos para o governo republicano. As missões e viagens diplomáticas eram noticiadas e acompanhadas de perto pelo jornal diário *Correio Paulistano*, “órgão do partido republicano”, como estampavam na primeira página, e anunciaram de prontidão, no dia seguinte<sup>15</sup>, o obituário simples, mas com honras, de Dionísio Cerqueira, na coluna *Exterior*. O falecimento do “ilustre militar”, no empreendimento do ofício, causou “profunda consternação” na redação do jornal, que tratou de noticiar também o envio, a chegada e o velório do corpo do general pelos dias e semanas seguintes.

Com sua morte e a publicação de suas *Reminiscências*, Dionísio Cerqueira passou a ser um nome recorrente em Palestras Militares<sup>16</sup>, divulgadas e comentadas em colunas do periódico paulista. Os relatos de guerra reunidos em seu livro de memórias serviam como inspiração e tema dos eventos, que buscavam lembrar, homenagear e aprender com as *Reminiscências*. Outro nome que se tornou corriqueiro nas palestras do início do século XX era o de Visconde de Taunay. Sua *Retirada da Laguna* era lembrada ao lado das memórias do general, e a aproximação entre os autores e obras foi cada vez mais evidenciada.

---

<sup>14</sup> NASCIMENTO, Jaime Oliveira do. CERQUEIRA, Dionísio. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fgv Editora. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CERQUEIRA,%20Dion%C3%ADsio.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

<sup>15</sup> **EXTERIOR**. O Correio Paulistano. São Paulo, 17 fev. 1910, p. 1.

<sup>16</sup> Eventos organizados por veteranos e militares ativos, geralmente localizadas em clubes (da Guarda Nacional, Exército, etc.). Tratavam de diversos assuntos dentro da órbita militar.

Em 15 de maio de 1910, poucos meses após a morte do general, o *Correio* publicou um texto com o título de *A Campanha do Paraguai: As reminiscências do general Dionysio Cerqueira*<sup>17</sup>. O breve artigo ocupou metade da primeira coluna da quarta página do abarrotado jornal, sem autoria ou assinatura. Inicia-se com uma citação de outro veículo, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, onde foi anunciada, “anteontem”, a publicação do livro de memórias de Dionísio Cerqueira. Segue pelo comentário sobre sua morte, “fulminante por mal inesperado” ocorrida após a contratação da publicação:

o filho zeloso do nome paterno, assaltado pela dor imensa e indizível, dali por diante, [...], dedicou todas as suas forças à realização do desejo paterno, e, em pouco mais de mês, arrancou do prelo, nitidamente impressas e requintadamente ilustradas com preciosas gravuras e fotografias de vários e heroicos personagens, as ‘Reminiscências da Campanha do Paraguai.

Exalta o trabalho familiar, que resultou em um extenso volume de mais de oitocentas páginas; e a dedicatória da obra, direcionada aos “bravos camaradas que caíram no campo da honra”. O livro, marcante em diversos aspectos, estaria *destinado* a se fixar em “nossa literatura”, mais especificamente, em nossa “*literatura militar*”, destacado por sua “linguagem boa e espontânea, sem artificios”, que evoca e traz à tona um “passado de glórias”. Fazendo mais do que apenas exaltar os conhecidos heróis de conhecidas batalhas da Guerra do Paraguai, o livro de Dionísio Cerqueira “não se limitou a glorificação dos heróis que a História recolheu”, “fez reviver heróis ignorados, os que morreram ao seu lado nas fileiras dizimadas pela metralhadora inimiga”. Essa perspectiva cativante, advinda de dentro do imaginário soldadesco, confere ao leitor um acesso mais profundo e humanizado para o evento, a oportunidade de sentir, “em cada página uma emoção mais intensa”, distante do formato dos cotidianos balanços e notícias oficiais, o que, na opinião do autor do artigo, posiciona o coronel e suas *Reminiscências* em um pódio honroso das narrativas de guerra.

Ainda que um proeminente exemplo, o *Reminiscências* do general não era um título solitário nessa literatura específica, o livro figuraria “sem desdouro, ao lado das melhores produções da nossa *literatura militar*, onde ‘Os sertões’, de Euclides da Cunha, e a ‘Retirada da Laguna’ do Visconde de Taunay, perdurarão como obras primas”. Assim, o autor não declarado assume Taunay e Cunha como referências de um subgênero da

---

<sup>17</sup> A CAMPANHA do Paraguai: As reminiscências do general Dionysio Cerqueira. As reminiscências do general Dionysio Cerqueira. *O Correio Paulistano*. São Paulo, p. 04. 15 mai. 1910.

literatura nacional, que aborda as guerras sob uma ótica intimista, de “linguagem boa e espontânea”.

No *Correio Paulistano*, este não foi o único texto a relacionar Visconde de Taunay e Dionísio Cerqueira em uma chamada *Literatura Militar*. Assim como o filho do coronel, o filho de Alfredo Taunay também foi zeloso com o nome paterno. Dez anos depois, na edição de 28 de outubro de 1918, Afonso Taunay assinou uma coluna denominada “Tradições Militares”<sup>18</sup> com um texto extenso para os parâmetros do jornal. O artigo toma grande parte da primeira página da edição e tem como tema a demanda de se dar a devida atenção para a “nossa, tão mal explorada ainda, história militar anedótica”.

Com a presença urgente da Primeira Guerra; que estampa, inclusive, em letras de fonte alta os dizeres “A Grande Guerra” no topo da página; Afonso Taunay exprime sua opinião sobre a necessidade de remendar, efetivamente, a história militar nacional, até então “lacunosa”. Teria de ser realizada através das memórias e das reminiscências, para remontar as guerras, mesmo aquelas ocorridas em “épocas recentíssimas”.

Em tom irônico, responde a “alguns” que diziam que tal “feição literária” não seria possível no Brasil, e expõe que, na verdade, falta apenas o trabalho de reunir e “coleccionar” essas fontes, que não são escassas. A história militar nacional estaria localizada na “tradição oral”, nas “anedotas espirituosas e brejeiras, salgadas e salgadíssimas, heroicas e arrebadoras” que “contam-se as centenas em nossas tradições militares”. Busca então, exemplos para ilustrar sua exposição, e os encontra em dois nomes: o do general Dionísio Cerqueira e o de seu pai, Alfredo d’Escragnolle Taunay.

Dentre a “*literatura militar*”, as *Reminiscências* de Dionísio Cerqueira se tratava de uma obra “recheada de excelentes documentos humanos, capazes de orientar o observador acerca da mentalidade das nossas forças na campanha do Paraguai”, contendo “páginas de tão amena quanto empolgante leitura”. Sobre seu pai, aproveita a oportunidade de relacioná-lo diretamente a Dionísio Cerqueira, tecendo elogios a seus textos, publicados ou não. Lamenta que o sigilo de suas *Memórias* ainda impeça o acesso a tão valiosas fontes: “cuidadosamente procurou meu pai anotar a parte anedótica relativa aos grandes acontecimentos que de perto acompanhou”. Seus escritos, em especial

---

<sup>18</sup> TAUNAY, Afonso de Escragnolle. Tradições Militares. *O Correio Paulistano*. São Paulo, p. 01. 28 out. 1918.

aqueles realizados após os acontecimentos de *A Retirada da Laguna*<sup>19</sup>, de retorno à capital ou durante a Campanha da Cordilheira, expressam “o ensejo de conhecer [...] muitos dos nossos paladinos”.

Em contato com [...] categorias de homens tão diversos, [...] [Alfredo] recolheu enorme seara de observações e anedotas e, com certeza, os que lerem as suas ‘Memórias’, hão de assistir a ressurreição do espírito que animava o soldado brasileiro no Paraguai, através de um sem número de episódios interessantes, dizendo respeito não só aos mais altos titulares da hierarquia militar, como aos mais simples subordinados dos primeiros postos.<sup>20</sup>

Com o paralelo entre os autores, Afonso sugere algumas marcas características dessa *Literatura Militar*: uma escrita anedótica, repleta de contos interessantes que “poderíamos saber dos velhos e heroicos soldados brasileiros”; o acompanhamento “de perto” dos acontecimentos, a autoridade de um autor que viveu os conflitos narrados; uma narrativa que oriente o leitor acerca da mentalidade dos soldados, que seja, assim, detalhista em relação ao cotidiano das tropas nacionais; ainda, é elogiável o “visceral recato de linguagem”<sup>21</sup>, não escrito em uma linguagem “soldadesca”, algo presente nas *Reminiscências* de Cerqueira e nas *Memórias* do pai. Para o historiador Afonso<sup>22</sup> havia na escrita de Alfredo, de fato, todos os critérios necessários para que fosse possível posicionar o pai em um degrau de honra na literatura nacional, ao lado de um grande herói de guerra como Dionísio Cerqueira, em uma categoria literária específica: épica ou anedótica, cuidadosa e intimista.

### **A recepção dos correspondentes no IHGB**

Euclides da Cunha foi recebido na sede do IHGB na 10ª sessão ordinária em 20 de novembro de 1903, um ano após a publicação de *Os sertões*. Na ocasião, Olegário Herculano de Aquino e Castro presidiu a sessão, que foi devidamente reproduzida nas

<sup>19</sup> A este confere-lhe uma “feição épica”, episódico, mas ainda indispensável.

<sup>20</sup> A CAMPANHA do Paraguai..., op. cit.

<sup>21</sup> Em outro momento e em outro conflito, Teresa Malatian identifica elementos parecidos nos diários de guerra de Oliveira Lima, escritos sob uma ótica mais distante que os exemplos abordados aqui. Durante a Primeira Guerra Mundial, o diplomata e historiador redigiu um diário específico sobre os acontecimentos de guerra na Europa e suas repercussões no Brasil, onde se encontrava exilado, após acusação de germanofilia enquanto vivia em Londres. Nestes diários, Malatian encontra uma linguagem mais trabalhada, dedicada, contida e detalhada, bem diferente dos demais diários que compõem sua obra autobiográfica, estes geralmente confusos e de difícil entendimento. MALATIAN, Teresa. “Não me atemorizou a pecha de germanófilo”: a grande guerra nos diários de Oliveira Lima (1917-1918). *Dimensões*: Revista de História da UFES, Vitória, v. 31, n. 1, p. 137-158, jan. 2013.

<sup>22</sup> Afonso Taunay era em 1918 sócio do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), desde 1911, e havia sido contratado em 1917 no ano anterior, pelo governo do Estado de São Paulo, como Diretor do Museu Paulista para transformá-lo em um museu história adequado às comemorações do Centenário da Independência. Cf. ANHEZINI, 2011.

Atas do Instituto, no tomo LXVI da *Revista do IHGB*, publicada em 1905. O presidente Aquino e Castro anuncia Cunha entre os “cultores de nossa história” em pesos iguais de animação e lamento, pois Euclides chega ao Instituto para “revigorar as forças” após falecimento de um antigo membro Luiz de França Almeida e Sá<sup>23</sup>.

*Os sertões* é então celebrado como a principal justificativa para a recepção de Euclides na instituição, mas outros elogios acompanham sua posse:

O trabalho histórico que há pouco foi publicado e que serviu de título de habilitação à vossa entrada no Instituto da prova cabal de vossa literária e amor ao estudo, assegurando-nos o valioso concurso de uma inteligência esclarecida e de vontade bem disposta para os árduos serviços que nos são confiados.<sup>24</sup>

Aqui, reiteram-se as necessárias virtudes: amor ao estudo, inteligência esclarecida e disposição para realizar os árduos serviços. Ao final da sessão, o conselheiro Manoel Francisco Correa acrescenta sobre a obra “que deu ingresso ao Sr. Dr. Euclides da Cunha neste Instituto”: “um documento incontestável de uma grande mentalidade de uma alma nobre”<sup>25</sup>. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Euclides da Cunha foi recebido pelo presidente da instituição como autor produtor de um *trabalho histórico*, caracterizado e exaltado como tal, *incontestável* prova de mérito ao ocupar a função de sócio.

Em resposta, o discurso de Euclides da Cunha é demorado e elogioso:

Atendendo ao vosso chamado, venho ocupar o lugar que me designastes e agradecer-vos, assegurando-vos ao mesmo tempo a ufania que me causa esta investidura, embora ela envolva grandes responsabilidades e me obrigue, de ora avante, a acomodar uma visão restrita e frágil as mais dilatadas perspectivas do nosso tirocínio histórico.<sup>26</sup>

Novamente, vemos as exigências da função demarcadas, ao lado da ufania, o orgulho patriota de servir mesmo que limitadamente à história. Euclides se anuncia “na qualidade de Brasileiro” (com “B” maiúsculo, como consta na ata), qualidade “única e irreduzível [...], que no momento atual, para ter algum valor, deve ser isolada”, “rompendo as malhas de um ingênuo fetichismo político”<sup>27</sup>. Com a declaração, Euclides nos dá um exemplo de sua *reviravolta*, se colocando em primeiro lugar como um brasileiro, e não

---

<sup>23</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e; CUNHA, Euclides da; CORREIA, Manuel Francisco. Actas das sessões de 1903: Posse de Euclides da Cunha. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, T. 66, pt. 2, p. 289-293. 1905, p. 289,

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 289.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 290.

como aquele republicano que verificamos nos dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*. Um posicionamento relevante dado a uma instituição que em 1906, dezessete anos após o 15 de novembro, ainda incluía elogios e declaração de saudades a Pedro II e Isabel nas primeiras páginas de sua revista.

Este Brasileiro, continua Cunha em seu discurso, originou-se, a partir da Independência, de uma “aclimação histórica”, e foi abruptamente inserido na modernidade:

nascendo em condições especialíssimas, quando surgia a Renascença – deparou, na própria marcha crescentemente acelerada do progresso geral, sérios estorvos, impossibilitando-lhe uma situação de parada indispensável ao perfeito caldeamento de suas raças constituintes – e chegou ainda incharacterístico a fase integradora do Império, que foi o órgão preeminente da sua unidade nacional.<sup>28</sup>

O país, então, ainda que inserido na lógica do progresso geral, se encontrava descompassado da modernidade, em uma evolução freada por

condições físicas desfavoráveis do território amplíssimo e quase impenetrável [...] e perturbações de ordem moral, em grande parte oriundos da nossa circunstância de termos sido obrigados a efetuar, simultaneamente, a nossa formação étnica e nossa política.<sup>29</sup>

Realizados os comentários sobre a política nacional, seu discurso rumo a tecer elogios ao Instituto e a seu “belíssimo programa”, que guarda a “amplitude de quatro séculos” entre suas paredes, onde se pode andar “sobre um trecho de terra misteriosa e sagrada do passado”<sup>30</sup>. O Instituto seria, segundo Euclides, um espaço neutro, privilegiado, “sem o emperramento de irritantes atritos, sem o dispersivo das paixões”, um “admirável exílio, um degredo que lhes permite ligar a vida objetiva transitória a grande vida imortal da Pátria”, onde os “quatrocentos anos de nossa vida”, em uma unidade nacional, é capaz de demonstrar a “diretriz do nosso futuro, garantida por seu determinismo inflexível” e pela “influência acumulada das gerações que passaram”<sup>31</sup>, um lugar onde experiência e expectativa são tangíveis.

Em resposta, o conselheiro Correa deposita em Euclides grandes expectativas ao anunciar aos presentes a “ádua, mas gloriosa tarefa”<sup>32</sup> de escrever a história do Duque de Caxias, “valoroso soldado brasileiro que guiou sempre com triunfos os nossos

---

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 291.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 292.

<sup>32</sup> Ibidem.

exércitos”. Ao fim da cerimônia, o recém membro é saudado com confiança, “destinado a ser um dos mais robustos esteios desta casa, que antes de tudo reclama dos seus obreiros o zelo, o estudo e a probidade científica, condições essenciais do verdadeiro brilho”<sup>33</sup>. Com a prematura morte de Euclides em 1909, o estudo prometido não foi realizado, tendo publicado na revista do Instituto apenas *Rio abandonado (o Purús)*, em 1907, resultado de sua viagem à floresta amazônica.

A entrada de Taunay no Instituto ocorreu em condições distintas. Como apontamos anteriormente, ele foi por duas vezes convocado a atuar na Guerra do Paraguai. Entre uma e outra, tornou-se sócio do IHGB, anunciado entre os “sócios admitidos ao grêmio do instituto no ano de 1869”<sup>34</sup>, sob o título de 1º Tenente, junto a outros quatro sócios correspondentes e dois sócios honorários. Ao contrário de Euclides da Cunha, Taunay não foi recepcionado pessoalmente, com uma entrada mais modesta, sem discursos. Seu primeiro texto publicado na revista, a partir de sua aprovação como membro, foi *Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte - Memória descritiva*, que compõe um excerto de *Cenas de Viagem*, livro publicado posteriormente, e narra a marcha de retorno dos campos de batalha abordados em *A Retirada da Laguna* até o Rio de Janeiro, com foco na passagem pelos sertões centrais do Brasil.

O texto em questão foi analisado pela comissão de trabalhos geográficos, composta por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, Perdigão Malheiro, Saldanha da Gama e Giacomo Raja Gabaglia, e que responde ao relatório do primeiro secretário Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, publicado um ano antes, no tomo XXXI da revista. Os pareceres da comissão e o relatório do secretário muito tem a acrescentar sobre os critérios de admissão do IHGB em uma situação específica, onde também era do interesse do instituto abordar os acontecimentos da guerra. Lembramos que já existia uma relação entre Alfredo Taunay e o primeiro secretário do Instituto, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Como vimos no segundo capítulo, Taunay dedica seu primeiro texto publicado na revista do IHGB com palavras de gratidão ao secretário Pinheiro, seu professor em seus anos de Colégio Pedro II, visando deixar claro para ele e para leitores que o texto apresentado não corresponderia às expectativas literárias. Segundo Taunay, apenas decidiu pela publicação pelo incentivo e confiança na avaliação de Pinheiro:

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>34</sup> **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 32, pt. 2, p. 299-301. 1869, p. 367.



se não fosse essa certeza colhida desde os bancos do colégio, quando eu vos ouvia como mestre, até a ocasião em que, por proposta vossa, penetrei no ilustre grêmio do Instituto Histórico, viria esse trabalho a lume sem patrono, correndo os riscos de sua ousadia.<sup>35</sup>

Em seu relatório, o secretário Pinheiro realiza um diagnóstico sobre a modernidade, e como o Instituto e seus membros estão nela inseridos. Diz o secretário: “a vida nos corre mais ligeira do que aos nossos maiores; vivemos mais em menos tempo”. E prossegue, pontuando que a humanidade transpôs as barreiras que a prendiam, “atrelando a seu carro o cavalo dinâmico e fazendo da eletricidade postilhão, riscou dos dicionários a palavra impossível”. O tempo está acelerado, as tecnologias estão avançando, a celebração dos trinta anos de Instituto, “na vida dos povos modernos, corresponde a três séculos dos antigos”.<sup>36</sup>

Neste cenário preocupante e caótico, poderiam os membros do Instituto se dedicar ao “culto do passado”<sup>37</sup> com exclusividade, “no empenho de coligir quantos documentos possam ilustrar nossa história, ou fazer-nos melhor conhecido o país que habitamos”<sup>38</sup>, demarcando uma prática comum incentivada pelo IHGB, de reunir o máximo de documentos considerados históricos. Ali, graças a proteção de Pedro II, não se “alimentavam cronistas que mentiam à história”<sup>39</sup>.

Por fim, chegamos as obras recebidas pela biblioteca do Instituto naquele ano, dentre as quais constava uma edição de *A Retirada da Laguna*, onde, segundo seu comentário, temos mais um exemplo de aproximação entre Taunay e Xenofonte:

escrita em francês, para ser lida por brasileiros e portugueses, na epigramática frase de Silvestre Pinheiro, *La Retraite de Laguna* é uma brilhante página da nossa história contemporânea. Seu autor, o Sr. 1º tenente Alfredo de Escagnolle Taunay, um dos mais esperançosos oficiais do nosso heroico exército, descreve o que viu, o que praticou, a guisa de Xenofonte, com singular modéstia e invejável candura. Dando-lhe conveniente destino, aguarda o Instituto a continuação de tão interessante trabalho.<sup>40</sup>

Taunay, antes de qualquer outro título militar, tem as habilidades necessárias para descrever sua *autópsia*, dando a ver sua retirada aos leitores também do Instituto. O secretário finaliza seu relatório retomando seu diagnóstico inicial, lembrando “a via do

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>36</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do 1º secretário Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 31, pt. 2, p. 405-420. 1869, p. 405.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 408.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 407.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 419.

progresso, em cuja meta ostenta-se majestoso o templo da glória, e em cujo frontal ler-se-há burilado o nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”<sup>41</sup>.

Depois deste primeiro contato com o Instituto, Taunay teve sua admissão anunciada no ano seguinte, por pareceres breves, mas tão esperançosos quanto o do secretário. O primeiro parecer apresenta um breve panorama sobre o sócio recém-chegado, destacando o peso nobre de sua família com o nome dos pais, Felix Emile Taunay e D. Gabriella d’Escragnolle Taunay. Sua formação é citada com a passagem pelo colégio Pedro II, bacharelado em matemáticas e engenharia geográfica, e claro, 1º tenente do 1º batalhão de artilharia. Tanto *A Retirada da Laguna* quanto *Cenas de viagem* são lembrados como “trabalhos que abonam as habilitações do seu distinto e prestimoso autor”<sup>42</sup>. O segundo parecer, por sua vez, faz uma breve descrição das viagens ao Mato Grosso narradas por Taunay, o que “revela o espírito inteligente e trabalhador do seu autor”<sup>43</sup>. A conclusão, após os elogios às práticas de Taunay, em especial sobre o trato da botânica e da história da força expedicionária, é de que o “Sr. Taunay adquiriu, com esta publicação, o direito de ser membro do Instituto”<sup>44</sup>.

Taunay se consolidou na memória dos membros do Instituto como um sócio de renome, produtivo e dedicado até o momento de sua renúncia e afastamento, após a Proclamação da República. Ainda assim, seu nome ecoou nos salões pelas décadas seguintes, reverberando especialmente nos pareceres e discurso ocupados da recepção de seu filho, Afonso Taunay, em 1912. Alfredo é citado como uma “brilhante figura”, exemplar para a trajetória do sucessor, que honraria o renome e participação do Visconde na instituição. Dessa maneira, com a chegada de Afonso, Alfredo foi reintegrado postumamente aos quadros do Instituto Histórico, em cerimônia honrosa em que trechos então inéditos das *Memórias* do Visconde foram lidos pelo filho aos membros presentes<sup>45</sup>.

Ainda que de modos diferentes, a incorporação de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos dão mostras dos critérios considerados para a admissão de membros naquele momento. Com o suporte de estudos

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 420.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 300.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 301.

<sup>45</sup> ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 104, 107.

sobre a história da historiografia do século XIX e início do XX, é possível tatear noções mais claras das práticas requisitadas ao historiador.

Em análise ao *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, escrito por Capistrano de Abreu, Mateus Henrique Pereira e Pedro Afonso dos Santos<sup>46</sup> abordam essa “época conturbada” da historiografia brasileira, caracterizada em uma coexistência entre historiadores “eruditos”, como Francisco Adolfo de Varnhagen, e autores em “nível moderno”, como Capistrano de Abreu. Varnhagen já não era apenas um reunidor e divulgador de documentos históricos<sup>47</sup>, mas se empenhava em acrescentar crítica pertinente para instrumentalizar tais documentos em suas pesquisas. Não foi um historiador que permaneceu “na superfície dos eventos” dos grandes personagens, mas precursor dessa historiografia desenvolvida por Capistrano, que se voltava aos estudos dos territórios e suas populações<sup>48</sup>. Ainda assim, Capistrano de Abreu elencou deficiências nas práticas de Varnhagen, faltava-lhe as “dimensões do olhar sociológico”, a compreensão e o diálogo com a sociologia contemporânea, que proporcionaria uma teoria capaz de identificar a racionalidade dos três séculos de história nacional e entender de que maneira esse processo atinge o presente, traços pertinentes a uma experiência moderna do tempo e ao conceito moderno de história<sup>49</sup>

Para Capistrano, era preciso escrever a história do Brasil “digna do século de Comte e Herbert Spencer” a fim de arrancar “das entranhas do passado o segredo angustioso do presente”, e libertar-nos do “empirismo crasso em que tripudiamos”. Não mais se extraem do passado lições para o presente, mas sim seu “segredo angustioso”. Para Capistrano, seria necessária, assim, uma teoria para interpretar o passado em sua singularidade, manifestada por meio dos fatos, ou, talvez, revelara sua “evolução” orgânica e necessária.<sup>50</sup>

Segundo Capistrano, Varnhagen se atentaria mais com a aplicação de seus estudos a serviço da nação do que com o próprio “cultivo da ciência”, realizado pelo estudo e aplicação de métodos, experiências e teorias. Lembramos novamente o artigo de Rodrigo Turin<sup>51</sup>, no qual a instrumentalidade da *história a serviço* é identificada como um dentre três aspectos<sup>52</sup> que preenchem a ética basilar do historiador oitocentista para nomes como

<sup>46</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e o pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do IEB**: Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 27-78, set. 2010.

<sup>47</sup> Capistrano ressalta, no entanto, que sua profunda busca, levantamento e correção de documentos, foi indispensável para o estudo da história do Brasil. ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 79.

<sup>48</sup> *Ibidem.*, p. 37.

<sup>49</sup> *Ibidem.*, p. 38.

<sup>50</sup> *Ibidem.*, p. 40.

<sup>51</sup> TURIN, 2009, op. cit.

<sup>52</sup> Sendo, os outros dois, a “dificuldade” e a “sinceridade”.

Varnhagen e Von Martius. Para Capistrano, apenas o registro direto dos acontecimentos não teria mais utilidade, a historiografia sobre o Brasil deveria ser escrita sob um sentido, ou melhor dizendo, um roteiro, definido por uma periodização do passado nacional desde 1500, ordenada pela ocupação, expansão e exploração do território, do litoral ao interior<sup>53</sup>. Este trabalho não foi realizado por Varnhagen.

Em *Ser Historiador no século XIX: O caso Varnhagen*, Temístocles Cezar reitera a falta de preocupação de Varnhagen com discussões teóricas, “como para a maior parte dos historiadores, em todos os tempos, a reflexão de Varnhagen sobre seu ofício aparecia dissimulada, em comentários breves, em explicações ocasionais, em réplicas, etc.”<sup>54</sup>. Ainda assim, suas posições sobre a ficcionalidade na escrita da história são notáveis. Para ele, *praticante silencioso*<sup>55</sup> da *autópsia*, o historiador deveria “se prender ao observado”, através de uma literatura documental, verídica e factual, e tentar ao máximo camuflar seu estilo até que este não seja identificável<sup>56</sup>; assim seria possível desenvolver uma historiografia padronizada, realmente “a serviço da pátria”<sup>57</sup>.

Varnhagen escrevia a fim de ter uma identidade: ser *brasileiro*. Não um brasileiro qualquer, mas um dos grandes. Aliás, ele nunca escondeu, da mesma maneira que os metódicos da escola de Gabriel Monod, que escrevia de um “ponto de vista”, no caso “brasileiro”. [...] Varnhagen foi, simultaneamente, um consciente inquisidor e defensor do veto ao ficcional e um inconsciente ou passional historiador que se deixou levar, muitas vezes, pelos (des)caminhos da das artes da ilusão.<sup>58</sup>

Mais tarde, essa concepção de história e periodização do passado nacional elaborada por Capistrano de Abreu seria diretamente orientadora para a produção e trajetória de Afonso Taunay<sup>59</sup>, resultando na publicação dos onze volumes da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que reuniu documentos sobre o período de 1614 a 1750, correspondente ao período da povoação do interior a partir do litoral, como proposto por

<sup>53</sup> Estas considerações se encontram em outro texto de Capistrano sobre Varnhagen: ABREU, Capistrano de. *Sobre o Visconde de Porto Seguro. Ensaios e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. Cf. ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 233-246.; e OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

<sup>54</sup> CEZAR, 2018, op. cit., p. 104.

<sup>55</sup> *Ibidem.*, p. 41 e 43

<sup>56</sup> “Ter estilo é bom, é conveniente, é elegante, entretanto, para o historiador, é um luxo de príncipe”. *Ibidem.*, p. 112.

<sup>57</sup> *Ibidem.*, p. 107.

<sup>58</sup> *Ibidem.*, p. 211.

<sup>59</sup> Ver o primeiro capítulo de ANHEZINI, 2011, op. cit., em especial, a partir da p. 77, “O orientador da história da ‘conquista do Brasil pelos brasileiros’”.

Capistrano<sup>60</sup>. Como vimos no capítulo anterior, a *autópsia* de Alfredo Taunay foi uma prática elogiada por Capistrano de Abreu, afirmando, em carta a Afonso que o pai seria reconhecido como primeiro “dentre nós que descreveu os sertões de experiência e autópsia”<sup>61</sup>. Para se tornar um historiador digno da memória do pai, Afonso recebe de seu orientador, Capistrano, a recomendação de reconhecer e exaltar as práticas executadas pelo Visconde durante as expedições aos sertões brasileiros, como um exemplo positivo de procedimento a ser replicado não apenas por Afonso Taunay, mas pela historiografia moderna.

Somando a valiosas relações particulares das quais compartilhavam, o livro *A Retira da Laguna, Os sertões*, suas recepções e suas ótimas críticas se tornam provas das virtudes de seus autores, que buscando responder às expectativas professadas pela imprensa e pelo governo, conquistaram também a atenção e o reconhecimento do Instituto. Novamente, tais práticas expostas em suas narrativas de guerra convergem em um modo específico de se produzir história, aceito, validado e tido como exemplo em lugares como o IHGB, onde referências clássicas convivem e são desenvolvidas lado a lado a uma operação historiográfica identificada como moderna, científica e consonante com as teorias sociológicas contemporâneas, mas que ainda assim poderia oferecer ao governo<sup>62</sup>, aos historiadores e ao reconhecimento do público geral um ponto de vista singular sobre as guerras do Paraguai e Canudos, cujas implicações foram de enorme importância para a manutenção e consolidação de dois diferentes regimes de governo.

### **A recepção dos correspondentes na ABL**

A Academia Brasileira de Letras materializou a reunião de algumas redes de sociabilidade que circulavam por espaços como livrarias, cafés, clubes e salões, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Inaugurada em 1897, a ABL se torna centro de uma literatura formal, canonizada e, portanto, nacional<sup>63</sup>. Mas os planos de fundação da instituição

---

<sup>60</sup> Neste estudo, Karina Anhezini soma o diálogo entre os dois textos de Capistrano de Abreu sobre Varnhagen às proposições realizadas por Afonso Taunay ante ao curso de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, remontando as respostas de Afonso para as orientações de Capistrano, fundamentais em suas produções e definições de como escrever a história do Brasil. Cf. ANHEZINI, 2015, op. cit.

<sup>61</sup> Apud ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 108.

<sup>62</sup> Através dos diários e relatórios de guerra.

<sup>63</sup> BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Academia Brasileira de Letras: círculos literários e formas de acesso (1898-1920). In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos (org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Leopoldo: Edufma, 2020. p. 213-243.

remontam a décadas anteriores, exemplo de um movimento *academicista* ainda mais antigo:

Assim, se do ponto de vista estritamente institucional a Academia Brasileira de Letras apresenta pontos em comum com as academias do século XVIII, do ponto de vista histórico ela se inscreve no panorama da criação das grandes academias e institutos criados no Brasil a partir do século XIX, com o propósito declarado – mas nem sempre realizado de fato – de dar ao Brasil um sentido fundador, seja no campo das artes plásticas [...], seja no campo histórico e político – com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 –, seja finalmente no âmbito da expressão literária – com a criação da própria Academia Brasileira de Letras.<sup>64</sup>

A consolidação da ABL reuniu, entre seus membros fundadores, não somente homens ligados à “oficialidade literária”, mas também à sociedade burguesa do fim do século XIX. Ser eleito entre os membros da prestigiada associação poderia alavancar carreiras, mas não garantiu, necessariamente nesse caso, o reconhecimento e prestígio literário. Alfredo d’Escragolle Taunay compôs esta primeira turma, primeiro ocupante da cadeira de número treze, cujo patrono é o poeta Francisco Otaviano (1825 – 1889). Assim como grande parte dos demais membros, Taunay mantinha relações estreitas com o círculo letrado carioca, mesmo que não fosse próximo do governo republicano, inclusive, ficou registrado nos anais da Academia pelo título de “Visconde”. Atualmente, em seu “Perfil do acadêmico”, no site da ABL<sup>65</sup>, Taunay recebe uma breve apresentação, onde é caracterizado como “engenheiro militar, professor, político, historiador, romancista, teatrólogo, biógrafo, etnólogo e memorialista”. Já na página “Biografia”<sup>66</sup>, o número de caracteres aumenta, em evidência ao seu envolvimento com campanhas pró-abolicionistas enquanto deputado, a honradez de seu título, seu patriotismo e “talento no terreno literário”. A Proclamação da República teria então “lhe cortado a carreira”, mas ainda é lembrado como “infatigável trabalhador”, “apaixonado pelas letras” e “estudioso da vida”. Sobre sua obra, a página demarca a abrangência temática, Taunay se aventurou em romances, narrativas de guerra e viagem, descrições, recordações, depoimentos, artigos de crítica e escritos políticos, sendo a Guerra do Paraguai sua grande fonte de

<sup>64</sup> SILVA, Maurício. A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX. **O Eixo e A Roda**: Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 69-84, jan. 2007, p. 70.

<sup>65</sup> <https://www.academia.org.br/academicos/visconde-de-taunay/>. Acesso em: 20/12/2022.

<sup>66</sup> <https://www.academia.org.br/academicos/visconde-de-taunay/biografia/>. Acesso em: 20/12/2022.

inspiração e matéria prima. Por fim, a sessão “Textos escolhidos”<sup>67</sup> seleciona trechos de *A Retirada da Laguna, Inocência e O Encilhamento*.

Na notícia de fundação da Academia, publicada pela *Gazeta de Notícias* no dia 10 de Novembro de 1896<sup>68</sup>, Taunay é citado entre os “ilustres literatos” apegados à memória do império, ao lado de Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Afonso Celso, Constâncio Alves, “e tantos outros”. Estes homens “não aceitariam de certo uma nomeação oficial”, advinda de um governo republicano, mas “não têm motivo para recusar a eleição feita por seus colegas de arte”; interessante notar que, dessa vez, Alfredo Taunay é referido apenas como “Taunay”, e não como “Visconde”, deixando de lado seu título imperial. Assim, buscou-se fixar de maneira clara, desde a fundação da academia, que a pretensão era construir uma ABL “sem distinção de credo político”, que mobilizasse nomes relevantes para a literatura nacional, ainda que solicitasse financiamento de manutenção ao congresso republicano<sup>69</sup>. Os nomes citados, conhecidos e saudosos monarquistas, entre eles a figura de um combatente a serviço de Pedro II como Taunay, serviriam como garantia da liberdade política que se pretendia com a instituição.

De fato, Taunay aceitou a eleição, e compôs a academia entre os membros fundadores. Sete anos depois, o crítico republicano Euclides da Cunha se tornaria o segundo acadêmico a se sentar na cadeira de número sete, que tem Valentim Magalhães (1859 – 1903) como fundador e Castro Alves como patrono. A eleição de Cunha ocorreu em 21 de setembro de 1903, meses após a publicação de *Os sertões*, o que exemplifica a rápida ascensão do autor e o impacto gerado pelas críticas recebidas. Sua página no site da instituição abriga uma extensa biografia e três *textos escolhidos*<sup>70</sup>, sendo dois deles de *Os sertões* e um de *À margem da história*; ainda, os discursos de posse e de recepção.

Como se tornou tradição na ABL no decorrer das décadas, Euclides da Cunha encaminhou sua candidatura ao então presidente da instituição, Machado de Assis, após a morte de Valentim Magalhães. Sua campanha foi intensa e dedicada, realizada através

---

<sup>67</sup> <https://www.academia.org.br/academicos/visconde-de-taunay/textos-escolhidos/>. Acesso em: 20/12/2022.

<sup>68</sup> ACADEMIA DE LETRAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 nov. 1896.

<sup>69</sup> Respondendo a possíveis críticos, o artigo afirma que “não faltará quem veja incompatibilidade entre este modernismo e o regime democrático; mas é uma verdadeira puerilidade pretender dilatar a esfera da igualdade republicana até os domínios da arte, onde há forçosamente as hierarquias estabelecidas pelo talento e pelo trabalho”. Ibidem.

<sup>70</sup> <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/>; Acesso em: 01/02/2022.

de longas cartas enviadas aos demais acadêmicos<sup>71</sup>; sua recepção, no entanto, só veio a ocorrer três anos após a eleição, em 18 de dezembro de 1906, realizada por Sílvio Romero (1851 – 1914).

Em seu discurso de posse, Euclides da Cunha abre com anedotas a respeito de sua viagem ao norte, pelo Pará e floresta amazônica, onde descreve tudo que viu pela primeira vez, deslumbrado pelas águas do Amazonas. O autor lamenta, pois não poderia ele fazer justiça poética à beleza que encontrou, sendo um escritor dos “dizeres técnicos”, “não tinha metro, nem rimas” de um poeta para dar o brilho merecido ao cenário, poderia apenas, escrever a *verdade* e mostrar as aparências<sup>72</sup>. Expõe a preocupação de forma análoga a sua modéstia, alegando constrangimento em ocupar a cadeira da Academia, “não sendo esta investidura uma consagração, mas um tácito compromisso de alhear-me por outros trabalhos”, promete.

O caso que vos citei é expressivo. Delata que me desviei sobremodo dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar a priori, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo. Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; e como é nesta ordem de fenômenos que se aferem, mais de pronto, as transformações contínuas da nossa inteligência, vai-se tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das cousas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas.<sup>73</sup>

Com o discurso, Euclides se distancia da *literatura imaginosa*. Mais uma vez, se posiciona como um autor que consegue relatar apenas o que vê e o que *contempla*, sua *autópsia* busca a sinceridade no relato. Ao refletir sobre os “embaraços” que sente ao ocupar a cadeira de Castro Alves, o acadêmico discorre diretamente sobre as fronteiras do “racionalismo” e do “misticismo”, segundo ele, um limite difícil de ser identificado, em constante desequilíbrio entre “nós” e eles, onde “nós” se refere a gama de escritores em que ele se posiciona, e “eles”, a figura do poeta, “o sonhador em geral, quem que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo”.

<sup>71</sup> A reunião desta correspondência foi realizada em GALOTTI, Oswaldo; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997. 468 p.

<sup>72</sup> CUNHA, Euclides da. **Discurso de Posse**. 1906. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-posse>. Acesso em: 01 fev. 2022.

<sup>73</sup> *Ibidem*.



Sobre a história, ou a falta dela, Euclides da Cunha comenta que “não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade”, e, portanto, “não temos ainda uma história”. Continua, em esclarecimento,

a nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos. Está como a da França antes de Thierry. Não lhe escasseiam fatos, episódios empolgantes e alguns atores esculturais e embalem o nosso orgulho.<sup>74</sup>

Com a fala, podemos concluir que para Euclides a história seria então uma ciência que contemple os aspectos de nossa nacionalidade, aspectos *suggestivos* advindos das *relações e costumes*, mas localizados nos *acontecimentos*. Anos depois, como vimos anteriormente, Afonso Taunay, concordaria com Euclides: não faltam fatos, episódios e anedotas para costurar uma história nacional. Como paralelo, Cunha evoca o nome de Augustin Thierry (1795 – 1856), historiador francês, localizando a situação brasileira em um estágio anterior. Mas qual seriam as características desse estágio? De acordo com outra grande referência de Euclides da Cunha, Ernest Renan (1823 – 1892), Thierry teria sido um historiador exemplar e importante para a historiografia francesa, protagonista de um momento de renovação nos modos de relação dos historiadores e suas fontes. Contemplado com a capacidade de “mostrar imagens e personagens com expressão, relevo e vida” para além da simples reprodução de documentos, Thierry foi um historiador que sabia “descobrir nas ‘letras mortas’” destes documentos “tudo sobre as relações sociais de outras épocas” e “dar-lhes novos valores e usos para a escrita da história”<sup>75</sup>. Com a menção, Euclides da Cunha chama atenção à possibilidade de se explorar os inúmeros “episódios empolgantes” à maneira poética<sup>76</sup> de Thierry, Castro Alves e Domingos Sarmiento e Alexandre Herculano, nomes que souberam abreviar “a distância do passado”<sup>77</sup>, e não mais de uma maneira compiladora, “sem imaginação” e

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> RUDI, Thiago Augusto Modesto. **De l’histoire de l’histoire**: o passado dos estudos históricos na França (1933-1810). Mariana: Editora da SBTHH, 2021, p. 177

<sup>76</sup> “O debate remonta à *Poética* de Aristóteles, quando o estagirita definiu a superioridade da poesia trágica (que diz respeito ao geral) em relação à narrativa histórica (limitada ao particular), marcando assim ‘um corte importante: uma espécie de aquisição para sempre – ou um fardo que a historiografia não cessará de sopesar ou se esforçará em depor’. De Chladenius e Lessing, no século XVIII, a Ranke, passando pela conferência de Humboldt sobre a tarefa do historiador, em 1821, por Walter Scott na Inglaterra, por René Chateaubriand, Augustin Thierry e Prosper Barante, na França, no século XIX, ao ‘eclipse da narrativa’ e ao retorno do que nunca deixou de ser narrativo no século XX, a relação entre o historiador e o poeta não parece ter afastado nem contido este fardo ou, nas palavras de Koselleck, ele continua a interpelar os historiadores, pelo menos aqueles preocupados com a teoria da história”. CEZAR, 2018, op. cit., p. 102.

<sup>77</sup> CUNHA, 1906, op. cit.

“reprodutora de documentos”<sup>78</sup>. Cunha estaria então em sintonia com as definições essenciais de Capistrano de Abreu, que demonstramos anteriormente, a história escrita à maneira de Thierry iria além do simples registro, pois era realizada sob um sentido, uma organização, que se soma a presença de um estilo, marcado pela presença da “imaginação”.

Após as palavras sobre Castro Alves, Euclides da Cunha segue seu discurso rumo ao próximo nome relacionado a sétima cadeira que acabara de ocupar: Valentim Magalhães, exaltando comentários sobre a vida, obra, importância e relações políticas de um homem que, segundo Cunha, morreu cedo e sem o devido reconhecimento, localizando-o em um atravessamento de acontecimentos nacionais como a Proclamação da República, “feita em uma madrugada”<sup>79</sup>. Finaliza, ainda sobre Valentim, com um ensinamento:

Ele entregou-se de corpo e alma ao turbilhão sonoro e fulgurante da existência. Foi seu grande defeito, dizem. Mas este defeito – o seu maior defeito – é a mais bela imperfeição da nossa vida: o defeito de viver demais.<sup>80</sup>

Seu predecessor, Valentim Magalhães, morreu aos quarenta e quatro anos, Euclides da Cunha, aos quarenta e três.

Para o discurso de recepção, ficou responsável Sílvio Romero, ocupante fundador da cadeira de número dezessete<sup>81</sup>. É possível dividir o discurso redigido em três partes, sendo a primeira uma resposta para a modéstia do acadêmico recepcionado; a segunda, um elogio à *Os sertões*; e a terceira, um comentário sobre a situação do brasileiro pós-abolição.

Abrindo o discurso, Romero responde aos comentários de Euclides da Cunha sobre a responsabilidade que é se sentar na cadeira de Valentim Magalhães e do patrono homenageado Castro Alves. Para tal, o orador discursa sobre a relação entre a poética fantástica e a originalidade do texto dos três autores da cadeira de número sete. Aclama o autor recebido como um “velho lutador”, dotado de “espírito de combatividade”; “esforçado combatente, com o senso de visão rápida. [...] Por que contestar o seu

---

<sup>78</sup> RUDI, 2021, op. cit., p. 177

<sup>79</sup> CUNHA, 1906, op. cit.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Sílvio Romero, além de membro fundador da ABL, foi um importante crítico literário do fim do século XIX e início do XX. Frequentemente citado como um autor *polêmico*, Romero foi um grande defensor do cientificismo como forma de compreender o Brasil e sua composição, especialmente sob a ótica das *raças* que formam a população brasileira. COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das Raças: Sílvio Romero (1870-1914)**. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

merecimento? Por que amesquinhar o seu esforço?”, estaria sim a altura dos demais citados.

Vós, Sr. Dr. Euclides da Cunha, tendes, felizmente, ficado e ficareis a coberto dessas ásperas contingências de precisar defender uma cousa que, no fundo, não vale dois minutos de esforço neste canto da terra: o renome, a reputação literária... De um ímpeto, adejastes por cima dos mais altos píncaros, onde flutuam aos ventos as flâmulas dos entusiasmos e das glorificações brasileiras.<sup>82</sup>

Contribuindo para as glorificações, Romero se dedica a percorrer *Os sertões*, destacando diversos excertos que poderiam justificar sua defesa. Classifica a obra no mais alto posto por diversos motivos, “uma das obras-primas da mentalidade nacional”. Não se trata apenas de um livro “meramente literato”, como recita, mas de um retrato, livre de “literatura fácil, ou de politiquismos irrequietos”, mesmo com as críticas ao governo republicano, das quais Romero não pode negar. Mais do que qualquer outra coisa, Sílvio Romero exalta as práticas de Euclides da Cunha, empenhadas no livro:

É um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto das vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora. Começastes por querer surpreendê-lo na índole, na constituição mais íntima, na essência intrínseca [...].<sup>83</sup>

Para Romero, a “narrativa” de *Os sertões*, localizada na parte relativa aos acontecimentos detidos sobre o conflito militar, marcam um mero apêndice na construção da obra. O cerne, ou “nervo”, como nomeia, está na “descritiva do caráter das populações sertanejas de um dos mais curiosos trechos do Brasil”, localizadas *à margem da história*, do qual Euclides da Cunha só foi capaz de fazer devido ao seu empenho científico e rigor nos critérios.

Tal leitura da obra euclidiana por Romero encontra consonância em seu próprio modo de organizar a história e a composição do povo brasileiro. De acordo com Rodrigo Turin<sup>84</sup>, Sílvio Romero pressionava o estudo sobre os povos brasileiros como o *dever* de “todo homem que empunha uma pena no Brasil”<sup>85</sup>. Seu posicionamento, que encontrou respaldo em *Os sertões*, compõe e promove um movimento historiográfico caracterizado

<sup>82</sup> ROMERO, Sílvio. **Discurso de Recepção à Euclides da Cunha**. 1906. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 09 jan. 2022.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

<sup>85</sup> ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Apud: TURIN, 2005, op. cit., p. 107.

pela autonomia intelectual<sup>86</sup> e “pela eleição do povo como objeto historiográfico”<sup>87</sup>. Mais do que isso, a primazia pelo foco ao povo brasileiro seria o próprio argumento legitimador da produção historiográfica.

A partir dessa leitura, Romero resume a obra de Euclides como uma pintura, uma admirável “tela empolgante: desenho e colorido ajustam-se e dão-nos a ilusão da realidade viva e palpável”. Com sua *visão* elogiada, Cunha teria nos apresentado “tipos étnicos” com exatidão em suas descrições “à palheta do escritor, imagens que são fotografias” destes homens, escolhidos a dedos, como “índices ou sumários de um meio, de uma situação, de um momento”, considerando todos os elementos necessários para se estudar o “Brasil social” através dos isolados sertanejos. Convencendo a Romero, Euclides da Cunha fez ver. O fez com base em boa referência, “usastes de seus processos, que são fundamentalmente os mesmos popularizados por Hipolite Taine e diluídos na prosa docente ondulosa de Ernest Renan”, ou ainda, tinha o “espírito cheio do ensino do divino de Tomas Buckle”. Da natureza, estudou “a terra, sua organização, seus aspectos, sua flora, seu clima, suas falhas, seus recursos, e pudera dizer, seus males, seus padecimentos”, completando o trabalho que Saint-Hilaire iniciou.

De *Os sertões* se tira “lições”, de política, educação demográfica, transformação econômica, remodelamento social, lições sobre as práticas atuais da pesquisa científica, exemplos do *como fazer*, e lições que orientarão “o futuro daquelas populações”, isoladas no sertão, “e com elas os doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país”.

Que lição podemos tirar do discurso, dos artigos, dos estudos do livro do Sr. Euclides da Cunha, eu digo lição que possa aproveitar ao povo que já anda cansado de frases e promessas, desiludido de engodos e miragens, sequioso de justiça, de paz, de sossego, do bem-estar que lhe foge, esse amado povo brasileiro, paupérrimo no meio das incalculáveis riquezas de sua terra?<sup>88</sup>

Responde, de prontidão:

Já andamos fartos de discussões políticas e literárias. O Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade, todos os que têm um pouco de alma para devotar à pátria. É onde pulsa a maior intensidade dos problemas nacionais, que exigem solução, sob

---

<sup>86</sup> A autonomia intelectual, ou a “imparcialidade” científica seria, para ele, o estágio contemporâneo (à Romero) do processo de formação intelectual da literatura brasileira.

<sup>87</sup> TURIN, 2005, op. cit., p. 108.

<sup>88</sup> ROMERO, 1906, op. cit.

pena, senão de morte, de retardamento indefinido no aspirar ao progresso, no avançar para o futuro.<sup>89</sup>

Em seus elogios, Sílvio Romero é bem claro. Trata-se de um livro orientador, que em forma e conteúdo, no tema, objeto e modos de fazer, representou a vanguarda das abordagens literárias do período, corretamente localizado no cenário de objetos e possibilidades nacionais, tornando óbvia e indiscutível a aceção de seu autor no rol de reconhecimento e prestígio da Academia Brasileira de Letras. Estava em consonância com as principais práticas e referências e internacionais da geografia, história, ciências naturais, e, principalmente, da *sociologia*, adição necessária a qualquer pesquisador reconhecido como exemplar naquele momento. Espera-se, ao historiador “moderno”, cujos escritos pretendem favorecer o progresso, as “dimensões do olhar sociológico”<sup>90</sup> oitocentista, com uma teoria (evolucionista) histórica capaz de dar suporte à análise dos caminhos da nacionalidade deste *Brasil social* que rumava ao futuro, ainda que carregasse sertanejos *atrasados*. Ainda assim, não podemos nos esquecer que mesmo que Romero e Cunha tenham dialogado amigavelmente sobre o peso da formação do povo brasileiro em seus estudos, discordaram sobre a futura composição étnica do Brasil, especialmente em relação aos povos do litoral. Enquanto Euclides da Cunha acreditava que as características deste grupo seriam lentamente diminuídas ou apagadas pelo processo de seleção natural, Sílvio Romero via nestes lugares uma permanência racial, fundada nos méritos da Independência, realizada por brancos, segundo ele<sup>91</sup>.

### **A literatura militar configura um Regime Historiográfico?**

Até este momento da dissertação, analisamos diferentes documentos que foram redigidos com o intuito de anunciar, recomendar, justificar, avaliar, criticar, validar, lembrar e recepcionar Alfredo d’Escragolle Taunay e Euclides da Cunha e suas produções em diferentes atribuições. Cada um dos autores ocupou a função de correspondente militar em sua respectiva guerra, uma posição que os fez responder a duas

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> PEREIRA; SANTOS, 2010, op. cit., p. 12.

<sup>91</sup> Neste tema, é imprescindível consultar os estudos de Luiz Costa Lima, que debate as noções de “cientificidade” e “ficcionalidade” nesta discussão metodológica compartilhada pelos autores em questão, trata-se de LIMA, Luiz Costa. **Terra Ignota: a construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e, principalmente, \_\_\_\_\_. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ainda, não podemos deixar de citar a tese de Cícero João da Costa Filho, COSTA FILHO, 2013, op. cit., que aborda as ideias de “mestiçagem” e “nacionalidade” na produção de um Sílvio Romero localizado na *geração de 1870*; bem como o artigo de Márcia Regina Capelari Naxara, NAXARA, Márcia Regina Capelari. Brasil e Brasileiros: interpretações científicas/ensaios de caracterização. **História**, São Paulo, n. 129-131, p. 31-51, ago. 1993, que busca debater o lugar do povo brasileiro nos trabalhos de Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Manoel Bonfim.

instituições diferentes: ao Estado e aos jornais; Alfredo Taunay ao governo imperial e *A Semana Ilustrada* e Euclides da Cunha ao governo republicano e *O Estado de S. Paulo*. Como resultado de seus trabalhos, foram recebidos como membros correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ocuparam cadeiras dentre os imortais da Academia Brasileira de Letras<sup>92</sup>. Em vários documentos, em especial naqueles abordados neste último capítulo, Taunay e Cunha são aproximados. Suas obras, suas práticas e suas escritas são relacionadas em pontos que giram em torno da maneira que realizaram a narrativa da Guerra do Paraguai e da Guerra de Canudos. Atravessamos, ainda, alguns de seus escritos, principalmente seus diários de guerra, documentos precursores de *A Retirada da Laguna*<sup>93</sup> e *Os sertões*, nos quais foi possível vislumbrar as práticas aproximadas, o rol de referências, objetos e perspectivas mobilizadas, além, claro, do estilo narrativo empregado que configura essa *comparação quase óbvia*.

Após três capítulos e a análise de três blocos de fontes distintas<sup>94</sup>, somamos agora uma bibliografia pertinente para responder à hipótese de que Alfredo Taunay e Euclides da Cunha configuram um *regime historiográfico* específico, que foi nomeado no período posterior próximo às suas produções como *Literatura Militar*<sup>95</sup>, ou que pelo menos foram moldados como *exemplares* deste modo específico de operacionalizar a historiografia integrante de uma concepção moderna de história e uma experiência moderna de tempo<sup>96</sup>.

A ideia carregada pelo conceito plural de “regimes historiográficos” foi apresentada no Brasil por Fernando Nicolazzi, mas aparece pela primeira vez na escrita conjunta de François Hartog e Gérard Lenclud<sup>97</sup> e se difere da ferramenta heurística chamada de *regime de historicidade*. Enquanto um se refere a um modo de analisar formas culturalmente delimitadas de experiência e relação com o passado, presente e futuro (*historicidade*), o outro entende a produção historiográfica como um modo de

<sup>92</sup> Taunay, como vimos, foi membro fundador da ABL.

<sup>93</sup> E outras obras, pois Taunay se inspirou em suas experiências de guerra e viagens ao sertão brasileiro para escrever a maioria de seus livros e textos.

<sup>94</sup> Documentos encarregados de nomear os autores enquanto correspondentes militares; documentos produzidos pelos autores a partir das nomeações; e documentos de terceiros, posteriores às obras, encarregados de recepcionar, criticar e rememorar os autores.

<sup>95</sup> Tomando emprestado a expressão publicada pelo *Correio Paulistano*, na primeira vez, por um autor desconhecido, e na segunda, por Afonso de Taunay. A CAMPANHA do Paraguai: As reminiscências do general Dionysio Cerqueira. As reminiscências do general Dionysio Cerqueira. **O Correio Paulistano**. São Paulo, p. 04. 15 mai. 1910; e TAUNAY, Afonso de Escagnolle. Tradições Militares. **O Correio Paulistano**. São Paulo, p. 01. 28 out. 1918.

<sup>96</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

<sup>97</sup> HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. Regimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux en sciences sociales**. Paris: L'harmattan, 1993.

identificar diferentes formas de *historiografias*, realizadas, pensadas, definidas, propostas ou validadas a partir de diferentes modos de operacionalizar a história em um recorte orientado por uma experiência de tempo, neste caso, a do regime moderno de historicidade. Um regime de historicidade pode então possibilitar modos coexistentes de “tipos de história”<sup>98</sup>, “escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos e, sobretudo, de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção”<sup>99</sup> diferentes. A historiografia e os arredores que permeiam sua definição, produção e aceção, configuram um “lugar privilegiado para buscar um regime historiográfico”<sup>100</sup>, trata-se, portanto, de uma leitura em via dupla.

Desse modo, “a noção de regime de historicidade convida, então, a reinterrogar a articulação entre estar na história (*être dans l’histoire*), o fazer da história (*faire de l’histoire*) e fazer história (*faire l’histoire*)”<sup>101</sup>, concluindo, “sem estabelecer uma relação mecânica”<sup>102</sup> que “um regime de historicidade pode comportar formas distintas de escrita da história”. Assim, o conceito de *regimes historiográficos* integra outros elementos à leitura inicial da *operação historiográfica* elaborada por Michel de Certeau<sup>103</sup>, em especial, a recepção e a legitimação destes modos possíveis, bem como seu relacionamento com o regime de historicidade:

Um regime historiográfico permite contemplar, além da escrita efetiva da história, o entendimento sobre a definição possível do que vem a ser a história, além da demanda por certo modelo de escrita histórica. Ou seja, se a operação historiográfica nos remete para o centro do trabalho histórico, um regime historiográfico direciona o olhar analítico ao seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro, mas também às delimitações de ordem teórica e/ou prescritiva que não se converteram em textos historiográficos propriamente ditos, isto é, em discursos

<sup>98</sup> HARTOG, 2013, op. cit., p. 39.

<sup>99</sup> NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, mai. 2019, p. 212.

<sup>100</sup> MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, Zaragoza, n. 5, p.11-31, jun. 2013, p. 29.

<sup>101</sup> BLOCKER, Déborah; HADDAD, Elie. “Le présent comme inquiétude: temporalités, écritures du temps et actions historiographiques”. **Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine**, n. 53, p. 160-169, 2006, p. 165 apud NICOLAZZI, Fernando. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões e debates**, Curitiba, v. 53, n. 4, p. 229-257, jun. 2010.

<sup>102</sup> MUDROVICIC, 2013, op. cit., p. 12.

<sup>103</sup> “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ de qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011, p. 56.

articulados pelas determinações de um lugar social, pelos protocolos de uma prática específica e pelas características de uma escrita particular.<sup>104</sup>

Em seus artigos, Fernando Nicolazzi elabora a identificação de alguns regimes historiográficos, em dois regimes de historicidade distintos. Os primeiros, localizados no cenário brasileiro entre 1870 e 1940, foram orientados pelo conjunto de características identificados como pertencentes a um *regime moderno de historicidade*: uma experiência de tempo acelerada, com sentido ao futuro e ao progresso, onde na historiografia, como demonstrado por Reinhart Koselleck<sup>105</sup>, passou-se a adotar um conceito de história no singular (*die Geschichte*), entendida como “processo e se concebe como história em si, com seu próprio tempo, abandona o *exemplum* e se detém no caráter único do acontecimento”<sup>106</sup>, e não mais no plural (*die Geschichten*), quando era(m) remetida(s) à “exemplaridade e repetição”<sup>107</sup> da *Historia magistra vitae*.

Outros, mais recentes, coadunam com as noções reunidas em uma possível definição de *regime de historicidade presentista*<sup>108</sup>, proposta por François Hartog a partir de uma leitura contemporânea onde o tempo presente seria, agora, orientador<sup>109</sup>:

Esse presente dilatado mostra-se fragmentado e inconstante; e na sua volatilidade, também sente a necessidade de afirmar para si mesmo a sua raiz e a sua identidade, numa contradição de difícil solução[...]. A crescente demanda das sociedades ocidentais por “memória” e “patrimônio”, bem como a ampliação cada vez maior de seu campo de abrangência, indica a construção de um universo simbólico que sirva de referência para o presente e que busca a totalização. Essa estrutura de experiência temporal é altamente problemática, pois não consegue assimilar a “perda” como algo inerente do processo histórico<sup>110</sup>

Dialogaremos com os primeiros, aquelas identificadas em um regime moderno de historicidade, pela pertinência de recorte e localização em relação à Alfredo Taunay e Euclides da Cunha. Em *A História e seus passados: Regimes historiográficos e a escrita*

<sup>104</sup> NICOLAZZI, Fernando A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). **Escrever História: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36, p. 26.

<sup>105</sup> KOSELLECK, 2006, op. cit., e KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 119-184.

<sup>106</sup> HARTOG, 2013, op. cit., p. 103.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Possível, pois Hartog questiona se realmente se trata de um regime estabelecido, pleno, ou um regime *per défeut*, vigente até que se possa ser identificado a partir de outras características. HARTOG, 2013, op. cit.

<sup>109</sup> “Um regime historiográfico acadêmico, um regime historiográfico escolar e um regime historiográfico de circulação ampla que se poderia definir a partir do campo estabelecido pela História Pública” NICOLAZZI, 2019, op. cit., p. 212.

<sup>110</sup> RAMALHO, Walderez Simões Costa. O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 14, p. 148-154, set. 2013, p. 151.



da história, Nicolazzi retoma o *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu como um texto orientador, onde o historiador depositou suas propostas para a escrita da história com base nas críticas realizadas à obra do homenageado. No texto, o historiador apresenta demandas de uma história “orientada por uma perspectiva que a época se definia como filosófica e, portanto, científica”, escrita com base na identificação de um sentido lógico dos acontecimentos estudados, distante daquela operada por Varnhagen. Tratamos deste tema mais cedo neste capítulo<sup>111</sup>, mas cabe ressaltar que Fernando Nicolazzi aproxima Capistrano de Abreu e Sílvio Romero como indicadores da “geração de 1870”, que se diferenciou de seus predecessores na “história geral” e na “história literária”<sup>112</sup> por buscar relacionar referências ligadas à sociologia e aos estudos naturalistas.

Ainda, no mesmo texto, soma à proposta a figura de José Oiticica, que em 1910, em um movimento parecido com o de Capistrano, embora talvez menos elogioso, realiza uma releitura da monografia de von Martius, aquela publicada pelo IHGB em 1845 como vencedora do concurso que buscou definir *Como se deve(ria) escrever a história do Brasil*. Com um texto de mesmo título, Oiticica sugere que “a ciência da história deveria voltar-se para a tensão entre forças oponentes e concorrentes nos fatos humanos, pois é justamente aí que residiria o movimento próprio da história”<sup>113</sup>. Com os exemplos, Nicolazzi busca demonstrar que os *regimes historiográficos* são constituídos “tanto pelos discursos efetivamente praticados como por esse tipo de ‘promessa não cumprida’”<sup>114</sup>, por textos manuais, mas também por sugestões, às vezes nunca efetivamente realizadas<sup>115</sup>.

Mas como, então, se estrutura nossa *Literatura Militar*, tendo em vista os regimes historiográficos elencados? Para responder, precisamos retomar alguns tópicos.

---

<sup>111</sup> Ao fim do tópico “A recepção dos correspondentes no IHGB”.

<sup>112</sup> NICOLAZZI, 2017, op. cit., p. 31.

<sup>113</sup> Ibidem., p. 32.

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> Destacamos aqui a dissertação DETONI, Vicente da Silveira. **A moderna historia magistra vitae de José Oiticica**: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940). Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019; que buscou verificar a proposta lançada por Nicolazzi ao analisar a historiografia de José Oiticica neste recorte (1870 – 1940) “marcado pela emergência de regimes historiográficos distintos dos modelos formulados pela tradição romântica” (p. 9), concluindo com uma aplicação e permanência *moderna* do topos *historia magistra vitae*.

Em primeiro lugar, retornemos às definições propostas por Fernando Nicolazzi. No artigo *Os Historiadores e seus passados*<sup>116</sup>, o autor nos demonstra maneiras de se estudar os regimes. Como o faz nos exemplos apresentados acima, constrói sua análise a partir de textos “manuais” ou “prescritivos”, aqueles que carregam, como objetivo declarado ou não, uma série de instruções sobre como a história deveria ser escrita e sobre quais critérios deveria ser orientada. É o caso do *Necrológio* de Capistrano de Abreu e *Como se deve escrever a história do Brasil*, de José Oiticica. Taunay e Cunha nunca foram tão explícitos, mas deixaram suas preferências em seus textos através dos modos que escolheram pôr em prática. Em outro artigo, este denominado *O Historiador e seus públicos*<sup>117</sup>, Nicolazzi levanta como hipótese considerar a potencialidade de outro fator para a análise: “a tensão entre a escrita e a leitura”, buscando as condições de legitimidade desse discurso histórico. Tais condições são indicadas tanto pelo público-receptor desse discurso, composto por ouvintes, leitores, espectadores, avaliadores ou pareceristas; quanto pelo efetivo cumprimento de tais prescrições. A certo tipo de leitor, especialmente aquele que visa à crítica, demanda-se perícia como ao autor. Este também ocupa um lugar, deve compreender as práticas mobilizadas e avaliar as condições empregadas na escrita para que possa, ou não, recomendar a leitura. Portanto, buscamos explorar essa hipótese com o levantamento de alguns dos leitores de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha, entre críticos e avaliadores.

Em duas dessas recepções, encontramos a denominação “Literatura militar” como um modo de agrupar os autores como exemplos desta forma de produzir que pode caracterizar um *regime historiográfico*. Cabe, então, destacar o que foi valorizado e validado nestas leituras da produção desses autores.

Como demonstramos na análise das nomeações, o treinamento e envio de correspondentes encarregados de narrar a Guerra do Paraguai por parte da *Semana Ilustrada* foi uma maneira de responder os artigos, acusados de mentirosos, de Eliséé Reclus, publicados pela *Revue des Deux Mondes*, respondendo *como se escreve a história* dessa guerra. Pela negação, a história veiculada por Reclus era parcial, orientada politicamente e carente de fontes e deveria ser combatida com uma narrativa apurada “pelos olhos da imparcialidade”<sup>118</sup>, realizada através da observação nos campos de

---

<sup>116</sup> NICOLAZZI, 2017, op. cit.

<sup>117</sup> NICOLAZZI, 2019, op. cit.

<sup>118</sup> VERCINGENTORIX, 1867, op. cit., p. 3044.

batalha. Para a Guerra de Canudos, Euclides da Cunha foi autorizado a ver e tomar notas no teatro das operações, com o intuito declarado pelo *O Estado de S. Paulo* de publicar, posteriormente, a obra que viria a ser *Os sertões*, um “trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro”<sup>119</sup>. Nos dois casos, além da encomenda jornalística, os autores tiveram que responder diretamente ao exército e a seus governos enquanto correspondentes oficiais.

Ao interpretar as práticas empregadas, verificamos como os autores responderam a essas expectativas, através da produção de seus diários de guerra, documentos importantes para a imprensa e o exército que os encomendou, bem como, para a escrita de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*. Traçamos as práticas empregadas nestes documentos, grafadas em uma narrativa intimista e informativa, marcada pelo implemento da *autópsia*, pela dificuldade do ofício, pelo registro e a tradução visual dos acontecimentos, intensa descrição geográfica e botânica, praticidade e a pressa, causada pelos intensos dias de marcha e emergência dos conflitos. A preocupação estética, ou o cuidado literário, segundo os autores, seria deixada para depois. Com estes textos, o objetivo era reunir dados, fontes, relatos, testemunhos e experiências para que pudessem ser aproveitados em outro momento, o que realmente ocorreu. Nas obras resultantes, isto é, *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*, tais práticas são somadas a uma volumosa carga de referências clássicas – como Tucídides e Xenofonte – e teorias geográficas e sociológicas contemporâneas – em especial, Alexander Humboldt, Henry Buckle e Ernest Renan. As batalhas então dividem (ou mesmo perdem) espaço para a descrição do que Sílvio Romero chamou de *Brasil social*, uma leitura profunda da ocupação, formação e composição dos povos brasileiros, que motivou elogios do crítico.

Com a análise das recepções, buscamos verificar a validação de Taunay e Cunha por alguns de seus leitores, como aqueles responsáveis pela recepção no IHGB, ABL, críticos contemporâneos e posteriores. Podemos concluir que ambas as nomeações fizeram com que ambos os autores ocupassem uma posição intermediária em relação à leitura realizada por Capistrano de Abreu em seu *Necrológio*: mesmo que mobilizem grandes referências contemporâneas da sociologia e geografia e tenham uma escrita orientada em um conceito moderno de história, produziram suas principais histórias a serviço de seus respectivos governos, respondendo a atribuições com funções declaradas

---

<sup>119</sup> CANUDOS, 1897, op. cit.

de responder à uma demanda oficial e patriótica. Na crítica de José Campos Novaes, que posiciona *A Retirada da Laguna* e *Os sertões* como obras iguais em procedimentos, temos o elogio ao *estilo*, à capacidade de observação e de *generalização* de Euclides, que confere ao estudo uma função útil, pois poderia ser verificado e replicado. Novaes critica, no entanto, sua escolha de tornar a parte científica mais “popular”.

Reiteramos que a denominação *Literatura militar* é utilizada como um meio de agrupar estes autores enquanto exemplos deste modo de narrar a história das guerras. Nas duas situações levantadas em que o termo aparece, Alfredo Taunay e Euclides da Cunha são aproximados como exemplares, autores de *obras máximas*, posicionando *A Retirada da Laguna* e *Os sertões* como referências maiores para outra obra, *As Reminiscências* de Dionísio Cerqueira. Podemos então encontrar outras características relacionadas a este modo de escrever a história das guerras do Paraguai e Canudos: uma boa e espontânea linguagem, como foco na composição e anedotas dos soldados e inimigos, que oferece um acesso íntimo e humanizado aos conflitos narrados, escrita por alguém que os viu. Estes critérios foram aceitos e elogiados pelas grandes agremiações de homens de letras do período. Como vimos, os pareceres e recepções foram positivos, o IHGB recebeu os diários de Taunay e o livro de Cunha como valiosos documentos e trabalhos históricos, ressaltando o peso de suas *autópsias* e a importância das obras para as vias do progresso. Na ABL, instituição em que Taunay foi membro fundador, o esforço empenhado na exploração do *Brasil social* por parte de Euclides da Cunha arrancou elogios de Sílvio Romero e foi, mais uma vez, diretamente relacionada com o estudo intimista realizado sobre o retrato anedótico das populações encontradas durante o percurso das guerras. Esta leitura seria caríssima como um exemplo do *como fazer* estudos plenamente científicos sobre o Brasil, que orientariam os rumos de nossa civilização.

Por fim, por mais que a *Literatura militar* tenha como motivação a escrita da história de duas guerras e gire ao redor de dois conflitos orbitais para os dois regimes de governo nacionais, seu maior valor de utilidade se encontra no modo em que Alfredo Taunay e Euclides da Cunha produziram aqueles documentos onde registraram, com habilidade e intimidade, suas visões sobre os homens e mulheres atravessados por estas guerras. As narrativas das batalhas e do cotidiano militar serviram, por meio dos diários escritos em trânsito, como relatórios oficiais aos governos imperial ou republicano, mas para os leitores, pareceristas e críticos que leram também seus produtos, seriam ainda

mais úteis: configuraram um modelo de operação historiográfica devidamente adequado àquele tempo, àqueles objetos e às demandas do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Produção e divulgação historiográfica em contexto de guerra

Desde que suas guerras terminaram, muitos rótulos e títulos foram depositados sobre Alfredo Taunay e Euclides da Cunha. Para não nos repetirmos, retomaremos aqueles que mais nos interessaram no decorrer dessa dissertação: *viajantes, homens de letras, historiadores*, enfim, *correspondentes militares*, que no exercício desta última função, responderam positivamente às expectativas que lhes foram depositadas, gerando reconhecimento público e institucional. Como vimos, os autores foram autorizados pelo Estado a atuar nas guerras a partir de propostas encomendadas e incentivadas por periódicos de alta circulação, portanto, ainda que tenham sido reconhecidos por grandes agremiações como o IHGB e a ABL, o público geral não esteve afastado dentre os possíveis leitores de Taunay e Euclides.

Lembramos que desde o anúncio de Euclides da Cunha como correspondente militar, já havia a intenção declarada por parte do *Estado de S. Paulo* de levar a público o estudo a ser realizado. De um modo parecido, *A Semana Ilustrada* demonstrou sua vontade em publicar tudo que poderia haver de interessante na Guerra do Paraguai, através da Comissão de Engenheiros integrada por Alfredo Taunay. Assim, foram produzidas “versões” diferentes do conteúdo reunido por ambos os correspondentes durante suas passagens pelas guerras; uma para o IHGB (e para o Governo), em formato de relatório, formal, rápido e protocolar, que proporcionou o reconhecimento e recepção pelos pares historiadores; outra para os jornais e revistas, como um meio informativo, que levou ao público leitor as notícias das frentes de batalha; e, por fim, os livros, *A Retirada* e *Os sertões*, escritos com maior prazo e dedicação, exemplares de uma *literatura de guerra* e recebidos com elogios pelos membros da ABL.

Como afirma Wilma Peres Costa, o *viajante científico* do século XIX “escreve para o governo, para seus pares, e, cada vez mais, para o grande público consumidor de relatos de viagem”<sup>1</sup>. Após responderem aos primeiros grupos, Cunha e Taunay buscaram os demais leitores nos jornais, revistas e editoras, trazendo *para fora* do IHGB suas narrativas de guerra, realizadas sob uma ótica íntima, de quem acompanhou de perto seus

---

<sup>1</sup> COSTA, op. cit., 2013, p. 70-71.

eventos. Com o advento das guerras, este público leitor de *relatos de viagem* se torna também leitor de *relatos de guerra*.

Nestes relatos escritos em trânsito, os horrores, a fome, doenças e o sofrimento dos soldados tiveram que dividir as páginas com os relatórios formais e frios, onde a humanidade facilmente poderia se perder em meio a números e dados oficiais. Notadamente, como demonstramos, Taunay e Cunha são igualmente elogiados em suas recepções por conseguirem evocar tal humanidade nas páginas que compuseram as publicações de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões*. Trazendo a público suas narrativas de guerras, os autores realizaram estudos reconhecidos no período como científicos, mas que não deixaram de interessar a um leitor externo ao das instituições que os receberam. Isto ocorre, sobretudo, pela tomada de um estilo narrativo, um “ornamento” *literário* que veste o argumento científico, como defende Luiz Costa Lima, em análise à *Os sertões*<sup>2</sup>. Este “revestimento”, continua Costa Lima, não classificaria a obra de Cunha como um romance, mas serviria para gerar “maior visibilidade ou impacto ao exame científico do caso”<sup>3</sup>:

O núcleo seria científico – como se formou aquela terra, de quais condicionantes surgiu o sertanejo, como se explica que o governo preso ao litoral ignorasse a tal ponto o homem do interior –, sua apresentação admitiria, *desde que a explicação científica estivesse assegurada*, um tratamento literário, que ajudasse a empolgar o leitor, por força de sua eloquência. A distinção praticada supunha, portanto, que as duas margens estivessem separadas e... hierarquizadas.<sup>4</sup>

Nisso foram destacadas as obras de Taunay e Cunha, reconhecidas por seus críticos, pares, avaliadores e divulgadores pelos méritos de terem realizado estudos científicos sobre os elementos humanos, sociais, geográficos e históricos que enredam as malhas das guerras do Paraguai e Canudos através de narrativas intimistas e com uma “linguagem boa e espontânea”<sup>5</sup>, exemplares de um próprio modo de narrar a história das guerras.

Essa posição era compartilhada no fim do século XIX e início do XX, como foi possível verificar pelas diretrizes expostas por Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e Afonso Taunay. Tratemos aqui de um último exemplo, este diretamente envolvido com uma tentativa de expor os estudos históricos para fora dos salões do IHGB.

---

<sup>2</sup> LIMA, op. cit., 2006, p. 383.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> A CAMPANHA..., 1910, op. cit.

Diz Tristão de Alencar Araripe a respeito das qualidades do historiador *moderno* que, mais do que informar sobre os acontecimentos militares, ou pior, celebrar as proezas bélicas, o historiador moderno deveria contar uma história “mais abundante, mais diversa, a história dos povos”, este deveria mobilizar como objeto “desde a vida dos reis até as ações do simples operário”<sup>6</sup>; produzir uma história que caminha com os avanços tecnológicos, descobertas científicas e que mesmo ao tratar de um conflito militar, privilegie o estudo dos povos envolvidos. Como remonta Bruno Leal Pastor de Carvalho, em seu artigo *História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista*, essa posição foi veiculada por Araripe em uma das *Conferências Populares da Glória*, realizadas no Rio de Janeiro entre 1873 e 1898. Tais conferências marcaram no Brasil um momento de grande incentivo à “divulgação científica”, ou “vulgarização científica”, termo mais comumente empregado. Tinham como objetivo “levar às massas populares informações científicas e educacionais de forma acessível e esclarecedora” e

difundir os conhecimentos e as novidades científicas para a nova “sociedade de massas”, isto é, aquela sociedade surgida de uma segunda fase do processo de industrialização, caracterizada pela concentração populacional nas cidades e informada pelos novos meios de comunicação de massa.<sup>7</sup>

Com nosso estudo, apontamos que a adoção de ilustrações pelos periódicos frequentados por Taunay e Cunha buscavam um resultado parecido, ao atingir uma população majoritariamente não alfabetizada. Portanto, ainda que as *Conferências da Glória* não tenham, de fato, conseguido mobilizar o povo de fora das academias e instituições como ouvintes<sup>8</sup>, é possível concluir que essa “linguagem boa e espontânea” adotada na escrita de *A Retirada da Laguna* e *Os sertões* foi adequada para um público mais amplo, mais uma vez interessado nos conflitos que envolviam o país. Por mais distante que a fazenda de Laguna ou o vilarejo de Canudos fossem de São Paulo e do Rio de Janeiro, a guerra e sua violência interessam, atraem leitores, envolvem os desinformados e afetam seus cotidianos, causam comoção, preocupações, geram cobranças e posicionamentos. Com os enviados, correspondentes, jornalistas, historiadores houve (e há) o propósito de fazer ver através de uma ótica especializada, ou no mínimo autorizada, e assim fazer entender as nuances, detalhes e consequências do conflito, em especial sobre a vida dos mais diretamente envolvidos.

---

<sup>6</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista*. **História da Historiografia**, v. 14, n. 37, p. 135-170, 23 dez. 2021, p. 158.

<sup>7</sup> *Ibidem.*, p. 137.

<sup>8</sup> Cf. CARVALHO, 2021, op cit.



Se houve ou não, de fato, a intenção por parte de Taunay e Cunha de publicizar suas historiografias para cativar um público mais generalizado, Costa Lima nos responde que tal mérito só seria possível com a certificação e autoridade direcionadas ao autor. O correspondente militar deveria corresponder às suas atribuições e demonstrar o caráter de seu estudo através de “descrições visuais de um exímio observador”<sup>9</sup>, facilitando a leitura e compensando essa facilitação proporcionada pela “capa” literária de uma apresentação menos prática, em comparação aos relatórios, e mais elaborada, em comparação às notícias. Assim, para realizar a escrita da história das guerras ocorridas no fim do século XIX, notamos, mais uma vez, a importância de se realizar bem duas tarefas: ver por si mesmo e escrever para os leitores.

Os elogios à realização dessas duas tarefas compõem a *Literatura militar*, um modelo de operação historiográfica daquele período. Os pareceristas e discursantes do IHGB, Sílvio Romero pela ABL, e aqueles leitores que aproximaram os escritos de Taunay e Cunha como modos exemplares de narrativas de guerra reiteraram, como justificativa das boas recepções, a boa execução da autópsia e o apreço pela *boa linguagem* utilizada, plenamente operacionalizadas em documentos e historiografias que prezaram pela composição anedótica da história dos habitantes dos cenários de guerra, os soldados e inimigos, oferecendo assim uma perspectiva intimista e aprofundada dos violentos combates que deveriam, a princípio, ser os focos dessas narrativas. Assim, a *literatura militar* configurou um modo de produção e divulgação historiográfica em um tempo marcado pela guerra.

---

<sup>9</sup> COSTA LIMA, op cit., p. 383.

## FONTES

ACADEMIA DE LETRAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 nov. 1896.

A CAMPANHA do Paraguay: As reminiscências do General Dionysio Cerqueira. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 maio 1910. Factos Diversos, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. Acesso em: 01 jun. 2020

AVISO aos nossos assinantes. **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro, v. 225, p. 1802, abr. 1865.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Organização de Walnice Nogueira Galvão.

\_\_\_\_\_. **Discurso de Posse**. 18 dez. 1906. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-posse>. Acesso em: 20 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Um Paraíso Perdido**. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os sertões**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

PARECER da comissão subsidiária de trabalhos geográficos acerca das Scenas de Viagem, por A. d'E. Taunay. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 32, pt. 2, p. 299-301. 1869.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do 1º secretário Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 31, pt. 2, p. 405-420. 1869.

ROMERO, Sílvio. **Discurso de recepção a Euclides da Cunha**. 18 dez. 1906. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **Diário do Exército, 1869 – 1870, De Campo Grande à Aquidabã, A Campanha da Cordilheira**. Biblioteca do Exército-Editora: Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **Recordações de Guerra e de Viagem**. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

\_\_\_\_\_. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província do Mato Grosso. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 37, pt. 2, p. 79-177 e 209-339, 1874.

\_\_\_\_\_. **Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte**: memória descritiva. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, Tomo XXXII, Segunda Parte, p. 5-51, jul. 1869.

\_\_\_\_\_. **Memórias**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

VERCINGENTORIX. A Guerra do Paraguay. **Semana Ilustrada**, Rio de Janeiro, v. 381, p. 3043-3046, 1867. Autor pseudônimo.

CANUDOS. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 01. 30 jul. 1897.

### REFERÊNCIAS

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 233-246.

\_\_\_\_\_. **Um metódico a brasileira**: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011. 260 p.

ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma Batalha Simbólica**: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930). 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em História, Região e Identidades) - Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados, 2006.

ASSIS, Machado de. **Badaladas Dr. Semana**. São Paulo: Nankin Editorial, 2019. Organização de Sílvia Maria Azevedo.

BERNUCCI, Leopoldo (Org.). **Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 2008. 199 p.

BLOCKER, Déborah; HADDAD, Elie. “Le présent comme inquiétude: temporalités, écritures du temps et actions historiographiques”. **Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine**, n. 53, 2006, p. 160-169.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Academia Brasileira de Letras: círculos literários e formas de acesso (1898-1920). In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos (org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Leopoldo: EDUFMA, 2020. p. 213-243.

CAMPOS, Antônio Mário de Figueiredo. **O desenho panorâmico militar**. Coimbra: França Amado editor, 1908.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.

CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e; CUNHA, Euclides da; CORREIA, Manuel Francisco. Actas das sessões de 1903: Posse de Euclides da Cunha. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T. 66, pt. 2, p. 289-293. 1905.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun., 2005.

\_\_\_\_\_. Historia magistra vitae. Ensaio sobre a (in)definição do topos nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (Org.). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

\_\_\_\_\_. **Ser historiador no século XIX: O caso Varnhagen**. São Paulo: Autêntica, 2018.

COPPES JR, Gerson Ribeiro. "**Um problema Histórico-Geográfico**": Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954). Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2021.

CORRÊA, Vítor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha: um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das Raças: Sívio Romero (1870-1914)**. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Wilma Peres. **Escavando ruínas: Memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 22, p.15-41, 22 dez. 2016. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia.

\_\_\_\_\_. Taunay, Taunays: territórios, imaginários e a escrita da nação. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi; COSTA, Wilma Peres (org.). **Cultura e Poder entre o Império e a República: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 113-144.

\_\_\_\_\_. Uma viagem de retorno traçando caminhos: o ingresso de Alfredo Taunay no IHGB. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 482, p. 161-202, jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In BASTOS, Elide; RIDENTI, Marcelo; ROLAND, Denis (org.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.

DETONI, Vicente da Silveira. **A moderna historia magistra vitae de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FACIOLLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do. **Juízos críticos - os sertões e os olhares de sua época**. 1. ed. São Paulo: Nankin e Unesp, 2003.

FREITAS, Marcus Vinicius de. O polígrafo do sertão: ciências naturais e literatura na obra de Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.427-430, ago. 2002

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**. Edição crítica. Paris: ALLCA XX, 2002

GALOTTI, Oswaldo; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997. 468 p.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Em Canudos, a reviravolta e opinião**. 2009. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,em-canudos-a-reviravolta-e-opinioao,423099>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GOMES, Gínia Maria (Org.). **Euclides da Cunha**: Literatura e História. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2005. 342 p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o instituto histórico e geográfico brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2012.

\_\_\_\_\_. Henrique M. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na corte (1859/1882). **ArtCultura**, Revista do Instituto de História/UFU, v.8, n.12, p. 85/97, jan/jun 2006.

HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_; LENCLUD, Gérard. Régimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux en sciences sociales**. Paris: L'harmattan, 1993.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos destruído em nome da República**: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: \_\_\_\_\_; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 119-184.

\_\_\_\_\_. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. **Os companheiros de Dom Obá**: os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. Afro-Ásia, Salvador, n. 46, p. 121-161, 2012.

LIMA, Helder Silva. **Tempo e Historicidade em Euclides da Cunha**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terra Ignota: a construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. **A estabilidade interpretativa de Os Sertões**. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, v. 59, p. 111-135, 2009.

MACIEL, Laura Antunes. **Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 41, n. 21, p. 127-144, jan. 2001.

MALATIAN, Teresa. “Não me atemorizou a pecha de germanófilo”: a grande guerra nos diários de Oliveira Lima (1917-1918). **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, v. 31, n. 1, p. 137-158, jan. 2013.

MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. **O Visconde de Taunay e os fios da memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 352 p.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Carlos Augusto de. **A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições do cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1879-1866) e Sotero de Reis (1800-1871)**. 326 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Teoria e História Literária, Unicamp, Campinas, 2009.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **A Nossa Vendéia: o imaginário social da revolução francesa na construção narrativa de os sertões**. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOREL, Marco; Barros, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, Zaragoza, n. 5, p.11-31, jun. 2013.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Brasil e Brasileiros: interpretações científicas/ensaios de caracterização. **História**, São Paulo, n. 129-131, p. 31-51, ago. 1993.

NICOLAZZI, Fernando A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). **Escrever História: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36.

\_\_\_\_\_. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões e debates**, Curitiba, v. 53, n. 4, p. 229-257, jun. 2010.

\_\_\_\_\_. As muitas máscaras de Euclides da Cunha. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 9, p.292-298, ago. 2012.

\_\_\_\_\_. O Narrador e o Viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os sertões. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, p. 67-85, 2009.

\_\_\_\_\_. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 31 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. 2008. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

NUNES, Monica Cristina Nascimento. **O sertão romântico: leitura de O Sertanejo**, de Alencar, e de *Inocência*, de Taunay. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura e Cultura, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Ética, Escrita e Leitura da História**. Revista de História, São Paulo, n. 178, p. 1-28, 2 set. 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.511-537, abr. 2002



OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. O riso combatente: a sátira e o escárnio nos periódicos paraguaios durante a guerra da tríplice aliança. **História (São Paulo)**, Franca, v. 40, p. 1-23, 2021.

PAULA, Edgley Pereira de. **Guerra na imprensa ou imprensa de guerra?** a imprensa brasileira nos campos de batalha da guerra do Paraguai. São Paulo: Scortecci, 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e o pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do IEB: Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 27-78, set. 2010.

PEREIRA, Renan Rivaben. **Semana Ilustrada, o moleque e o Dr. Semana:** imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º reinado. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico:** o discurso do jornal o Estado de S. Paulo sobre a guerra de Canudos e sobre as comemorações de seu centenário. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 14, p. 148-154, set. 2013.

REBOUÇAS, André. **Diário. A guerra do Paraguai (1866)**. São Paulo: IEB/USP, 1973.

RUDI, Thiago Augusto Modesto. **De l'histoire de l'histoire:** o passado dos estudos históricos na França (1933-1810). Mariana: Editora da SBTHH, 2021.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANGLARD, Nathália. Sobre o olhar, o testemunho e a experiência de Euclides da Cunha nos sertões baianos. **ARS HISTORICA**, v. 6, p. 128-147, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antonio (Org.). **Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Maurício. A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX. **O Eixo e A Roda: Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 69-84, jan. 2007.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a república entre os sócios do IHGB. **História da Historiografia**, v. 8, n. 18, p. 213-230, 14 set. 2015.

SOUZA, Ronaldo de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009. 214 p.

STUMPF, Lúcia Klück. **Fragmentos de Guerra: Imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)**. 463 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Dias de Guerra e de Sertão**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. 1923. 2ª Edição.

\_\_\_\_\_. **O Encilhamento**. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, 1971.

\_\_\_\_\_. **Inocência**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Recordações de Guerra e de Viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Edições do Senado Federal). Prefácio de João Ribeiro.

THÉRY, Hervé; VELUT, Sébastien. Élisée Reclus e a Guerra do Paraguai. **Terra Brasilis**, n. 7, p. 1-27, 9 dez. 2016.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

\_\_\_\_\_. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *L'Atelier Du Centre de Recherches Historiques*, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/acrh.3748>. Acesso em: 21 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista**. *História da Historiografia*, v. 2, p. 12-28, 2009.

VENTURA, Roberto. "A Nossa Vendéia": canudos, o mito da revolução francesa e a constituição de identidade nacional - cultural no brasil (1897-1902). **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**, Massachusetts, v. 24, n. 12, p.1, 109-125, 1986.

\_\_\_\_\_. **Esboço Bibliográfico: Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 384 p. Organização: Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: Edusp, 2008.